Revista

Belo Horizonte • Edição 1 • 2018

Vez e voz
aos trabalhadores e trabalhadoras em educação

Outras Palavras

SindUTE Minas Gerais
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FILIADO À CNTE E À CUT

Quem Luta, Educa!
38 anos

CNTE
CUT

PROGRAMA OUTRAS PALAVRAS
REVISTA - SIND-UTE/MG - 2018
Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG
CEP: 31015-180 | Tel: (31) 3481-2020
www.sindutemg.org.br
Coordenadora-geral : Beatriz Cerqueira
Coordenador do Departamento de Comunicação: Paulo Henrique Santos Fonseca

Produção: Studium Eficaz - (31) 3047-6122
Editora/Jornalista Responsável: Vera Lima Bolognini
Capa/Diagramação: Thiago Azevedo
Pesquisa/Digitação/Web/Arte: Paulo Henrique Lima, Raquel Fernandes, Zane Ramos, Moamed Nasser
Apresentação do Outras Palavras na TV: Thaline Araújo
Maquiagem: Janaina Miranda
Edição e Imagem: Studium Eficaz e GM Produções
Fotografia: Todas as imagens foram printadas dos Programas que foram ao ar e hoje são disponibilizados no canal youtube - TV Outras Palavas e no site do Sind-UTE/MG

Expediente

Gestão Sind-UTE/MG 2015/2018

Coordenadora-Geral
Beatriz da Silva Cerqueira (Betim)

Coordenação do Departamento Administrativo-Financeiro
Marilda de Abreu Araújo (Divinópolis)

Departamento de Políticas Sociais
Coordenação
Jonas Willian Pereira da Costa (Belo Horizonte)

Diretores/as
Adilson Dumont (Ibirité)
Diliana Márcia de Barros Lisboa (Belo Horizonte)
Israel Leocádio da Cunha (Muriaé)

Departamento de Formação
Coordenação
Feliciana Alves do Vale Saldanha (Ipatinga)

Diretores/as
Daniela Gonçalves Joaquim (Betim)
Fábio José Alves Garrido (Ouro Preto)
José Luiz Rodrigues (Betim)
Luiz Fernando de Souza Oliveira (Betim)
Mônica Maria de Souza (Belo Horizonte)
Rosa Maria Serra Gonçalves (Belo Horizonte)

Departamento de Organização
Coordenação
Denise de Paula Romano (Betim)

Diretores/as
Patrícia Pereira (Contagem)
Sandro Eduardo Gomes Labanca (Esmeraldas)

Secretaria de Superintendência Regional de Ensino
Abdon Geraldo Guimarães (Varginha)
Marilde Rodrigues Campos (Almenara)

Secretaria de Aposentados e Aposentadas:
Ana Lúcia Moreira (Belo Horizonte)
Maria Coeli Bitarães Lavarini (Belo Horizonte)
Maria Helena Gabriel (Uberaba)
Maria Nazaré dos Santos (São João del Rei)
Umbelina da Conceição Rodrigues (Belo Horizonte)
Zailde Figueiredo Santos (Teófilo Otoni)

Secretaria das Redes Municipais:
Maria Celeste de Miranda (Brumadinho)
Maria do Carmo Cristelli de Oliveira (Sete Lagoas)
Paulo Gustavo Grossi da Silva (Viçosa)
Sandra Lúcia Couto Bittencourt (Muriaé)

Departamento Jurídico
Coordenação
Lecioni Pereira Pinto (Capinópolis)

Diretor
Luiz Carlos Silva da Cunha (Pouso Alegre)

Departamento de Comunicação e Cultura
Coordenação:
Paulo Henrique Santos Fonseca (Contagem)

Diretor
Renan de Carvalho Santos (Belo Horizonte)

Diretores e Diretoras Regionais:
Alexandre Flausino da Silva (Alfenas)
Aurívio Lúcio Veiga (Araguari)
Cássio Hideo Diniz Hiro (Caxambu)
Célia de Lima Carvalho (Conselheiro Lafaiete)
Célio Gonçalves Moreira (Montes Claros)
Cláudio Roberto da Silva Goes (Diamantina)
Elaine Cristina Ribeiro (Uberlândia)
Elsir Prado da Silva (Itabira)
Gilvanita Alves Serpa Dantas (Janaúba)
Jodson Sander Oliveira (Ipatinga)
José Antônio de Paiva Marcos (Jaíba)
José Antônio Martins Vieira (Itaobim)
Manoel Rosalvo Pereira (Nanuque)
Maria Alice Pereira Rocha (Pirapora)
Maria Antônia Mourão Barbosa Fonseca (Passos)
Maria da Conceição Monteiro de Castro (Coronel Fabriciano)
Maria da Conceição Silva (Januária)
Maria de Fátima Gomes Pacheco de Freitas (Ubá)
Maria Mirtes de Paula (Unaí)
Maysa Salgado de Faria (Caratinga)
Múcio Alberto Cordeiro Alves (Turmalina)
Nivalda Maria Perobelli (Juiz de Fora)
Rafael Júnior Toledo de Lima (Governador Valadares)
Rita de Cássia Moreira (Leopoldina)
Rita de Cássia Silva de Figueiredo (João Monlevade)
Ronaldo Amélio Ferreira (Uberlândia)
Sidnei Marquesi (Ituiutaba)
Valdir Tiago Dias (Espinosa)
Vauvenargues Lopes (Campo Belo)

Studium Eficaz 2018

Sumário

4 Editorial

5 Sociólogo lança livro "Nas Ruas"

6 Uma discussão sobre o Reinventado o Ensino Médio

8 Nita Freire lança o livro "Nós Dois"

9 A resistência dos educadores e das educadoras ao golpe civil-militar (Parte 1)

11 Movimentos Sociais unidos em defesa do Plebiscito da Reforma Constituinte

12 A resistência dos educadores e das educadoras ao golpe civil-militar Os 35 anos do Sind-UTE/MG e o protagonismo dos profissionais da educação no combate à ditadura (parte 02)

13 "Time valorizado vira o jogo!"

14 A temática da Comunicação como foco de estudo na UFMG

15 Um debate sobre o Ensino Religioso

17 Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG coordena pesquisa sobre trabalho docente no Brasil

18 Greve na educação

19 Outras Palavras divulga dados de uma pesquisa que revela o perfil dos docentes de Minas

20 Professora da USP fala do caos nos grandes centros urbanos

21 A atuação dos movimentos sociais nas manifestações de junho

23 Urbanista critica processo de esvaziamento das cidades

24 Um debate sobre o Choque de Gestão

26 Tráfico de pessoas é ainda uma realidade e uma preocupação mundial

27 Afinal de contas o que é o IDEB?

29 Comissão da Verdade em Minas pesquisa sobre o massacre dos índios

30 Afinal de contas o que é o IDEB?

32 Pesquisa da Rede ASTE foca no associativismo e sindicalismo de trabalhadores /as em em educação

33 0s 35 anos do Sind-UTE/MG uma história de lutas e conquistas

35 Democratização da mídia: o que isso significa?

36 0s 35 anos do Sind-UTE/MG - uma história de lutas e conquistas (parte 2)

38 Sindicalista critica a proposta de gasoduto do Governo

39 O movimento sindical e o associativismo da classe trabalhadora após a ditadura militar

41 Manifesto das Flores

42 Educadores/as denunciam: governo de Minas nega direito dos alunos ao retirar o professor de Educação Física dos anos iniciais

44 A Reforma Agrária ainda é um grande desafio para o MST

45 A importância dos atores sociais dentro da escola

46 Brasil de Fato comemora 1 ano de existência em Minas Gerais

47 "É preciso uma Reforma Política nesse país que devolva o poder político ao povo"

49 Um debate sobre Minas que queremos (parte 01)

50 Plebiscito da Reforma Política movimenta entidades e população

51 Um debate sobre a Minas que queremos (parte 2)

54 Campanha da CNTE e do Levante Popular da Juventude quer apagar da história os nomes dos ditadores

56 Acompanhe, agora de Brasília,o que traz o Momento CNTE

57 Momento CUT Minas

59 Democratização da comunicação e liberdade de expressão

61 Profissão Educador

62 Democratização dos meios de comunicação

64 "Momento CNTE"

64 Momento CUT Minas - Lançamentodo livro "Os limites constitucionais da terceirização"

66 A precarização do trabalho docente e as suas consequências para o profissional da educação

Editorial

Um novo olhar sobre a educação, que passa a ser vista sob a ótica dos/as educadores/as de Minas Gerais e dita por outras palavras. Com esse objetivo, o Sind-UTE/MG decidiu investir, em 2014, em um novo canal de comunicação com sua base e que agora está sendo materializado em formato Revista.

Assim, o Programa Outras Palavras foi ao ar, pela primeira vez, em 13 de abril na TV Band Minas e meses após também passava a ser exibido nas TVs Band Triângulo e Candidés, essa última na região de Divinópolis. Isso mostra que a demanda cresceu e que o projeto foi bem aceito pela categoria, daí sua ampliação.

A princípio, suas exibições era aos domingos (7h às 7h:30) e um ano depois com as mudanças implementadas na grade de programação na TV Bandeirantes passou a ser exibido aos sábados, das 10h às 10h30, horário que atualmente é veiculado.

Na programação, quadros que retratam o dia a dia da luta dos profissionais da educação pública da rede estadual, informações sobre pautas e mobilizações do cotidiano da classe trabalhadora, agendas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Movimentos sociais, sindicais e estudantis, cujas pautas dialogam com a luta dos profissionais da educação, entre outras.

Um espaço aberto para que as trabalhadoras e os trabalhadores possam expressar e ampliar sua voz, debater seus problemas e temas relevantes para a formatação de políticas públicas educacionais mais consistentes para o coletivo da categoria.

Fruto de um processo discutido desde o início dessa gestão, o Outras Palavras é a materialização de um projeto que há muito vinha sendo idealizado pelo Sindicato e os/as educadores/as. Ter um programa nosso, que permitisse aos trabalhadores e às trabalhadoras em educação ter vez e voz na televisão; em que pudéssemos abordar com profundidade tudo aquilo que a mídia convencional e comercial ignora a respeito das nossas lutas e dos problemas que nos afligem foi, por muito tempo, um sonho.

Agora, tudo isso é realidade, graças à coragem dessa categoria que ousa acreditar que é possível ir adiante. Temos hoje nas mãos mais um instrumento colocado a serviço da nossa base, um canal de comunicação com a cara dos profissionais da educação pública mineira. Queremos que vocês se sintam, cada vez mais, contemplados, vistos e reconhecidos por meio desse canal. E também que tenham a oportunidade de acompanhar alguns dos principais debates feitos neste formato Revista, que o Sind-UTE/MG acaba de lançar.

Beatriz da Silva Cerqueira
Coordenadora-Geral do Sind-UTE/MG

Paulo Henrique Santos Fonseca
Coordenador do Departamento de Comunicação

Do Nome

O nome **Outras Palavras** foi readaptado pelo Sindicato e, de jornal da entidade que tinha essa grafia, passou a dar voz aos trabalhadores em educação por meio da TV, com o objetivo de promover uma ampla discussão sobre a educação pública em Minas Gerais na visão dos educadores.

Além do quadro Educação em Debate, o programa exibe diversos blocos, que vão se alternando a cada edição ou sendo criados novos, a exemplo: Choque de Realidade, Tira-dúvidas, Atualidade, Calendário de Lutas,, Momento CUT Minas, Momento CNTE e o Humor na Educação. Esse último quadro revela a capacidade do Sind-UTE/MG de sair do lugar comum. Fazer humor na TV para falar com leveza de realidades tão sérias e chocantes da educação é uma iniciativa considerada pioneira e ousada.

O programa piloto foi exibido aos educadores de Minas no auditório do CREA-MG durante as atividades do Conselho, em 12 de abril e, sob olhares atentos, recebeu a aprovação de seus principais telespectadores.

Revista Outras Palavras

Agora, num outro projeto inovador, o Sind-UTE/MG se propõe a dar o formato de Revista ao Programa Outras Palavras. Esse projeto foi lançado, em primeira mão, durante o 11o Congresso do Sind-UTE/MG. A ideia é fazer a publicação na íntegra de alguns quadros exibidos na TV e que estão também disponibilizados no canal Youtube do Sindicato - TV Outras Palavras.

Atualidade

Sociólogo lança livro "Nas Ruas"

Rudá Ricci
Cientista Político e Sociólogo

O Programa Outras Palavras recebe o sociólogo e cientista político, Rudá Ricci, que acaba de lançar o livro "Nas Ruas". Vamos saber um pouco mais sobre esse lançamento, o que traz essa publicação.

Aloísio Lopes: O livro "Nas Ruas" aborda um fenômeno social brasileiro de 2013 conhecido como Jornadas de Junho. Professor Rudá Ricci, o que tem a dizer sobre esse movimento?

Rudá Ricci: O que dá para dizer, em primeiro lugar, é que junho fez o país acordar para 2013. Na verdade, para o século XXI. A gente estava, em termos de movimentos sociais, ainda no século XX. Ou seja, o que é isso? Organizações centrais que tinham uma única bandeira, que concentravam a negociação quase sempre com o interlocutor, Estado, e as massas, então, iam quase sempre uniformizadas. Isso é o século XX, né? Nós aprendemos a fazer política assim.

OP - AL: Mas essa sacudida assustou muita gente, né?

Rudá Ricci: Assustou e ainda assusta né? Porque, de repente, você vê os meninos que são convocados pelas redes sociais e vão lá porque um amigo os convidou, então não têm organização nenhuma. Chega lá e pergunta: "Eu vou lutar pelo o quê?" Aí, eles dizem a ele: "você vai lutar por aquilo que você quer na hora." E ele então compra uma cartolina e faz o seu cartaz. Isso significa que cada cartaz é de uma manifestação.

OP - AL: E quem são esses meninos a que você se refere? São novos atores na política nacional?

Rudá Ricci: São. Esse é um grande problema. Nós deixamos essa meninada de 20 a 30 anos discutir nas redes sociais, falar sobre uma nova forma de fazer política, e gente da minha idade, eu tenho 51 anos, nem sabia que eles existiam e que estavam discutindo. Eles pegaram a gente no contrapé. Eles não nasceram de um dia para o outro. É classe média, têm de 20 a 30 anos. A grande maioria é universitária e com espírito anarquista. Quer dizer, uma crítica muito parecida com as redes sociais. Uma crítica à hierarquia, a uma voz de comando. É aquela história dos anarquistas de "faça você mesmo", cada um faz o que tem vontade. Isso quebra completamente o nosso estilo de fazer política até então. Até para a esquerda.

OP - AL: A presença desses novos atores políticos está mudando o cenário político brasileiro também, né? Na sua avaliação, Governo, seja estadual seja federal, tem conseguido dar resposta a esse movimento?

RC: Muito mal. Na verdade, nós estamos revelando uma geração de políticos ou de gestores públicos muito ruins. Eles não sabem negociar, ficam morrendo de medo. Nós tivemos prefeitos que atenderam os meninos e tudo foi filmado e colocado nas redes sociais em tempo real, que tremiam para falar com eles, uns fugiram e outros ameaçaram. E tinha gente tentando criminalizar, dizendo que todos eram "Black Blocs". Nem sabem direito o que é isso. Que é um termo que vem da Alemanha, inclusive, embora seja inglês, e que depois foi para os Estados Unidos.

OP - AL: Alguns atos mais violentos em manifestações, sejam de manifestantes sejam de polícia, também complicaram um pouco a situação, né?

RC: Complicaram. Mas, a gente tem que fazer uma diferenciação. Eu até publiquei um artigo na Folha de São Paulo no início do ano, que se chamava "Os Black Blocs e os 50 Tons de Vermelho", em que eu tentava mostrar isso. Têm os meninos de junho que são anarquistas, alguns deles usam essa tática Black Bloc de defender os manifestantes, tem também os meninos da periferia, que estão cheios da PM, aí eles não têm teoria nenhuma e tem, inclusive, o crime organizado ligado ao tráfico, que os governos não falam disso porque eles não sabem como lidar com a questão.

O que dá para dizer, em primeiro lugar, é que junho fez o país acordar para 2013. Na verdade,

para o século XXI...

Programa Outras Palavras
Domingo, 20/04/2014

Educação em Debate

Uma discussão sobre o Reinventado o Ensino Médio

O Programa Outras Palavras traz uma discussão sobre o Reinventando o Ensino Médio, numa conversa entre a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, e a professora da rede estadual de ensino, Renata Campos.

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Obrigada por estar aqui no Outras Palavras. Nossa conversa é sobre um assunto muito importante, que é esse tal de Reinventando o Ensino Médio. Afinal, o que é reinventar? O que foi necessário para o governo ter essa ideia de reinventar o Ensino Médio?

Renata Campos: E a gente precisa entender como esse projeto foi criado. Primeiro, para a gente entender por que se falar em reiventar. O Ensino Médio está em crise há muitos anos no nosso país, né? É um problema essa transição do Ensino Fundamental para o Ensino Superior. Existe um grande abismo nisso. E como isso vai ser enfrentado, tanto pela evasão quanto pelo número de vagas oferecido, que não é suficiente para o número de alunos na idade escolar do Ensino Médio. O Governo de Minas, pensando em resolver esse problema, criou esse Projeto. O problema do Reinventando o Ensino Médio é que ele só reinventa no papel, porque as estruturas das escolas continuam as mesmas, não foram transformadas, né? O salário dos professores continua o mesmo. A formação dos professores também é a mesma. Então, o governo reinventa a ideia, mas ele não reinventa a prática da educação do Ensino Médio.

OP - BC: Nas propagandas, o Governo aborda muito a questão da área de empregabilidade dando uma ideia de formação de acordo com a necessidade do estudante. O que é essa área de empregabilidade?

RC: Pois é. O governo disse que não é técnico e nem profissionalizante. Então pais, alunos e professores também não entendem muito bem o que significa essa área de empregabilidade. E, segundo esse conceito, o responsável por estar empregado é o trabalhador. Mas, em todo o material do Reinventando o Ensino Médio, você não encontra essa explicação do que seria essa área de empregabilidade. Segundo o governo, essa área é para estimular o estudo. O problema é que você ofereceu para um Estado, com mais de 800 municípios, cinco áreas de empregabilidade. Imaginar que um Estado, com a diversidade do Estado de Minas Gerais, pode ser abrangido em cinco áreas de empregabilidade é, no mínimo, desumano. Dessas cinco áreas, a escola escolhe três e o estudante escolhe uma área de empregabilidade. Mesmo que essa área de empregabilidade fosse algo benéfico para o estudante, ele teria um leque de escolha muito pequeno.

> ***O problema do o Reiventando o Ensino Médio é que ele só reiventa no papel, porque as estruturas das escolas continuam as mesmas...***

BC: E quem é que dá essa aula de empregabilidade? É alguém formado na área de empregabilidade ou no Turismo? Como é ?

RC: Esse é o outro problema. O pro-

fessor que dá aula dessa área de empregabilidade é quase sempre o professor que já está na escola. E aí pode-se pensar assim: "Mas por que um professor vai se submeter a dar uma aula que não é da sua área de formação?" As questões salariais, a condição de trabalho que a gente vive na rede estadual obriga os nossos colegas a precisarem de mais aulas. E aí eles vão se submeter a essas áreas de empregabilidade. A gente está em 2014, né? O plano piloto é de 2012. Esse ano, as aulas de empregabilidade começaram e, até hoje, os professores não receberam formação. Então, você tem um professor de História formado em História, dando aula de Turismo, de Empreendedorismo, Gestão, Tecnologia da Informação, de Comunicação Aplicada, mas ele não tem formação para essas áreas.

BC: Olha, tem uma questão que eu acho que a comunidade precisa saber: ao estudar nesse Reinventando o Ensino Médio, o meu filho vai sair com uma formação técnica?

RC: Ele não vai sair com formação técnica. Lá na minha escola, quando os pais foram para fazer essa primeira escolha, uma das discussões que nos tivemos foi essa. Porque o estudante não sai com formação técnica. Em conversa com os alunos do movimento estudantil, abordamos sobre o Cefet, que hoje já tem um Ensino Técnico de Turismo, por exemplo, há quatro anos. E uma das queixas é que não há vaga no mercado.

BC: E outra questão. Pais, alunos, a comunidade escolar, em geral, foram ouvidos na construção dessa proposta que hoje atinge mais de duas mil escolas?

RC: Na minha escola, eu posso falar com segurança que não foi ouvida. Segundo o Governo, eles ouviram as comunidades do projeto piloto, que foi desenvolvido em 11 escolas.. Como eu já disse, nós temos mais de 800 municípios. Imaginem o número de escolas. Então, nessas 11 escolas, segundo o Governo, ele ouviu pais, alunos e professores. Eu não conheço ninguém que foi ouvido. Mesmo estando no movimento e conversando com tantos colegas de profissão, nunca vi ninguém que foi ouvido. E na minha escola, ele foi implementado sem que ninguém fosse ouvido.

BC: Bom, nós ouvimos comunidade escolar sobre o Reinventando o Ensino Médio. Vamos ver o que as pessoas acham?

"Temos alunos na zona rural, em uma sala com até 30 alunos, mais da metade vai embora com esse sexto horário. E aí? Como que eu produzo? Ainda mais que eu trabalho com Língua Portuguesa. Os nossos alunos perdendo aula. De que maneira que isso vai ser benéfico para eles? "

Lucélia Pereira *- professora da rede estadual de ensino - Araçuaí*

Lucélia Pereira
Professora

"Podemos elencar três problemas principais. O primeiro é a forma como o projeto foi implementado, de uma maneira autoritária, sem conversa com os professores, com a comunidade escolar. O segundo é quanto à negação de vaga aos alunos do ensino noturno. Ainda temos grande quantidade de adolescentes fora de faixa, que necessitam estudar à noite, pois estão trabalhando, informalmente, eles necessitam ajudar às famílias. E o terceiro, a ampliação do horário dos meninos do primeiro turno. Eles ficam na escola até 12h20 e não tem nenhuma forma de lanche para alimentá-los. A Secretaria de Educação não abre diálogo com a comunidade escolar. Eles só vão cobrar da gente os resultados. Não existe nenhum investimento a mais nas escolas, não existe estrutura nenhuma na escola para trabalhar.

Urgel Ribeiro *- professor das redes municipais de Contagem/Betim*

Urgel Ribeiro
Professor

"A gente tem uma série de estudantes hoje que trabalham, né? Fazem estágio. E aí têm que sair. Às vezes, saem mais cedo para chegar em casa, dar tempo de almoçar, de tomar um banho e ir para a escola e não conseguem com esse sexto horário, né? E essa questão da merenda escolar para quem não trabalha que, às vezes, o estudante fica com fome na escola, estudando."

Francisco Faria *- presidente da União colegial de MG* **(***UCMG)*

Francisco Faria
Presidente da UCMG

"Os professores que ficam lá, não recebem um curso de capacitação para darem essa aula. Eles também não vão receber um salário a mais por isso, é só a hora-aula normal. Aqui, em Belo Horizonte, no dia 27 de março, a gente fez uma grande manifestação, no centro da cidade, contra o Reinventando o Ensino Médio. Em Montes Claros, a galera já fez manifestação porque não tinha merenda nas escolas. Então, o governo deixa faltar estrutura para fingir que quer ter um programa que funciona. E quando esse programa der errado, ele vai colocar a culpa nos estudantes que não querem estudar e nos professores que não querem dar aula. Mas, na prática, quem não quer fazer mesmo é o governo, que não quer investir em educação."

***Bruno Duarte** - estudante*
AMES BH

Bruno Duarte
AMES/BH

Atualidade

Nita Freire lança o livro "Nós Dois"

A escritora, Nita Freire, viúva de Paulo Freire, lançou em Belo Horizonte a convite do Sind-UTE/MG, no Memorial da Anistia, o livro "Nós Dois". Na oportunidade, conversamos com ela, em entrevista de Vera Lima e apresentação de Aloisio Lopes.

Outras Palaveas - Aloísio Lopes: "Preciso de ti como as cordas do violão precisam do artista, como a terra seca precisa da chuva, como a canção precisa do cantor, como o prego precisa do martelo e o martelo do artesão." Esse é um dos trechos das muitas cartas que o educador, Paulo Freire, escreveu para sua amada, Nita Freire. Agora, essas e outras palavras estão ao alcance de todos no livro "Nós Dois" que, Nita Freire lançou em Belo Horizonte a convite do Sind-UTE/MG no Memorial da Anistia. Entre um autógrafo e outro, ela atendeu a nossa reportagem.

Nita Freire: Nós Dois é o seguinte. Quando o Paulo morreu, eu escrevi um livro de crônicas da vida cotidiana. Era editor de livros de Paulo um rapaz, Jorge Cláudio, e ele foi me fazer uma visita, era muito meu amigo, e eu comecei a contar as histórias do cotidiano de Paulo comigo e, quando ele chegou no portão, ele voltou e disse assim: "Nita, eu queria que você escrevesse. Se você quiser dividir com os seus amigos, porque vocês tiveram uma relação muito especial. Quero dizer que toda vez que eu saía daqui, eu sentia que saía benzido, eu saía com a aura diferente daquela que eu tinha entrado. Não só pela sabedoria de Paulo, mas, porque Paulo, numa visita assim, não ficava falando de saber científico-filosófico, mas, por esse amor enorme que emanava de vocês." Então, eu escrevi esse livro. E, de uns três anos para cá, eu digo: "eu quero refazer esse livro." Refiz as crônicas de amor, né? Eu digo: "Mas, eu quero acrescentar um pouco do meu diário de quando eu comecei a namorar com Paulo. E quero muito colocar as cartas e as poesias de amor de Paulo para mim." Essas cartas de Paulo têm uma função pedagógica muito grande. Eu gostaria que homens, lendo isso com suas mulheres, sentissem que podem amar mais, que podem ter uma relação de maior elevo, de maior encantamento de um pelo outro. Nesse livro, eu quero celebrar o meu amor com Paulo e o dele por mim. A maior qualidade de Paulo foi essa capacidade enorme de amar, né? Ultimamente, tenho dito também que acho que uma das grandes qualidades de Paulo... a gente fala de coerência, de generosidade, de tolerância. Todas foram grandes qualidades. Mas, eu quero ressaltar muito essa qualidade que Paulo teve de nunca se lamuriar. Paulo dizia: "eu me nego a apiedar-me de mim mesmo." E você viver com um homem assim é alguma coisa muito fantástica. É isso que esse livro traz.

OP - AL: Respeitado em todo o mundo e um dos mais expressivos educadores da luta por uma educação libertária nos anos de chumbo no Brasil, o pedagogo, Paulo Freire, começou a trabalhar com alfabetização de adultos, em 1961, em Recife. Ele é o criador do método que leva seu nome e que foi adotado pela Unesco e também da Pedagogia do Oprimido, que ainda hoje faz discípulos em todo o mundo.

Paulo Freire faleceu em 2 de maio de 1997, vítima de um infarto. Mas sua imensa obra é imortal.

Nita Freire
Escritora, viúva de Paulo Freire

Programa Outras Palavras
Domingo, 27/04/2014

Educação em Debate

A resistência dos educadores e das educadoras ao golpe civil-militar

Os 35 anos do Sind-UTE/MG e o protagonismo dos profissionais da educação no combate à ditadura (parte 01)

No Educação em Debate, uma discussão sobre a educação e os 50 anos do golpe civil militar. Nosso entrevistado é o professor, Luiz Soares Dulci, primeiro presidente da União dos Trabalhadores do Ensino, que deu origem ao Sind-UTE/MG. Ele foi também secretário-geral da Presidência da República do Governo Lula. Acompanhe agora a sua conversa com a professora, Beatriz Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE/MG.

Luiz Soares Dulci
1º presidente da UTE e ex-Ministro do Governo Lula

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Em abril, comemoramos 50 anos do golpe civil-militar. É muito importante rememorar essa história e entender como a educação mineira, como os trabalhadores em educação se comportaram e contribuíram para a resistência e a derrota dessa ditadura. E nada melhor do que você para contar um pouco dessa história para a gente.

Luiz Dulci: Bem, primeiro é preciso considerar que, por ocasião do golpe de 64, houve uma repressão grande contra professores em várias cidades de Minas. Professores progressistas e democratas, que contribuíam já, naquela época, para a luta a favor das reformas de base e pelos direitos dos trabalhadores. Muitos foram demitidos e alguns foram presos. Então, desde o início do regime militar, a nossa categoria sofreu algum tipo de repressão. Ao longo dos 19 anos de ditadura, uma coisa que precisa ser lembrada também é que muitos professores, em salas de aula, individualmente, sem grande repercussão, faziam um esforço para conscientizar os seus alunos da situação histórica em que o Brasil vivia. Não é fácil dar um exemplo concreto assim, mas, eu me lembro como professor, que começamos já no início dos anos 1970, de ouvir falar de professores que davam aulas de história, de português, de geografia com conteúdos democráticos, tentando criar uma consciência democrática nos seus alunos. E a partir do final da década de 1970, esse trabalho acabou adquirindo uma dimensão de luta sindical, luta política e luta democrática de maneira geral.

OP - BC: Em 17 de maio de 1979, houve a primeira grande greve ainda no período da ditadura. E, em seguida, em 1980, um novo movimento onde você e outros companheiros foram presos. Conta pra a gente um pouquinho dessa história, dessa grande movimentação, que foi origem da UTE. E o que se passou na prisão? Quanto tempo vocês ficaram presos?

LD: Esse movimento foi muito marcante na minha vida pessoal e eu acho que na vida coletiva do magistério mineiro. As coisas estão muito vivas na memória. Primeiro, eu queria dizer que o movimento de 1979 foi muito espontâneo, porque não tinha nenhuma entidade apoiando o nosso movimento. Pelo contrário, as poucas entidades representativas do magistério, digamos assim, foram contrárias. Então, quando se fala: "Ah, como que as lideranças fizeram para criar o movimento?" Eu digo sempre que foi o contrário. Não foram as lideranças que criaram o movimento, foi o movimento que criou as lideranças, porque nós fizemos a primeira reunião, com uns dez professores e amigos, na Faculdade de Filosofia da UFMG achando que íamos começar, quem sabe, um trabalho de convencimento, de persuasão, que levaria muito tempo. Mas, já nessa primeira reunião, resolvemos convocar uma reunião mais ampla, imaginando que viriam 30 a 40 pessoas. Que nada, vieram 200. E a terceira reunião já foi no Sindicato dos Bancários, com o saudoso Arlindo Ramos, que nos cedeu o auditório e, por isso, foi cassado pela ditadura, perdeu o cargo de presidente do Sindicato. A partir daí, foi uma bola de nev porque nós não tínhamos estrutura nenhuma, não tínhamos recursos. Os estudantes secundaristas nos emprestaram uma sala na UMES, na entidade deles. Depois que a greve começou, os jornalistas nos emprestaram uma sala também, muito pequeninha, na Casa do Jornalista. Mas, não precisava de estrutura, de aparato, de dinheiro, porque havia uma vontade não só dos professores, mas, também dos funcionários das escolas, das faxinei-

ras, das cantineiras e dos porteiros. Então, nós acabamos tendo um movimento enorme, que atingiu mais de 500 cidades do Estado. Falava-se, na época, de 200 mil trabalhadores. Eu não sei. Muito espontâneo e muito bonito também. As formas de luta refletiam a criatividade dos professores, especialmente das professoras, com músicas, com teatro, com trovas e com cartazes. Não eram as formas clássicas do sindicalismo. As palavras de ordem também não eram as palavras de ordem clássicas do sindicalismo. Tudo começou com uma luta em defesa da educação e das condições de trabalho dos educadores. Mas, como nós estávamos na ditadura e o governo estadual, nomeado pela ditadura, teve uma conduta muito dura, muito intolerante, jogou bombas de gás lacrimogêneo, jato d'água no professorado, acabou se tornando uma luta também contra o autoritarismo, contra o regime ditatorial. Ela nunca deixou de ser uma luta em defesa da educação, mas acabou sendo, também, uma luta pela redemocratização do país.

OP - BC: Você acha que esse movimento, quando foi tomando essa dimensão, teve apoio da sociedade? Na época, os professores conseguiram conversar com o povo? Em que medida que teve um apoio também? Porque essa relação contribuiu para o debate político da cidade, no caso, do Estado e o questionamento da ordem estabelecida. Teve essa relação? Ou foi um movimento que ficou isolado?

LD: Não, pelo contrário, teve um enorme apoio. Primeiro dos pais e mães dos alunos. Depois de outros sindicatos que começavam a emergir em Minas, do movimento de juventude, da intelectualidade. Tudo muito difícil porque nós estávamos ainda na ditadura. Naqueles meses do nosso movimento, em maio de 1979, ainda foram presos militantes de esquerda em Belo Horizonte. Presos e torturados. A ditadura já tava em declínio, mas continuava muito forte. Talvez porque estivesse em declínio, mais radicalizada ainda, né? E tivemos um apoio muito grande da população. Foi a maior manifestação popular em Minas Gerais, desde 1°de abril

Nós nunca fomos coorporativos no mau sentido, olhando só o nosso lado. Para nós, melhorar os salários, as condições de trabalho dos professores, era melhorar também a educação, educação. E, melhorando a educação, era melhorar a sociedade.

de 1964. E as passeatas, quando nós descíamos, por exemplo, do antigo campo do Atlético, que era o único lugar que cabiam as assembléias, pois havia arquibancadas e o gramado. Quando nós descíamos em passeata para o centro da cidade, para a Praça Sete, chovia papel picado de todos os edifícios. Era a forma que a população tinha de manifestar apoio. Até alguns soldados e oficiais da Polícia Militar, encarregada de nos reprimir, às vezes, falavam: "oh! A minha irmã é professora. Minha mãe foi professora. Nós sabemos que a luta de vocês é justa, mas nós estamos aqui encarregados pela segurança". Então, não havia quem tivesse coragem de negar a legitimidade e o sentido da nossa causa. Até porque eu acho que o nosso movimento sempre soube, e continua sabendo, combinar bem a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores na educação com a luta pela melhoria da sociedade de maneira geral, pelas reformas e pela redemocratização da sociedade. Nós nunca fomos coorporativos no mau sentido, olhando só o nosso lado. Para nós, melhorar os salários, as condições de trabalho dos professores, era melhorar também a educação. E, melhorando a educação, era melhorar a sociedade.

OP - BC: E a sua prisão? Qual foi a alegação? E você não foi preso sozinho, não é?

LD: Em 1979, depois da nossa greve, que foi vitoriosa, quase todas as nossas reivindicações foram atendidas. Não de início. O governo não queria atender, não queria nem negociar. O Governador, Francelino Pereira, na época, disse que a greve não tinha rosto. Aí, eu me lembro que uma professora primária, já veterana, que logo se aposentou, dona Maria de Lourdes, foi lá na televisão dizer: "eu sou o rosto da greve. A greve tem milhares de rostos". Foi uma coisa muito bonita. Eles só dialogaram conosco quando ficou impossível, quando a greve se tornou forte e poderosa. Para se ter uma ideia, o Carlos Drummond de Andrade, o grande Carlos Drummond, que era cronista do Jornal do Brasil no Rio, escreveu uma crônica falando para o governador negociar. O Henfil, que era o maior cartunista do Brasil, escreveu várias historinhas falando para o governador negociar. A nossa greve tinha uma repercussão muito grande, não só na imprensa estadual, mas, também no Jornal Nacional, na imprensa nacional. Ela representou para Minas uma coisa parecida com o que foi a dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, pelo tamanho e pela presença. No Brasil inteiro havia muita curiosidade porque era a greve das professoras. A nossa categoria era majoritariamente composta por mulheres. E tinha uma linguagem, um modo de ser das professoras. Tinha um traço feminino e feminista muito forte. Depois da greve, nós criamos a UTE, também sem dinheiro, sem recurso, sem nada. Os primeiros dirigentes da UTE não eram liberados. Eu, por exemplo, dava 48 horas de aula por semana. Nas horas vagas é que a gente fazia sindicalismo. Eu, até hoje, não sei que horas vagas eram aquelas, mas, em todo o caso, né? Mas isso também era bom porque nós mantínhamos o vínculo com a base. Em 1980, nós fizemos um novo movimento, e acreditamos que, com a força, com a experiência do ano anterior, com a vitória do ano anterior, as condições eram favoráveis. Mas, aí, o regime militar tinha decidido agir duramente, não só conosco. No mesmo período, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo foram presos. O Lula, por exemplo, foi preso no mesmo período em São Paulo. Eu fui preso, mas, também o Luiz Fernando Carceroni, o Fernando Cabral, Carlão e a professora, já falecida, Ísis de Oliveira. Ficamos ali no porão do Dops na Avenida Afonso Pena.

Atualidade

Movimentos Sociais unidos em defesa do Plebiscito da Reforma Constituinte

O Outras Palavras pauta o 5° Encontro dos Movimentos Sociais em Minas Gerais, que coloca na ordem do dia o debate sobre o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político Brasileiro, numa conversa com Bruno Pedralva, do Comitê Popular do Plebiscito.

Bruno Pedralva
Comitê Popular do Plebiscito

Outras Palavras - Aloísio Lopes: Bruno Pedralva é também diretor de Formação e Assuntos Sindicais e Intersindicais do Sindibel - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte. Eles realizam agora, de 1° a 3 de maio, o 5° Encontro Mineiro dos Movimentos Sociais. São várias entidades envolvidas no plebiscito?

Bruno Pedralva: São mais de 100 entidades de todo o Estado de Minas Gerais.

AL: Entidades sociais, sindicais e populares?

BP: Sim.

AL: E qual é a pauta principal desse encontro nesse ano?

BP: Os movimentos sociais, hoje, vêm para Minas Gerais, para Belo Horizonte, reivindicar uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a gente fazer a tal da Reforma Política. Precisamos mudar o sistema político no Brasil. As manifestações de junho disseram isso, né? Do jeito que está o povo não está satisfeito.

AL: Mas, a presidente Dilma já fez essa proposta da Constituinte Exclusiva.

BP: Sim, com certeza. A Dilma fez a proposta logo durante as manifestações de junho, mas, setores conservadores da sociedade brasileira foram contra e disseram que não topariam. Por exemplo, o próprio vice-presidente, Michel Temer, recusou.

AL: Como seria esse plebiscito? É uma mobilização que vocês vão fazer? Vai ter votação?

BP: Já que as forças mais conservadoras não quiseram um plebiscito social, o povo resolveu fazer um plebiscito e exigir que o Estado Brasileiro tome a medida e convoque uma constituinte para a gente poder fazer a reforma política.

AL E essa votação aqui em Minas Gerais, aliás, no Brasil todo, porque é nacional, será em setembro?

BP: Vai ser em setembro, na Semana da Pátria, de 1° a 7 de setembro.

AL: Agora, explique por que vocês defendem uma Constituinte, quer dizer, uma assembleia de parlamentares para fazer essa Reforma Política. Por que tem que ser exclusiva?

BP: Pelo seguinte. Hoje, o Congresso Nacional é hegemonizado por setores que não querem fazer a Reforma Política. Para você ter uma ideia, para ser eleito deputado federal, o sujeito gasta R$ 1 milhão em média. Então, o cara que está beneficiado com o cargo que ocupa, que foi financiado por empresas privadas, não vai querer mudar as regras do jogo. Então, para que realmente isso aconteça, nós precisamos de pessoas eleitas, independentemente, ou seja, outro tipo de assembleia para poder votar e mudar o sistema político.

AL: Até porque essa Reforma Política poderia instituir, por exemplo, financiamento público de campanha..

BP: Sim.

AL: E não privado como é hoje. Agora, vocês já têm uma experiência de plebiscito aqui em Minas, não é isso?

BP: Sem dúvida. No Brasil inteiro e em Minas Gerais. No Brasil inteiro, o mais famoso foi o da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que foi em 2002, quando mais de 10 milhões de brasileiros votaram pelo não à ALCA, e nós conseguimos barrar esse projeto, que era dos Estados Unidos com o governo brasileiro à época. Em Minas Gerais, no ano passado, mais de 603 mil pessoas de mais de 300 cidades disseram que queriam abaixar o preço da luz. Foi o Plebiscito da Energia de Minas Gerais. Infelizmente, a Cemig pediu 30% de aumento. A Aneel concedeu 15% de aumento. E nós tivemos essa pequena perda. Mas, nós estamos na luta. Inclusive, o Encontro de Movimentos Sociais, agora, de 1° de maio, vai ser para gente entregar esse resultado para o governador. Se 603 mil mineiros quiserem abaixar o preço da luz, será um absurdo a Cemig aumentar o preço da luz como fez esse ano.

Hoje, o Congresso Nacional é hegemonizado por setores que não querem fazer a Reforma Política. Para você ter uma ideia, para ser eleito deputado federal, o sujeito gasta R$ 1 milhão em média...

Programa Outras Palavras
Domingo, 04/05/2014

Educação em Debate

A resistência dos educadores e das educadoras ao golpe civil-militar Os 35 anos do Sind-UTE/MG e o protagonismo dos profissionais da educação no combate à ditadura (parte 02)

Acompanhe a continuação da conversa entre o professor Luiz Soares Dulci, ex-ministro do Governo Lula e a coordenadora- geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, sobre a educação e os 50 anos do golpe civil militar.

Luiz Soares Dulci
1º Presidente da UTE e ex-Ministro do Governo Lula

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Hoje a gente discute os 50 anos do golpe civil-militar e como a educação foi um instrumento importante de resistência e de protagonismo. Você ficou preso por quanto tempo?

LD: Nós ficamos presos um mês.

BC: Sob qual acusação?

LD: A acusação é que nós estávamos subvertendo a ordem política e social do país. Fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, em um inquérito chamado policial militar, fizemos a nossa defesa e dissemos que nós estávamos lutando legitimamente em defesa dos direitos dos educadores e acabamos não sendo pronunciados depois, porque o próprio tribunal, o Superior Tribunal Militar considerou que a acusação era pouco consistente. Mas, de qualquer maneira, a repressão ao nosso movimento foi muito violenta e nós fomos presos e muitos outros professores e professoras foram perseguidos no interior. Funcionários da Delegacia de Ensino correram com barras de ferro atrás de professor. O governador e o secretário de educação ou a delegada de ensino ameaçavam os professores, mandavam para Secretária da Educação a lista dos faltosos para encurtar o ponto, não é? Havia muita repressão e isso assustava muito porque nós estávamos ainda em uma ditadura. Muitas cidades, depois de 40 dias de greve, acabaram voltando por repressão, mas, eles não conseguiram inviabilizar; bem, 40 dias em 79, em 1980, com as prisões e tudo, a grave acabou demorando menos. Mas a solidariedade foi muito bonita também, eles não puderam, por exemplo, nos bater, nos torturar, porque durante todos os 30 dias que nós ficamos presos tinha uma vigília permanente em rotatividade durante o dia, inclusive, com alunos.

BC: E nesse período é que aconteceu a greve de fome?

LD: Nesse período nós fizemos a greve de fome. Avaliamos que era preciso porque, com a prisão, o risco de o movimento acabar imediatamente era muito grande. Naquele contexto de ditadura, ameaça de prender outros colegas, o risco de que o movimento fosse destruído era muito grande. Então nós resolvemos fazer a greve de fome para dar uma visibilidade maior naquela causa, e ficamos nove dias em greve de fome, mas o apoio nós sabíamos que era muito grande. Houve manifestações muito bonitas na Igreja são José por exemplo. Só da gente saber que a greve não tinha acabado, que a luta continuava, que os professores, até por solidariedade a nós, mantinham o seu movimento, dava muita força para a gente continuar. E embora a greve tenha sido derrotada, do ponto de vista das reivindicações, a UTE saiu moralmente fortalecida, porque a prisão foi uma demonstração de fraqueza da ditadura, não de força. O governo estadual da ditadura demonstrava, na prática, que não era capaz de dialogar e resolver pela negociação uma luta sindical, que recorria a formas de repressão. Tanto é verdade que depois que nós fomos libertados, e que a greve terminou, mais uns 20 mil professores se filiaram ao nosso sindicato. Eu, por exemplo, fui convidado para ser paraninfo do Instituto de Educação, houve uma votação entre os alunos do Instituto e tinha dois candidatos, o governador Francelino Pereira e eu, como presidente do nosso Sindicato. E a votação não era por mim, era de elogio à valorização da nossa luta. O governador perdeu e a nossa greve ganhou. Eu fui lá, contra a vontade da diretora, que ficou irritadíssima de saber que o governador proposto por ela tinha perdido, e que o presidente do Sindicato, proposto pelos trabalhadores da educação, tinha sido escolhido para paraninfo.

BC: Bom Dulci, 50 anos depois do golpe, quais são as lições em sua opinião que a gente não pode esquecer? De todo esse período, do que foi o protagonismo da educação na resistência,

quais são as lições que a gente não pode deixar para trás?

LD: É uma opinião. Eu não sou um historiador, sou uma pessoa de português de carreira, mas, eu acho que seja para resistir ao regime autoritário seja para superá-lo e para avançar nas transformações da sociedade, em defesa das maiorias, eu acho que têm algumas lições que a gente aprende né, que nós já aprendemos naquela luta. A primeira é que a luta não pode ser feita só por cima, só na esfera da política, tem que ser feita de baixo para cima com os movimentos, com as organizações populares, e que a luta não pode ser feita só pelas lideranças. A gente tem que criar canais para que a base e os integrantes de uma categoria, de uma cidade, de um país, possam participar do processo. Qualquer luta é mais forte quanto maior raiz ela tiver na base da categoria. A UTE, que depois e tornou Sind-UTE/MG, é um dos sindicatos do Brasil que tem maior número de filiados de todas as categorias, porque nasceu da luta. Provavelmente, se nós já tivéssemos uma sede chique, muito dinheiro, um aparato, talvez, nós tivéssemos menos filiados. Mas, como nós criamos um sindicato a partir do movimento, a luta é quem nos ensinou que era necessário uma forma de organização. Nós não tínhamos imposto sindical. Funcionamos sempre com a contribuição voluntária dos professores. Então, a primeira coisa que nós fizemos foi rodar o estado inteiro convocando os professores para ajudar a organizar a sua própria entidade, da mesma forma que eles tinham organizado o seu próprio movimento, que não foi feito a partir de Belo Horizonte. Alguém teve ideia, e aí espalhou para o interior. Eu me lembro uma vez que uma professora do Jequitinhonha ligou e nós atendemos o comando e ela disse assim, isso em 79: "quais são as reivindicações? Já entramos em greve". Quer dizer que não foi uma coisa que alguém mandou, orientou, impôs, mas foi fruto da consciência da própria base. E foi assim que a ditadura caiu no Brasil. A ditadura teria permanecido durante muito mais tempo senão tivesse havido um amplo movimento do operário camponês, de professores, de bancários, de outras categorias, da juventude. E foi assim também que nós conseguimos fazer transformações sociais no Brasil nesses últimos 35 anos. Quando a gente consegue transformar é porque houve mobilização de base, é porque a população se organizou, e é porque o movimento não foi feito só no âmbito da política institucional, mas , também a partir das bases sociais. Eu acho que essa é a principal lição, e no caso do nosso sindicato, que sempre se manteve muito ligado à base, que sempre funciona debaixo para cima e essa capacidade de combinar a luta pela educação com uma luta pelos demais interesses da nossa categoria e de todas as categorias. Então, eu acho que houve um aprendizado muito grande, eu quero concluir essa minha resposta dizendo que eu depois participei de outras coisas das Diretas Já, das campanhas vitoriosas do presidente Lula ao Palácio do Planalto. Mas, para mim pessoalmente e, existencialmente, não houve luta tão bonita e tão marcante quanto as de 79 e 80.

BC: Você é professor de Língua Portuguesa?

LD: Sim, de Língua Portuguesa.

BC: Mas essa conversa foi uma aula de História, e muito importante para gente que está na profissão agora, para minha geração e para geração que está entrando em uma escola pública.

Atualidade

"Time valorizado vira o jogo!"

Foi com esse slogan da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que educadores mineiros reafirmaram durante as atividades da 15ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, os eixos defendidos pela Confederação visando a valorização profissional.

"A importância da Semana da Educação é que ela visa esclarecer à comunidade escolar de todo o país da necessidade da aprovação do Plano Nacional de Educação, assim como dos planos estaduais e dos planos municipais de educação. Um item que não pode faltar no Plano Nacional de Educação é a valorização dos profissionais da educação com a destinação de 10% do PIB, estritamente para serem utilizados nas escolas públicas."

Marilda de Abreu Araújo
Secretária de Organização da CNTE e diretora estadual do Sind/UTE-MG

"A CUT, desde o seu nascimento, defende uma educação socialmente referenciada na perspectiva de que não existe uma educação de qualidade, socialmente referenciada, se não houver valorização dos profissionais que atuam na educação. Pela sua alta complexidade, necessidade de dedicação dos profissionais da educação com os alunos, que a categoria atende em todo o país. E o lançamento dessa campanha pela CNTE aqui é o reconhecimento primeiramente da importância que o Sind-UTE/MG tem no cenário nacional na defesa da educação e da promoção da educação de qualidade, e também pelo que significa como um dos maiores e mais combativos dos 3.800 sindicatos que a CUT tem na sua base."

José Celestino (Tino)
Secretário Nacional da CUT

"Os educadores mineiros têm a responsabilidade junto com todos os outros trabalhadores da educação do Brasil de defender a escola pública. Então é fundamental que a categoria se una nesses momentos difíceis que nós estamos passando, porque o projeto político de Minas Gerais é neoliberal, é um processo político pensado no Consenso de Washington. Então, é fundamental que a sociedade mineira saiba que a qualidade de ensino, o descaso com que os governos liberais tratam a educação, fundamentalmente, é para prejudicar o conhecimento e o saber que os alunos devem aprender e apreender nas escolas públicas."

Mário Sérgio Ferreira de Souza
Coordenador do departamento dos Especialistas da Educação Pública / CNTE

Programa Outras Palavras
Domingo, 11/05/2014

Atualidade

A temática da Comunicação como foco de estudo na UFMG

Juarez Guimarães
Professor de Ciências Política da UFMG

Liberdade de expressão e formação da opinião pública. O Outras Palavras provocou o debate acerca dessa temática, por meio de uma conversa com o professor Juarez Guimarães, do departamento de Ciência Política da UFMG. Uma discussão que precisa, definitivamente, ganhar as salas de aula.

Outras Palvras - Aloísio Lopes: Temos o prazer de receber hoje o professor Juarez Guimarães, que é professor de Ciência Política da UFMG. Dentre os vários livros de sua autoria, os mais recentes são "Liberdade de Expressão" e "A Corrupção da Opinião Pública". Professor Juarez, a academia, no caso agora a UFMG parece que está bem interessada em discutir a temática da comunicação. Isso é a interferência que a comunicação tem na política?

Juarez Guimarães: Exatamente. Nós estamos refletindo cada vez mais sobre a necessidade de construir uma teoria, conceitos e uma linguagem pública que vincule, decididamente, a política e a comunicação. Nós temos a avaliação de como os povos, em geral, lutaram durante muitas décadas. Inclusive, o povo brasileiro, que para ter o direito de voto, hoje se faz necessário, com muita centralidade, a luta pelo direito à voz pública, isto é, o direito de falar e ser ouvido na democracia brasileira.

AL : Quando o senhor se refere à opinião pública, muitas pessoas podem confundir com pesquisas de opinião, efeito de publicidade sobre o que as pessoas falam em determinados assuntos. Com qual conceito podemos trabalhar nessas obras que vocês, agora, pesquisam e desenvolvem?

JG: Nós sabemos que as sociedades democráticas são marcadas por conflitos de interesses e de valores. Então, a formação da opinião pública democrática exige que todos tenham direito à voz pública, que haja meios de comunicação, regras de debate que promovam o debate público, para que se chegue a opiniões majoritárias ou, eventualmente, consensuais. O que não pode ocorrer, como muitas vezes e com frequência ocorre, é que certos órgãos da mídia, certas empresas de comunicação arrogam a si o direito de expressar em nome do povo brasileiro a opinião sobre determinados assuntos, chamando a sua própria opinião, a sua opinião privada, a sua opinião corporativa de uma expressão da opinião pública.

AL: O senhor diria que esse poder que a mídia adquiriu no Brasil e em vários países se deve, principalmente, à concentração na propriedade desses veículos da comunicação? Que hoje nós temos um grupo pequeno de empresários, de poucas famílias que dominam as comunicações no Brasil. Isso é um problema?

JG: Se deve a dois fenômenos conjugados. Em primeiro lugar, aquilo que nós chamamos de uma privatização da opinião pública, isto é, os fundamentos da construção de uma opinião pública democrática, como a TV estatal democrática, formas de comunicação comunitárias, alternativas, que são precaríssimas ainda no Brasil, e desenvolveu-se um forte mecanismo empresarial, econômico de mídia, que controla a mídia brasileira. Então, além dessa privatização, há uma grande concentração do poder dessas empresas fazendo com que elas tenham uma capacidade de interferir diretamente na formação de opinião, privatizando o processo de formação de opinião e corrompendo-o no sentido de evitar a formação de uma opinião pública democrática.

AL: Agora, a Constituição brasileira estabelece em alguns artigos a quebra do monopólio, a garantia da diversidade na televisão. O senhor diria, então, que a Constituição não está sendo seguida? É preciso uma nova legislação?

JG: Ela não foi regulamentada como deveria ter sido. Existe, até hoje, um bloqueio, um veto a que esses princípios constitucionais se transformem em legislação operante e capaz de regular o acesso democrático dos brasileiros ao direito à voz pública.

AL: Obrigado professor Juarez pela sua presença aqui no Programa.

JG: Eu é que tenho a agradecer já que o público dos educadores, dos professores são fundamentais para essa luta, pela formação de uma opinião pública democrática no Brasili.

Programa Outras Palavras
Domingo, 18/05/2014

Educação em Debate

Um debate sobre o Ensino Religioso

Cícero Clarindo
Professor de Ensino Religioso

Desde 2013, a Secretaria de Estado da Educação retirou os/as professores/as habilitados/as em Ensino Religioso dos anos iniciais. Com isso, a disciplina foi assumida pelo/a professor/a regente de turma. O Programa Outras Palavras também pautou esse assunto.

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Conversamos com o professor Cícero Clarindo, de Ensino Religioso desde o ano de 2002. E o que nos motivou a fazer essa conversa foi a prática do Governo de Minas que, desde 2013, retirou mais de 15 mil professores e professoras de Educação Física e Ensino Religioso dos anos iniciais do ensino fundamental. Com isso, impôs que a professora regente assumisse essa disciplina, obrigando-a a trabalhar 30 horas semanais por cargo. E também desrespeitou a legislação estadual que nós temos desde 2005, que garantindo que essas disciplinas, Educação Física e Ensino Religioso, devam ser ministradas por profissionais habilitados. Então, o nosso debate com o professor Cícero vai ser em torno da questão do Ensino Religioso. Começo exatamente com uma questão que muitos professores e muitos militantes questionam. Se nós estamos num Estado laico para que Ensino Religioso nas escolas públicas?

Cícero Clarindo: A questão do Ensino Religioso na escola pública é muito importante justamente para que a gente possa esclarecer essas questões. Há uma confusão na sociedade, que imagina o Ensino Religioso como uma prática de religião. Então, a primeira coisa que nós precisamos estabelecer é distinguir o ensino religioso escolar. O meu professor na faculdade, o Wolfgang Gruen, gostava de fazer essa distinção. Ele falava de Ensino Religioso Escolar. Porque há vários tipos de ensino religioso. Há um ensino religioso que é próprio das religiões, das igrejas, e há o Ensino Religioso Escolar. O Ensino Religioso Escolar é diferente. Ele vai trabalhar a globalidade das religiões, vai trabalhar a partir da questão do fenômeno religioso. Então, assim como a religião aparece na sociedade, as religiões, na verdade, e não como a fé de cada um. A fé de cada pessoa não está nunca em discussão no Ensino Religioso. A fé ou a ausência dela, porque, para nós professores de Ensino Religioso, é fundamental que o aluno, estudante seja respeitado no seu ser. Aliás, isso está na lei, que fala que o ensino religioso deve trabalhar a diversidade cultural e religiosa do Brasil e de cada região. Então, fundamentalmente, essa é a questão.

> ***Há um Ensino Religioso que é próprio das religiões, das igrejas e há o Ensino Religioso Escolar. Ele vai trabalhalhar a globalidade das religiões...***

OP - BC: Qual é a importância, então, do ensino religioso na escola?

CC: A importância do ensino religioso na escola é justamente vislumbrar horizontes e perceber que, se eu for religioso, além da minha religião, existem outras. E que é importante que eu conheça a minha religião na disciplina de Ensino Religioso. Só que tem uma abordagem histórica das religiões, como elas se constituíram, qual a origem, como ela se desenvolve. Mas, vai conhecer outras religiões também. E aí aquela questão é fundamental, que é a questão do respeito, né? Eu, sabendo da existência do outro, eu posso respeitá-lo, posso conhecê-lo. Dizem alguns pensadores que é impossível respeitar o que não se conhece. Então, a questão do conhecimento é o foco do ensino religioso na escola, o conhecer. O foco da religião é diferente: é crer, é acreditar. Eu digo que o Ensino Religioso é uma matéria que faz perguntas e a religião não, é um lugar da admiração diante da divindade, diante da deidade, diante de Deus, ou dos deuses ou da deusa que você admira, você ajoelha,

você faz gestos religiosos. No ensino religioso você faz perguntas e conhece outras religiões também, conhece o outro diferente, que acredita diferente de você, mas que é tão humano quanto você.

BC: Então, essa questão das diferenças, do conhecer o outro seria um aspecto importante numa sociedade que está cada vez mais intolerante, né? As pessoas estão cada vez mais intolerantes com o que me é diferente, com o pensamento do outro. Eu acho que isso tem um pouco a ver, não?

CC: Tem tudo a ver. A questão do ensino religioso é justamente trabalhar a tolerância. Mas, não só a tolerância; queremos ir além dela, porque quando eu conheço o outro, aí eu o respeito e não só o tolero. Porque a questão da tolerância, eu mantenho o outro no cantinho dele, escondido. A questão da liberdade religiosa vai além. O outro pode se expressar na rua, nos seus espaços sagrados, nos seus espaços públicos da rua com liberdade. Então, eu posso ver o outro. E sabendo também como ele é, não me sinto ameaçado. O grande problema do intolerante é que ele tem medo. Ele teme o outro como alguém que vai atacá-lo, como alguém que vai devorá-lo. E, quando você conhece o outro, você sabe que não é aquilo. Então, nós temos numa sociedade histórica, um estado marcado pelo cristianismo, de viés português, a questão da colônia, e que foi intolerante durante muito tempo. A gente começa a dialogar já dentro do cristianismo no século XIX, final do XIX, começo do século XX. Só mais recentemente é que a gente começa a dialogar com as religiões de matriz indígena e com religiões de matriz africana. Então, ainda há muito fortemente uma discriminação em relação a essas vertentes religiosas, sobretudo, à indígena e a africana. Então, conhecendo essas vertentes, você percebe que nada é temeroso, é o jeito do outro acreditar. Tem coisas muito interessantes como a questão da hegemonia, algo ser dominante em um lugar e da gente estar sempre ali, pois a gente acha que é absoluto. Mas, é interessante quando o aluno percebe. Na Ásia, por exemplo, há grandes estátuas de Buda e o aluno fica assustado. Ele fala: "o que é isso? Aqui, no Brasil, a gente tem estatuazinhas". Aí, ao chegar à Ásia, você tem uma estátua de 20 metros ou de 30 metros de altura. É outra cultura, outra realidade. Então, você começa a perceber que não é a cereja do bolo, né? Você é importante, mas há outras religiões, outras culturas tão importantes quanto a sua, e isso leva à convivência e ao diálogo.

BC: Voltando para a realidade do Estado, que retirou o professor habilitado tanto na Educação Física quanto no Ensino Religioso dos anos iniciais. Conta para a gente qual é a importância do professor com a formação específica para atuar no Ensino Religioso?

CC: A questão do professor com formação específica de Ensino Religioso para atuar, sobretudo nos anos iniciais, é fundamental. Porque o Ensino Religioso atua numa área da cultura, uma área muito difícil. Que é mais ou menos quando se trata da questão do futebol, política e religião, que não se discutem. Não se discute por quê? Porque é onde afloram as emoções, onde afloram as crenças e as paixões. Então, o professor de Ensino Religioso é aquele que tem uma formação que permite fazer essa abordagem com uma criança, no caso do Ensino Fundamental 1, que vai fazer isso de uma forma apropriada, trazer essa questão da diversidade, mostrar a questão da diversidade sem traumas. Eu até conto para você que, outro dia, eu chegava à escola de ensino fundamental 1 e eu levei um susto, porque é uma escola pública, então onde supõe que o Estado laico funcione, mas eu chego e é entrada de turno e não tem professor habilitado. Então, a entrada é feita na escola sob a responsabilidade da direção da escola, setor pedagógico, e está correndo oração de tudo quanto é tipo. Então, ensino religioso não é problema na escola é solução para quando você quer a diversidade e o respeito ao Estado laico. E aí o professor da disciplina de Ensino Religioso faz isso de uma forma concreta, de uma forma pedagogicamente articulada, inclusive, junto com os professores, ali, do Ensino Fundamental 1 das séries iniciais.

BC: Para finalizar, eu queria a sua opinião. Por que os governos fazem o que nós estamos enfrentando? Não valorizam a formação do professor para aquela disciplina, como é o caso do Ensino Religioso?

CC: Historicamente, nós temos um problema, que é pedagógico e é cultural também, só que é uma cultura de escola. Essa cultura costuma valorizar as disciplinas valorizadas no mercado, exceto língua estrangeira. O Inglês, por exemplo, é pouco valorizado. Então, nós falamos que, na escola, nós temos algumas disciplinas que são marginalizadas. Aliás, a Lei do Ensino Religioso de Minas Gerais trata disso, fala que os professores serão tratados de forma isonômica.

BC:: Lei que a própria Secretaria da Educação, hoje, desrespeita.

CC: Aí, então, Ensino Religioso, Educação Artística, Arte, e Língua Estrangeira sofrem esse desrespeito. Não as valorizam, por quê? Valorizam o que? Aquilo que, em tese, o mercado valoriza. A questão mais técnica, em tese, o mercado valoriza. Língua Portuguesa e Matemática. As outras disciplinas preenchem espaço, mas não é isso que a gente vê na sociedade hoje. A sociedade hoje, na verdade, precisa e demanda muito dessas matérias que são marginalizadas pelos governos. Tanto Arte, quanto Ensino Religioso, quanto Língua Estrangeira são disciplinas fundamentais para a convivência social, para a evolução da sociedade e para a construção da cidadania.

Programa Outras Palavras
Domingo, 25/05/2014

Educação em Debate

Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG coordena pesquisa sobre trabalho docente no Brasil

O Programa Outras Palavras destacou no quadro Educação em Debate, dados de uma pesquisa realizada pelo Gestrado da UFMG e que revela o perfil dos docentes de Minas Gerais.

Adriana Duarte
Professora da Faculdade de Educação da UFMG (FAE)

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Conversamos com Adriana Duarte. Ela é professora da Faculdade de Educação da UFMG (FAE), e também vice-coordenadora do Gestrado (Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG). Coordenou uma importante pesquisasobre trabalho docente no Brasil. Por meio desse trabalho, inicialmente realizado em sete estados, foram ouvidos mais de oito mil trabalhadores em educação. Vocês identificaram muitas questões relevantes. Então, a partir dessa pesquisa, quem é o docente hoje?

Adriana Duarte: Eu vou dar mais dados sobre a pesquisa porque eu acho que é importante para que as pessoas compreendam a dimensão dela. Essa pesquisa foi coordenada pelo Gestrado e abrangeu sete estados da Federação Brasileira. Então, os estados representantes da Região Norte (Pará), Região Nordeste (Rio Grande do Norte), da Região Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo), Centro- Oeste (Goiás), além de Santa Catarina e Paraná. Nós entrevistamos o que nós chamamos de docentes. E a gente tem uma concepção mais ampla de docente. Para nós, docentes são todos professores e aqueles que têm alguma atividade pedagógica com as crianças. Então, se é supervisor pedagógico ou é pedagogo, nós os consideramos docentes. Se ele é diretor, mas, ele é professor e está em cargo de diretor, nós o consideramos docente. Aqueles sujeitos, hoje, contratados para trabalhar na escola em tempo integral também foram entrevistados. Sejam eles oficineiros, estagiários, porque todos exercem a atividade com as crianças, com os jovens e adolescentes. Então, nós consideramos todos esses docentes. Desse grupo, nós tivemos 8.795 respondentes. Essas pessoas foram convidadas a participar da pesquisa, já as escolas e municípios foram sorteados. Em cada Estado, nós entrevistamos docentes das escolas tanto da capital quanto do interior. No interior, mais quatro municípios que foram sorteados. Então, em cada Estado foram cinco municípios que participaram da pesquisa. Em todos, a capital foi escolhida como sendo um dos municípios. Os outros quatro foram sorteados. Bom, os sujeitos docentes. Quem são eles hoje? A grande maioria é do sexo feminino. Esse dado já era demonstrado pelo INEP, mas, nós encontramos como respondentes 82% de mulheres. Somente o Estado do Pará apresentou um percentual maior de homens, que foi 30%, um dado diferenciado. E o Estado que apresenta menos homens é o Paraná só com 12%. Então, a feminização da profissão é algo muito forte ainda, principalmente, na educação básica. Agora, a faixa etária nos preocupou. A média de idade dos docentes é de 41 anos. Minas Gerais e Goiás são os estados que apresentam uma média ainda maior. A gente fica preocupada porque os nossos docentes estão mais maduros, vamos chamá-los assim, mas, estão envelhecendo, e a gente não vê os jovens escolherem essa profissão. Então, a atratividade dessa profissão docente é algo que nos preocupa, porque já existe uma defasagem de docentes apontada em algumas disciplinas. Com a obrigatoriedade estendida para 4 a 17 anos, aí a gente tem especulações de 40 mil docentes. Então, a gente tem, aí, um docente que está envelhecendo, e a gente tem uma pouca atratividade dessa profissão. Então, é algo muito sério para a gente pensar em termos de sociedade, principalmente, quando se alarga essa obrigatoriedade. Temos até 2016 para cumprir isso. Então, nós precisamos tornar, de fato, essa profissão mais atraente, né? Com melhores condições de trabalho. E a pesquisa vai mostrar péssimas condições de trabalho. Isso é muito complicado. No Brasil, nos sete estados pesquisados, as condições são muito precárias de trabalho, principalmente , em Minas Gerais e no Estado do Rio Grande do Norte.

BC: Em que condições os profissionais da educação, os docentes trabalham aqui em Minas Gerais?

AD: Bom, 63% dos docentes mineiros recebem até dois salários mínimos. Se a gente compara o salário dos professores da rede estadual com o salário dos professores das redes municipais,

nós vamos perceber que o Estado de Minas Gerais paga menos do que nos municípios pesquisados em Minas, como Paracatu, Bambuí, Formiga, Raul Soares e Belo Horizonte. Então, Minas Gerais paga ainda um salário pior. Na rede estadual, 54% dos nossos professores que recebem dois salários mínimos têm de 10 a 15 anos de profissão. Quer dizer, não são professores iniciantes, são professores que já têm uma carreira dentro da profissão. Que deveriam ter uma carreira. A gente vai fala disso depois. Eles tiveram uma carreira muito ruim, tardia e, agora, com subsídio aniquilado na rede estadual. Bom, 42% desses professores têm pós-graduação e, ainda, recebem até dois salários mínimos. Então, estou pegando esse percentual que está entre dois salários mínimos e estou tentando mostrar que, mesmo eles buscando aquilo que era um dos pilares básicos da carreira, que é a formação e o tempo de serviço, continuam na faixa de dois salários mínimos, o que é muito preocupante. Historicamente, se a gente pensar na carreira, ela tinha pelo menos esses dois pilares. E, no entanto, os nossos docentes cumprem esses dois pilares e ficam nessa faixa etária. É importante mostrar, também, que quase 50%, ou seja, 44% dos professores da rede estadual trabalham em outra unidade educacional, o que faz com que eles tenham que trabalhar em outra unidade, redes diferenciadas. Às vezes, outra rede pública ou em redes privadas. Isso soma. As redes em que trabalham são diferentes e os alunos também. Somado a isso tudo há intensificação do trabalho desse professor. Então, a gente tem um professor que tem condições piores de trabalho, 85% deles se mostraram muito insatisfeitos com o salário e 53% dos docentes da rede estadual estavam atuando sem concurso público. Na ocasião da pesquisa, que foi em 2009, 41% deles disseram que queriam fazer concurso para outra rede, continuar na área da educação, mas se concursar em outra rede que tivesse condições melhores de trabalho.

BC: Na nossa categoria, a maioria é mulher e a maioria já não é jovem e quem está na área não tem perspectiva para continuar. Está no Estado e buscando outras condições de trabalho?

AD: Sim. E é preocupante, porque nós voltamos às escolas, nós fizemos as entrevistas em 2009, e voltamos às escolas em 2011, 2012, para fazer os grupos focais, que são continuidade, a parte 2 da pesquisa. E centramos as perguntas do grupo focal sobre as condições de trabalho. O que apareceu foi um desânimo muito grande por parte dos professores da rede estadual de Minas Gerais. Com a criação do subsídio, eles não enxergam, e com o congelamento do salário até 2015, o que entendem é que eles não têm carreira e perspectiva. Então, dizem que eles estão totalmente desmotivados. Eu acho que a política da rede estadual, hoje, desmotiva porque é uma política que tem um projeto deresultados na educação. E a gente tem que entender muito bem isso, porque todos falam de qualidade. Então a gente precisa qualificar que qualidade é essa. E falam também de resultados. Todos nós queremos bons resultados na educação e qualidade na educação. Mas, Minas está trilhando o caminho dessa qualidade, de pensar a qualidade em cima de resultado. E de ter uma política de resultado, que é uma política toda implantada em cima do pensar em educação como uma mercadoria, trazendo para dentro da escola pública instrumentos que são do setor privado. O que é uma privatização clara dentro da área da educação, com instrumentos privados de medidas para qualificar se essa educação é de qualidade ou não. Cria-se uma competitividade muito grande no interior das escolas. Você paga por meio de bônus, portanto, você tem um incentivo por meio de bônus, e aí você não precisa pensar na carreira. O resultado individual e coletivo da escola, o coletivo pensado só na hora do resultado. Então, você não tem uma gestão democrática da escola pública, você fala da gestão democrática, mas, você não exerce, não exerce em termos da secretaria e não exerce em termos da gestão escolar.

Atualidade

Greve na educação

Outras Palavras - Vera Lima Bolognini: Desde o dia 21 de maio, os trabalhadores em educação de Minas Gerais estão em greve, por tempo indeterminado. Sobre esse assunto, conversamos com Beatriz Cerqueira, professora e coordenadora-geral do Sind-UTE/MG. A decisão foi tirada em assembleia estadual realizada no último dia 15. Além do piso salarial, a categoria reivindica o descongelamento da carreira e qualidade no ensino. A pauta de reivindicações foi protocolada, em janeiro deste ano, e segundo o Sind-UTE/MG a greve é uma resposta da categoria ao governo do estado, que até agora não abriu negociações com os educadores. É isso mesmo?

Beatriz Cerqueira: Sim. Desde janeiro, o Sindicato apresentou a pauta de reivindicações ao governo e não tem negociação. Este governo decidiu que não quer negociar nada com a nossa categoria. Nós estamos sem carreira, sem reajuste do piso, efetivados pela Lei 100, o governo está empurrando para depois da eleição. Que condições nós temos de ficar hoje dentro da escola estadual?

VLB: E o que vocês pretendem fazer?

BC: Nós temos que fazer uma luta que modifique essa situação. Por isso, a greve a partir do dia 21 de maio, com uma nova assembleia no dia 28 de maio. Não é possível ficar dentro da escola aguentando a situação.

VLB: Qual é a recomendação do Sindicato para a categoria?

BC: Não aceite o assédio moral, não aceite ninguém te dizendo que você não tem o direito legítimo de fazer a greve. Servidor efetivo, efetivado, designado... todo mundo tem o direito de fazer a greve. É um direito previsto na Constituição Federal. E por falar nos vínculos, se nós pensarmos tanto designado, o efetivado e o efetivo estão muito prejudicados pelo atual momento. Então, é hora ir à luta, fazer a luta coletiva.

Programa Outras Palavras
Domingo, 01/06/2014

Educação em Debate

Outras Palavras divulga dados de uma pesquisa que revela o perfil dos docentes de Minas
Estudo foi desenvolvido pelo Gestrado da UFMG

O Educação em Debate continua a conversa com a professora Adriana Duarte, do Gestrado da FAE/UFMG, sobre uma pesquisa que revela dados impressionantes sobre o perfil dos docentes deMinas Gerais.

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Como é a relação entre remuneração, carreira e qualidade na educação. Ela existe?

Adriana Duarte: Sim, lógico que existe. Se a gente pegar todos os documentos da educação**,** partindo da Constituição Federal de 1988 para fazer um corte, a gente vai ver que se fala em valorização docente.

BC: Como que essa valorização aparece nos documentos?

AD: Piso salarial, carreira e formação. Então, são três pilares que aparecem quando se fala de valorização docente. E quando se fala de valorização docente se relaciona essa valorização com qualidade. Se a gente pegar os nossos documentos, a gente vai ver que se relacionam essas questões**,** de carreira e salários**,** com qualidade. E é lógico que tem que estar relacionado, porque o professor precisa de condições, para fazer um trabalho de qualidade. A gente vê muito mais essa política de resultado e de responsabilização culpando, individualmente, o professor pelos resultados, e falando de qualidade sem prestar atenção nas condições de trabalho. Quase 50% dos professores mineiros, por exemplo, têm dois vínculos, precisam sair de um trabalho para chegar a outro. E as condições para fazerem isso, muitas vezes**,** são precárias. Correm e almoçam no transporte coletivo ou

Adriana Duarte
Professora da UFMG /FAE

não almoçam para chegar no horário, pois muitas vezes as escolas são longe umas das outras. O professor deveria ter dedicação exclusiva, salário digno e escola com condições de funcionamento, com equipamentos e materiais. O professor aumenta muito o número de alunos. Nós perguntamos aos professores o que achavam necessário para melhorar as condições do trabalho. Nós demos uma lista a eles. E, em primeiro lugar, ele vai dizer que é a melhoria das condições de salário. A segunda, o número de alunos em sala de aula, porque as salas estão lotadas. Já 76% dos professores querem receber melhor remuneração, 57% querem reduzir o número de alunos por turma e 51% receberem maior capacitação para as atividades que exercem. A gente percebe que hoje tem uma política maior de capacitação, que ficou anos sem formação continuada com política pública. Hoje, o professor busca individualmente sua formação, junta diplomas, que muitas vezes têm informações duvidosas, pra subir na carreira, como foi política de vários estados. Mas, a carreira e o salário são fundamentais. O professor precisa ter salário digno para obter melhores condições de trabalho.

BC: Vamos voltar para Minas Gerais. A partir de 2003, com o choque de gestão, o Governo do Estado instituiu o Acordo de Resultados, institucionalizando a responsabilização e o resultado do processo do ensino e aprendizagem. É um modelo gerencial dentro da escola? Esse é o caminho? È responsabilização individual do professor da escola a melhor forma de medir a qualidade da educação?

AD: Não concordo com essa forma de medir a qualidade da educação. Eles vêm adotando a lógica do mercado. Uma lógica de responsabilização que está sendo internalizada pelos professores, o que é muito sério. Nós vimos que 79% dos professores se consideram responsáveis pela classificação da escola onde trabalham; 50% se consideram mais cobrados em relação aos resultados que os alunos obtêm nessas avaliações. A maioria deles considera que são os responsáveis. A responsabilização é tão forte do Estado nos mecanismos que ele utiliza, que o professor está incorporando essa responsabilização e se sentindo culpado pelo processo de avaliação de seu aluno. 80% se sentem constrangidos a mudar a forma de trabalho em razão da política de resultado, 71% se dizem forçados a dominar novas práticas, saberes e competências para responder a essa política de resultados. Essa política que tem sido utilizada no Brasil é cópia de outros países, como os Estados Unidos, que têm essa política muitos anos.

OP - BC: Para finalizarmos, eu queria a sua opinião. O que justifica as reiteradas políticas de desvalorização da nossa categoria? Baixos salários, po-

líticas de controle da remuneração, como é o caso dos subsídios e congelamento de carreira? O que está acontecendo em nosso Estado?

AD: Bom, desde 2003, a gente tem o mesmo projeto de governo. Em 2013, Aécio Neves assumiu o governo e, em seguida, o Anastasia que foi vice-governador na primeira gestão. Então, nós temos o mesmo projeto de governo e um projeto muito claro para educação em Minas Gerais. A gente tem que lembrar as manifestações de junho do ano passado (2013), em vários cartazes a gente via os dizeres que "eles gostariamde estudar nas escolas que a propaganda do governo mineiro mostra na televisão." A realidade das escolas que nós percorremos é muito diferente daquela que aparece nas propagandas, e nós temos um projeto muito claro de governo para a área de educação, mas, a gente tem outros projetos de contra reforma também organizados nesse país. Não são projetos gerencialistas e que têm tido esse tipo de resultado, então, eu acho que a gente precisa pensar muito porque têm eleições aí para frente, e é uma forma da gente alterar isso.

Atualidade

Professora da USP fala do caos nos grandes centros urbanos

A urbanista e professora da USP, Ermínia Maricato, esteve recentemente em Belo Horizonte e conversou com a equipe do Outras Palavras sobre a ocupação dos grandes centros urbanos e porque a vida nas cidades está se transformando, cada vez, mais num caos.

Outras Palavras - Vera Lima: As cidades, especialmente, os grandes centros urbanos, estão passando por sérias crises, qualidade de vida insuportável, transportes caóticos, dificuldades de ir e vir, insegurança, enfim, são diversos os fatores que afetam tanto a vida dos moradores quanto o meio ambiente. E para falar sobre essa realidade esteve recentemente, em Belo Horizonte, a urbanista e professora da USP, Ermínia Maricato. Ela veio participar do ciclo de debates Reforma Urbana, realizado pelo jornal Brasil de Fato, Movimento dos Trabalhadores Desempregados e editora Expressão Popular e abriu um espaço em sua agenda para falar com o Outras Palavras.

Ermínia Maricato: A vida na cidade está insuportável, e é muito impressionante como a política urbana é invisível no Brasil. Como não se privilegia**,** como não se torna, não se trata como uma questão fundamental a política urbana? A política urbana, ela tem na mobilidade, no uso e na ocupação do solo, os dois eixos fundamentais e eles são bastante ignorados no Brasil, eu diria que nas últimas três décadas. Nós estamos, a partir de junho de 2013, começando a encarar a política de mobilidade urbana. Mas, a política fundiária urbana, nós ainda não começamos a decifrá-la nas Câmaras Municipais. Vamos considerar a Constituição Federal de 1988, ela dá aos municípios a competência sobre o uso e ocupação do solo, sobre o saneamento básico, sobre o transporte urbano, no caso de Regiões Metropolitanas, e a competência é do Legislativo, Estadual e do Governo Estadual. O que nós temos é uma total invisibilidade dessa questão, não só por quem tem o dever de tomar decisão. Eu diria que a própria sociedade suporta muito e ela conhece pouco, então o que nós temos? As nossas cidades são um grande negócio nas mãos de poucos, ou seja, alguns lobbys muito bem organizados, que funcionam para levar as cidades em determinado caminho, e não é o caminho que beneficia a maior parte da população definitivamente, não é o caminho do direito à cidade, da democratização urbana. É muito mais o caminho de quem tem lucro com a construção das cidades. Entre valor de uso e valor de troca, existe uma contradição, não é? Existe uma oposição, então eu diria que os próprios sindicatos, os próprios movimentos sociais deveriam se aprofundar no conhecimento da cidade. Evidentemente, a mídia no Brasil é atualmente tocada pelos grandes anúncios imobiliários, pelos anúncios da indústria automobilística, então dificilmente ela contrariaria os grandes interesses que hoje comandam o crescimento das cidades, expulsando a maior parte da população para fora das cidades e, sem dúvida nenhuma, eu diria que as três forças que comandam hoje o crescimento das cidades são a indústria automobilística, que contraria o interesse do transporte coletivo, o capital imobiliário e o capital de construção, que a gente chama de construção pesada ou construção de infraestrutura urbana, e isso tudo em consonância com o financiamento das campanhas eleitorais. Estudando as cidades brasileiras e tendo sido secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo durante o Governo Erundina, tendo participado da criação do Ministério das Cidades, eu diria que nós estamos no momento em que vivemos uma verdadeira tragédia nas cidades brasileiras, em que a função social das cidades, prevista na Constituição Brasileira, e a função social da propriedade prevista na Constituição e no estatuto da cidade, os interesses público e social estão em plano absolutamente secundário nas cidades brasileiras hoje.

Ermínia Maricato
Urbanista, professora da USP

Programa Outras Palavras TV Band Minas
Domingo, 08/06/2014

Educação em Debate

A atuação dos movimentos sociais nas manifestações de junho

O convidado do Educação em Debate é o cientista político, sociólogo e doutor em Ciências Sociais, Rudá Ricci

Rudá Ricci
Cientista Político e Sociólogo

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Eu acho que para a gente começar a conversa valeria a pena você analisar como é que você viu a atuação dos movimentos sociais nas manifestações de junho aqui em Beagá?

Rudá Ricci: Eu acho que nós tivemos posturas distintas, né? Nós tínhamos algumas mobilizações de demandas sociais, por exemplo, de habitação, que já estavam em função de algumas organizações dos meninos mesmo, de jovens. Já estavam, meio que por tabela, na organização das manifestações, como é o caso das brigadas populares e outras organizações desse tipo. Nós tivemos, também, os sindicatos. Talvez o mais importante foi, de fato, o Sind-UTE/MG. Mas tivemos, também, sediando reuniões do SindREDE. Ou seja, foram poucos sindicatos. E, finalmente, nós tivemos a grande maioria do que a gente chamava de movimento social, ou movimento popular na fala de Frei Betto. Dos anos 1980, que emergiram estranharam demais o que estava acontecendo. Não conseguiam se posicionar. Muito provavelmente porque esses sindicatos, esses movimentos sociais, deixaram de estar nas ruas, e eles estavam mais nas negociações de gabinete. Então, estranharam o que estava acontecendo. Parecia que estava tudo tão tranquilo, com um consenso tão grande no país e, de repente, aparecem milhões de pessoas. Isso assustou. E até hoje alguns estão tentando entender o que ocorreu.

OP - BC: Eu fico me perguntando: eu participei, estava em todas as manifestações. O Sind-UTE/MG tirou como estratégia a agenda da Copa das Confederações. Eram muitas pautas. Como é que a gente vê pautas tão difusas para mobilizar e para trazer tantos atores sociais diferentes? Como é que você vê isso?

RR: Eu acho que isso exige uma criatividade em termos de comunicação enorme. Porque, em termos de organização, ele não gera nada. Aliás, não foi só aqui no Brasil. Esse tipo de pauta. A gente chama de polifonias, ter vozes e pautas tão diferentes entre si. Isso ocorreu na Primavera Árabe, por exemplo, no Egito e na Tunísia. E olha que na Tunísia tem um movimento sindical muito forte, chamado Central Sindical, que conseguiu controlar um pouco essa profusão de pauta. Mas, na Islândia também aconteceu isso, fora a *Occupy* nos Estados Unidos. Ou seja, isso é um fenômeno de geração do século XXI. Todas essas mobilizações de protesto, que tiveram essas características derrubaram alguns governos, e os governos voltaram depois, um ou dois anos depois. Os partidos que caíram na eleição seguinte voltaram dois anos depois porque são muito provisórios. Então, organizações de massa têm experiência em organizar pautas? E se dirigir para o campo institucional vão ter que ser muito criativas. Como é que se fazia antes? Você chamava assembleias ou plenárias de várias regiões, você coletava as informações e ia colando essas informações. De certa maneira, a convocação da plenária era sempre da mesma organização. Agora não. Na verdade, as pautas aparecem a partir das redes sociais. Elas vão pipocando através de relações de amizade, uma por uma. Não é um grupo, são pessoas individualmente. A gente teve uma experiência parecida ou próxima disso na Islândia, que foi a construção da nova Constituição na famosa Revolução das Panelas, há quatro ou cinco anos atrás, onde apareceram milhares de propostas para a constituinte através das redes sociais. E tinha um comitê que tentava controlar. Eu acho que, portanto, que há organizações que têm essa experiência de negociação, de elaborar e negociar pautas, agendas, inclusive públicas, a questão é a comunicação.

É aprender como fazer as assembleias presenciais, o que não estão sendo feitas hoje. Como criar uma emoção e entender que não dá mais para pensar numa organização fixa numa determinada região, mas individualmente, com grupos, com essa ramificação maluca que são as redes sociais.

OP - BC: Agora, pegando o exemplo que você deu, você acha que a ideia da Reforma Política, e aí tem uma pauta de constituinte, é uma ideia para dar uma resposta a tudo isso que a gente viu de questionamento, de legitimidade dos poderes?

RR: Eu acho que sim. Eu fiquei muito preocupado quando a presidente Dilma lança a ideia e a maioria das forças políticas tenta abortar rapidamente com medo de serem engolidos pelas pessoas que eles deveriam representar. Agora, eu acho que a situação não é tão simples e vou explicar o motivo. E aí fica mais claro porque eu fiquei tão preocupado. É que o Paulo Freire, ele tinha uma frase que ele dizia assim: "Eu não acredito em movimentos de alfabetização de massa num país que não está num processo de comoção nacional para isso." Porque o processo de alfabetização é um interesse pessoal. Eu queria transportar esse tipo de raciocínio para essa história da reforma política. Naquele momento, a reforma política "cairia como uma luva" porque as pessoas estavam na rua e falavam que queriam mudança da política. Você convocar agora fica uma coisa técnica, de intelectual ou militantes profissionais. Eu acho que a pauta agora, embora seja uma solução, seria meio artificial. A gente precisaria recriar aquela comoção mesmo, aquele sentimento de massa. "Eu quero ser... quero fazer parte da política brasileira." O que eu estou querendo dizer é que, na hora que tudo acalmou, o brasileiro voltou a ser cínico. "Eu até voto, mas não acredito na política."

OP - BC: Voltando para Minas. A gente sempre tem denunciado a questão da criminalização das lutas sociais, principalmente aqui no nosso Estado. Como você enxerga essa questão? Toda a luta social é caso de polícia?

RR: Primeiro, nós temos uma ruptura do comando com a base das polícias, e nós não estamos discutindo isso. Durante as manifestações de junho, nós tivemos várias denúncias e eu, inclusive, passei isso para o governo estadual. Tenentes falaram comigo que havia uma ruptura de liderança e hierarquia. Então, isso é uma questão seríssima. E por que acontece isso? Porque, mesmo o comando falando "nós não podemos bater nesse pessoal", não existe uma cultura democrática. Na verdade, a cultura militar no Brasil, a cultura das Polícias Militares Estaduais, é uma cultura que enxerga, em qualquer ação, a quebra da normalidade como inimigo. O militar só vê inimigo e enfrenta o inimigo. Só que nós somos cidadãos. E se nós saímos na rua para melhorar o país, nós não somos inimigos. Nós somos o quê? Nem adversários. Eles não entendem isso. A única forma, então, que eles conseguem compreender é qual o seu papel numa mobilização de massa civil, que é tentar identificar vândalos, pessoas de mau caráter. Como se todos os brasileiros fossem ingênuos e cordeirinhos, e aí aparecessem alguns lobos no meio, e aí eu tenho que identificar, falando: "cuidado que eles vão jantar vocês." Acontece que são quantos? São dois ou três em milhares. E não tinha 22, nós tínhamos quase 150 mil brasileiros em 22 de junho do ano passado nas ruas de Belo Horizonte. Então, onde estavam os vândalos?

OP - BC: O prefeito de Belo Horizonte teve uma frase infeliz quando ele disse que "para cada manifestante, havia quatro policiais", alguma coisa do gênero. Você tem o poder. O que me preocupa é quando você tem o poder público incitando, explicitamente, além da Polícia Militar a criminalização, né?

RR: É a pior geração de gestor público municipal que nós já tivemos na história da República. E o prefeito de Belo Horizonte, de longe, ganhou o prêmio de pior. Ele fugiu, durante dez dias, da imprensa. Depois de dez dias falou: "onde vocês estavam? Ninguém me ligou." Os jornalistas ficaram boquiabertos com essa fala dele. Depois das manifestações, para não dizer que foi um momento de nervosismo, nós tivemos a ocupação da prefeitura e o prefeito mandou dizer, no primeiro dia de ocupação, que dali uma semana ele iria atender os manifestantes. Ou seja, é uma falta de *timing*, de sensibilidade, de espírito público. Evidentemente, o lugar dele é na empresa, não é na política. A política é para gente que sabe liderar, que sabe ouvir, que sabe apaixonar as pessoas, que sabe empolgar e que sabe mediar.

OP - BC: E não colocar só a polícia como único aparato do Estado, né?

RR: Quando ele não ouve, ele se torna um tirano. Então, é diferente de nós, cientistas. Nós buscamos a verdade e defendemos à unha a verdade. Os políticos, a liderança política, têm que ser maleáveis ao diálogo e dar explicitação da sua verdade, senão eles se tornam tiranos.

OP - BC: E o pós junho de 2013? E essa juventude que está aí, que se sente pouco representada pela maioria das organizações e também uma negação dos poderes constituídos? O que você enxerga agora? E qual é o papel da educação nisso tudo?

RR: Bom, isso é fantástico. Esse arranjo que você fez no final é que dá um gancho melhor. Primeiro, o que eu acho é que as instituições de representação vão ter que mudar. Eles têm que entrar no século XXI. Não adianta falar: "eles são diferentes. Eles são irresponsáveis." Eles são diferentes mesmo. E nós

precisamos acolhê-los. Isso que é liderança política, educação. Vamos lembrar. O que está acontecendo no Brasil é um novo país. Foram 10, 15 anos de mudança, com política de transferência de renda, com o aumento real do salário mínimo. Mudou a face do país social. Agora eles estão aparecendo. Ou a gente achou que as pessoas que, por exemplo, começaram a comprar celular, iriam ficar quietas? Então, são os "rolezinhos", os manifestantes de junho e vão aparecer logo, você vai ver, as beneficiárias do Bolsa Família, que elas também não estão contentes com o que estão recebendo. Alguns jornais da grande imprensa dizem que elas são clientelas do governo. O último livro que saiu, o mais importante até agora, chama "Vozes do Bolsa Família", que dá voz a essas mulheres. Elas não são nem um pouco bobas, elas sabem muito bem o que está ocorrendo. E não são clientes de jeito nenhum. Elas trabalham e vão aparecer logo. E nós não estamos preparados para lidar com esses novos brasileiros.

OP - BC: E a educação?

RR: A educação entra nessa história porque parte desses novos brasileiros, o pessoal do "rolezinho" e os meninos de junho, estão na escola. Eles estão ali com a gente o tempo inteiro, ou no Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou na Universidade. E a gente continua com o currículo antigo, querendo construir programas para empregabilidade quando, na verdade, a gente está falando de um novo país, da construção da cidadania. O eixo, agora, do país não é exatamente a empregabilidade. Nós estamos chegando a um índice de emprego máximo que o país já teve. A questão, agora, é a construção da cidadania. É ter espaço para o brasileiro construir o país que ele quer e discutir a política. E a gente está sempre na contramão, com tecnicismos na educação. A educação tem tudo a ver com esse novo país.

Atualidade

Urbanista critica processo de esvaziamento das cidades

O Outras Palavras continua a conversa com a urbanista e professora da USP, Ermínia Maricato. Ela diz que o Brasil vive hoje um boom imobiliário, mas, que o controle público da aplicação dos recursos destinados a esse segmento não acontece.

Ermínia Maricato
Urbanista e professora da USP

Outras Palavras- Valéria Rodrigues A urbanista e professora da USP (Universidade de São Paulo), Ermínia Maricato, destaca que obras como o Centro Administrativo, construído pelo Governo de Minas Gerais, é exemplo de investimento feito com dinheiro público e que dificulta a participação e o acesso social, ao mesmo tempo, em que valoriza a especulação imobiliária.

Ermínia Maricato: Essa estratégia de colocar o Centro Administrativo longe das áreas já consolidadas urbanas, várias cidades brasileiras já passaram por isso. Eu acho que o exemplo mais notável, sem dúvida, é Salvador. E o que esse afastamento do Centro Administrativo tem como consequência não é, apenas, dificultar a participação social, o acesso ao poder por parte da população, mas é principalmente a estratégia de valorização imobiliária, de especulação imobiliária, iniciativa de jogar para fora da cidade os Centros Administrativos, e é isso o que acarreta. Sem dúvida nenhuma, o que nós temos é um processo de esvaziamento da cidade já construída e consolidada, e o processo de valorização de novas terras, não é? Isso, evidentemente, tem muito a ver com o mercado fundiário, com o mercado imobiliário. E eu lamento muito. Eu vi que Belo Horizonte iria passar por isso, eu até achei que haveria alguma reação contrária a esse absurdo, de não valorizar, mas esvaziar aquilo que já está consolidado e já está ocupado para ocupar uma área nova, e que só vai favorecer, realmente, a especulação imobiliária.

"E o que esse afastamento do Centro Administrativo tem como consequência não é, apenas, dificultar a participação social, o acesso ao poder por parte da população, mas é principalmente a estratégia de valorização imobiliária, de especulação imobiliária, iniciativa de jogar para fora da cidade os Centros Administrativos, e é isso o que acarreta."

Programa Outras Palavras
Domingo, 15/06/2014

Educação em Debate

Um debate sobre o Choque de Gestão

Lindolfo Fernandes
Ex-presidente do Sindifisco-MG

Uma conversa com Lindolfo Fernandes, auditor fiscal da Receita Estadual. Ele foi presidente do Sindifisco (Sindicato dos Auditores Fiscais de Minas Gerais) e fez importantes estudos sobre o Governo do Estado e sobre o Choque de Gestão.

Beatriz Cerqueira: Qual o balanço que a sociedade precisa saber sobre o choque de gestão?

Lindolfo Fernandes: Bom, em primeiro lugar, a sociedade precisa entender se esse choque de gestão melhorou os serviços públicos, se melhorou os investimentos das áreas sociais. O que a gente vê, na realidade, o choque de gestão, que foi chamado de déficit zero, é uma peça orçamentária para dizer que deu uma saneada nas contas, mas que, se a gente for ver, na realidade, isso não ocorreu. O que aconteceu na realidade, durante esse período, foi que a receita do Estado cresceu e não só por mérito do Estado e teve um congelamento na despesa de custo, principalmente na folha de pagamento, isso no primeiro momento. E aí, o Estado vem alardeando que saneou as finanças e que tem atendido aos índices, mas isso não ocorreu. Nós somos, em termos de aplicação de gastos com saúde, o 24º se comparar 2011 com 2002, último ano do governo Itamar Franco e o 24º em educação. Somos também o segundo estado mais endividado, comparando a dívida líquida com a receita corrente líquida. Além disso, houve um gasto astronômico com publicidade. Se a gente acumular os gastos corrigidos de 2003 até 2011, o Estado gastou R$ 1,5 bilhão com publicidade, então é um choque de marketing e não de gestão.

BC: Tem um dado do seu estudo que eu acho que é interessante. Enquanto o Estado investe muito pouco em saúde e educação, é um dos estados que mais investe em segurança pública. Tem aí uma contradição, porque o sentimento da população é de insegurança, embora o Estado tenha investido muito nessa área. O que o seu estudo apontou?

LF: Há um ditado que diz que quando se investe pouco com educação se gasta mais com cadeia. Na realidade, você vê que o Estado está gastando mal porque se você for olhar nesses mesmos indicadores, quer dizer, com a mesma metodologia, nós somos o primeiro ou o segundo. Inclusive, o governo diz que atualmente é o primeiro. Quando eu fiz os cálculos, estava em torno do segundo, mas ele está dizendo que é o primeiro em investimento. E os crimes violentos, nós estamos vendo que aumentaram, e a população tem um sentimento de insegurança, que tem aumentado a estatística sobre isso. Quer dizer, vemos que não foi eficiente, ou seja, está gastando bem com a segurança, e nós não estamos resolvendo os problemas da segurança do Estado, porque tem outros fatores, além da polícia e do investimento, que precisam ser vistos como políticas sociais. Esse governo mostra que ele é ruim de indicadores sociais. Se nós compararmos, por exemplo, o gasto com a educação, que tinha em relação à receita corrente líquida, em 2002, e compararmos hoje, nós vamos ver o seguinte: em 2002, o Estado gastava em torno de 30% dos recursos com a educação, se comparado com a receita corrente líquida, isso caiu para 16%.

BC: Essa ideia não pode dar à população um sentimento de eficiência desse modelo de gestão? "Agora eu invisto menos e está tudo certo."

LF: A propaganda desse modelo de estado neoliberal é aquela de gastar menos com o Estado e mais com a sociedade. Aí há uma dicotomia, porque o serviço público é uma ficção jurídica. Ele se torna concreto com os seus servidores, se você investe nos servidores, você está investindo na sociedade. Quando se investe na educação está gastando com os servidores e está investindo na sociedade.

OP - BC: Então, quem pagou parte dessa conta foram os servidores públicos e estaduais?

LF: Foram. No primeiro momento, foram os servidores públicos e, em alguns setores, continuam pagando os servidores públicos, entendeu? Então, está pagando porque você faz o seguinte: qual é a linha desse Estado? Porque quando ele fala para gastar menos com o Estado e mais com a sociedade, o que ele está querendo? Que sobre, que você dê uma arrochada no custeio, nas áreas sociais, na folha de pagamento, para sobrar dinheiro para parte das receitas de despesa de capital, são os investimentos, as obras, algumas delas, entendeu? São obras eleitoreiras e faraônicas, que têm outras necessidades que o Estado deveria priorizar. Então, há uma certa dicotomia nesse argumento.

BC Agora, e o ICMS? Eu sei de um estudo seu que demonstra que nós pagamos o mais caro ICMS do país. É isso mesmo?

LF: É, se você for pegar, por exemplo, os bens essenciais, como energia elétrica, é a tributação mais alta do país. Nós temos também uma das energias elétricas mais caras do Brasil, antes, sem computar os impostos. A segunda mais cara. Se você vai embutir o ICMS é a energia mais cara do Brasil, são 30%, e, como existe uma lógica aí, que agora não dá para entrar nisso, ela vai chegar a 47% do valor da conta de energia. A mesma coisa acontece com a conta de telefone e com a conta de gasolina.

OP - BC: Que é um imposto de responsabilidade do governo do Estado, senão daqui a pouco o governo vai dizer que a culpa é de outro governo e não do governo de Minas Gerais, não é?

LF: Importante a gente dizer que o ICMS é um tributo estadual, que está sob a responsabilidade do Estado. Então, é um tributo estadual, nós estamos falando de um tributo de responsabilidade do governo estadual.

OP - BC: Que poderia ser menor se o governo do Estado quisesse.

LF: Isso poderia ser menor, inclusive se ele olhasse essa questão. O problema é que o sistema tributário nosso é um sistema extremamente injusto, porque ele tem uma carga indireta**,** como o ICMS, e regressiva. Regressiva quer dizer, paga mais aqueles que ganham menos. Então, se ele, por exemplo, mudasse essa lógica, fizesse uma revisão nos benefícios fiscais, que chega a uma média de três anos cada, o governo está dando uma receita anual para os empresários, o que não traz nenhum retorno social. Então, se ele procurasse rever esses benefícios fiscais, ele poderia reduzir o ICMS sobre esses produtos essenciais como a energia elétrica, a comunicação e outros produtos.

BC: O seu estudo também apontou uma questão que o Sindicato já denuncia, a de que Minas não investe o mínimo constitucional nem em saúde e nem em educação, é isso mesmo?

LF: É isso mesmo. O Estado de Minas, além dos próprios dados que eu coloquei antes, refletem isso. Não é aplicado o mínimo constitucional em educação, e o próprio Tribunal de Contas nos relatórios faz essas considerações. Não aplica o mínimo na saúde, porque ele inclui despesas que não deveriam incluir, tanto na conta da educação como na conta da saúde.

A propaganda desse modelo de estado neoliberal é aquela de gastar menos com o Estado e mais com a sociedade. Aí há uma dicotomia, porque o serviço público é uma ficção jurídica. Ele se torna concreto com os seus servidores, se você investe nos servidores, você está investindo na sociedade.

BC: Para a população entender... Na questão da educação, o Estado chegou a colocar despesas previdenciárias, despesas com a área de cultura, com áreas que não eram relacionadas à educação e ele vai enxertando.

LF: Isso mesmo.

OP - BC: No caso da saúde, ele colocou despesas que são da Copasa, que não eram relacionadas diretamente à saúde.

LF: Da Copasa, da Previdência.

BC: Para se chegar ao índice mínimo da Previdência, por exemplo. Quando o Tribunal de Contas fizer a análise, percebe que isso não foi atingido, porque são colocadas outras despesas para chegar ao valor mínimo?

LF: É isso aí mesmo. Por exemplo, no caso da saúde, que tem o caráter da universalidade, da gratuidade. Então, você não pode colocar as despesas de saneamento da Copasa dentro desse conceito. Aí há uma discussão da emenda e tudo mais, mas é isso que acontece. Então, pelos cálculos do governo federal, ele aplicou bem menos em educação e em saúde. Também incluiu despesas na educação, porque incluiu despesas que não eram.

BC: E são dados do próprio Tribunal de Contas aqui do Estado, não é?

LF: Sim, são dados do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

OP - BC: Os relatórios técnicos do Tribunal de Contas apontam investimentos abaixo do mínimo constitucional. Esse foi um projeto que deu certo em Minas Gerais? E deu certo para quem diante de tantos problemas?

LF: Olha, se tivesse liberdade de expressão, liberdade de imprensa em Minas, a sociedade iria entender, e ela sente isso na pele. Porque, a gente sabe que não tem um serviço público de qualidade. As pessoas

sofrem nas filas dos hospitais, dos postos de saúde. Nós temos casos dos educação, com os educadores, alunos, pais de alunos vendo que não estão com um sistema valorizado, que precisa mais investimento tanto para o professor quando para o custeio, para poder melhorar a educação deste país. É preciso uma forma de distribuição de renda justa, a pessoa que tem informação se desenvolve, profissionalmente, e começa a melhorar a sua renda. Então, isso nós vamos ver que, na realidade, não passa de uma contabilidade criativa e de um jogo de marketing.

BC: Para finalizar eu queria que você falasse o que foi o sindicato cidadão que foi durante sua gestão à frente do Sindifisco.

LF: Eu gostaria de apresentar dois trabalhos que nós fizemos, que é essa campanha "Chega de Enganação", e essa verdade sobre o Choque de Gestão. A linha de ação nossa é sempre fazer o trabalho corporativo, mas, também discutir com a sociedade as questões de interesse público, como o orçamento, porque tudo no Estado, ou seja, nas três esferas, é uma disputa de orçamento. Discutir o Orçamento, traduzir aqueles números frios em uma linguagem que a sociedade entenda. E, por outro lado, a campanha "Chega de Enganação", que teve dois processos, um do governo e um do PSDB contra o Sindicato. Contra mim também porque nós levantamos e denunciamos essas questões colocadas aqui. Quer dizer, a questão de não estar aplicando o mínimo, não estar investindo na educação, na saúde, e talvez as mentiras que são as pseudoverdades que são ditas nas propagandas oficiais, e nós tivemos processo. Na verdade, o governo perdeu todos eles, não conseguiu liminar em nenhum deles, mostrando que se trata de um debate salutar com a sociedade. A própria desembargadora do TRE disse: "Olha, isso é um debate, que é função do cidadão, garantido constitucionalmente."

Atualidade

Tráfico de pessoas é ainda uma realidade e uma preocupação mundial

O Outras Palavras recebeu o membro da Comissão da Verdade e presidente do Coração Azul do Estado de Minas Gerais, Betinho Duarte, para falar sobre um assunto preocupante, o tráfico de pessoas, que segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), movimenta mais de US$ 30 bilhões por ano.

Betinho Duarte
Membro da Comissão da Verdade em Minas

Aloísio Lopes: Como está essa campanha em âmbito nacional? Porque o problema do tráfico de pessoas está na nossa pauta há alguns anos?

Betinho Duarte: É, e por sinal, o tráfico de pessoas é o terceiro maior comércio do mundo depois de armas e drogas. Fatura 32 bilhões de dólares e 4 milhões de pessoas são traficadas por ano. O tráfico de pessoas envolve tráfico de órgãos, o trabalho escravo e a exploração sexual de crianças. É bom a gente já começar a divulgar esses dois números: o ligue 100 e o disque 180. É de fundamental importância as pessoas saberem esses números.

AL: Qualquer suspeita...

BD: Qualquer suspeita. "Ah, fiquei sabendo". Ligue imediatamente para esses dois números porque você aciona todos os órgãos governamentais, inclusive, internacionais, porque a campanha é da ONU e todas as polícias, inclusive, internacionais. Como é denúncia anônima então, na verdade, eles vão apurar, é bom até dizer isso, porque muitas pessoas têm medo dessa máfia que fatura US$ 32 bilhões.

AL: Eu vi aqui, Betinho, que dentre essas pessoas, que são vítimas desse tráfico, aumentou o número de crianças, inclusive, cresceu muito.

BD: Claro, porque na verdade as crianças são vítimas, são ingênuas. Estão sendo maliciadas pela internet, principalmente, pelo pedófilo, que entra e começa a conversar com essa criança, que, ingenuamente, cai no papo e é levada.

AL: Você acha que nesse período em que o Brasil está recebendo a Copa, nós temos que ficar mais vigilantes? Esse problema pode aumentar? É um risco a mais?

BD: É sim, porque na verdade, na Copa da Alemanha, foram traficadas mais ou menos 40 mil prostitutas. Na África do Sul, quase o dobro. Mas, aqui no Brasil, nós estamos conhecendo o inverso. Ou seja, deles seduzirem as mulheres brasileiras e as levarem para fora. É bom alertar isso, porque às vezes a mulher está pensando que está se casando com um homem sério, rico e que oferecerá para ela as melhores condições do mundo e as leis, por exemplo, em outros países são diferentes. Para os muçulmanos, a mulher é propriedade, aí não se pode fazer mais nada.

AL: Então, se for para lá, por exemplo, corre o risco de chegar como escrava já.

BD: Já chega como escrava e nunca mais volta. E tem outra coisa, o aliciamento dessas mulheres: «Vou ser Miss». Recentemente uma miss foi presa na China, não é porque era comunista, mas porque ela entrou ilegalmente. Então, as mulheres são levadas para o exterior, viram prostitutas, são seduzidas e são drogadas

para enfrentar essa prostituição, porque geralmente são pessoas sérias, e acabam morrendo, nunca mais voltam.

AL: Eu vi que nessa campanha está incluindo também as questões do chamado trabalho análogo ao escravo. Em um levantamento que eu vi do ano passado isso é crescente. Aliás, a maior parte do trabalho análogo ao escravo encontrado pela fiscalização no ano passado foi em áreas urbanas. Nós estávamos acostumados com trabalho escravo em carvoaria, por exemplo. Mas agora em cidades, inclusive, aqui na grande BH, em várias construtoras, e até no setor elétrico já foram encontradas situações.

BD: Até porque, agora, com a questão dos haitianos, porque o Haiti foi destruído. Então, que eu saiba, em Belo Horizonte tem mais de 6 mil haitianos. Eles podiam entrar pela fronteira, ilegalmente, mas o Brasil, o Ministério da Justiça iriam acolhê- los. O que aconteceu? Eles estão sendo trazidos para o Brasil através de coiotes. Então, os haitianos estão sendo vítimas. Não têm direito a nada, e estão trabalhando a troco de um bocado de comida. Então, denuncie. Não permita isso. Na verdade, eu uso o slogan da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica contra o tráfico das Pessoas. "De olho aberto para não virar escravo", porque está acontecendo do seu lado. Muitas pessoas dizem: "eu não sei disso, nunca vi nada". Do seu lado, é seu filho, sua filha, que estão sendo seduzidos pelo pedófilo, é o traficante, inclusive, de drogas. Eu já trabalhei com a operação de viciados em droga. Quando os pais descobrem, já passaram seis, sete, oito meses. Então, tome cuidado e preocupe-se porque o tráfico de pessoas está do seu lado e, e muitas vezes, você não está querendo saber. Mas fique sabendo porque pode acontecer com você ou seu filho.

"O tráfico de pessoas é o terceiro maior comércio do mundo depois de armas e drogas. Fatura 32 bilhões de dólares e 4 milhões de pessoas são traficadas por ano. O tráfico de pessoas envolve tráfico de órgãos, o trabalho escravo e a exploração sexual de crianças..."

Programa Outras Palavras
Domingo, 22/06/2014

Educação em Debate

Afinal de contas o que é o IDEB?

Flávia Xavier
Professora da FAE/UFMG

A professora ecoordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, conversa com a professora, Flávia Pereira Xavier, da FAE/UFMG - Faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais e do Núcleo de Pesquisas sobre Desigualdades Educacionais.

Beatriz Cerqueira: Somos bombardeados por propagandas do governo do Estado falando das altas notas do IDEB das escolas estaduais. Afinal de contas o que é o IDEB? O governo está certo em fazer tantas peças publicitárias?

Flávia Xavier: O IDEB é um indicador importante, é uma medida da qualidade de educação básica brasileira. Esse indicador foi pensado e implementado a partir de 2007, com dados que pudessem traduzir um pouco sobre o desempenho escolar dos alunos em matemática e leitura, além da faixa de aprovação desses alunos. O IDEB é um indicador sintético, portanto, ele resume essas duas medidas, desempenho e aprovação. Entretanto , ele apresenta alguns limites, que residem na própria forma de cálculo desse indicador.

BC: O Estado trabalha com essa ideia de nota, não é? Ela se traduz na qualidade?

FX - Bem, primeiro a gente tem que pensar que o IDEB é um produto, uma multiplicação de dois outros indicadores. O primeiro deles é um indicador de desempenho. Ele é a nota do aluno na prova Brasil, uma prova aplicada aos alunos de todas as escolas públicas de Ensino Fundamental no país. Esses alunos fazem testes padronizados de matemática e de leitura. A partir dessas notas é feito, portanto, uma composição do IDEB, uma média dessas notas de matemática e de leitura e, essa média é multiplicada pela taxa de aprovação em cada escola, no fim de cada segmento. Essa multiplicação, o produto dessa multiplicação vai ser o indicador, portanto, é o que a gente

chama de IDEB. O grande problema é o seguinte: quando nós padronizamos, tiramos uma média do desempenho da nota de matemática e da nota de leitura, nós estamos supondo que os alunos têm desempenho muito parecido nessas duas áreas, e isso não é verdade. Como as escalas são diferentes, portanto, a gente supõe, e o IDEB acaba tomando como suposição que os alunos brasileiros vão melhor em matemática que em português na leitura, e isso não é verdade, né? Justamente o que a gente vê é o contrário. Em segundo lugar, o outro complicador nesta história toda é justamente o fato da gente trabalhar com média. Se a gente está trabalhando com uma média de uma escola, a gente está dizendo que os alunos daquela escola são plenamente traduzidos ou descritos pela aquela média, só que na concepção que o próprio IDEB foi criado e que outras medidas em avaliação têm sido pensadas, é que a gente não pode tomar simplesmente a descrição da escola pelo aquele aluno típico. Isso causa distorções. Quer dizer que se a gente estiver preocupado com o direito à educação, que é um direito subjetivo, a gente tem que observar o cumprimento desse direito para todos os alunos e não para a média desses alunos, então esse é o primeiro ponto bastante importante e que se deve ser observado. Uma segunda questão, e que você me perguntou a respeito desse uso do exemplo de uma nota escolar, por exemplo, de zero a dez, e isso seria, portanto, a escala dessa variação do IDEB, é complicado. Vamos imaginar a seguinte situação: uma escola para ter um desempenho igual a dez, todos os seus alunos deveriam ter tirado total nas provas de leitura e nas provas de matemática. E para tirar uma nota zero, também todos os seus alunos igualmente deveriam ter tirado zero em leitura e zero em matemática. Isso empiricamente é muito improvável acontecer, então quer dizer que essa escala de zero a dez do IDEB é uma escala não observada empiricamente com uma probabilidade muito pequena de acontecer, certo? Então quando a gente diz que o IDEB quatro o IDEB cinco, na verdade, numa ideia de nota escolar a gente diria que essa nota é muito mediana, e tem inclusive

Se a gente está trabalhando com uma média de uma escola, a gente está dizendo que os alunos daquela escola são plenamente traduzidos ou descritos pela aquela média, só que na concepção que o próprio IDEB foi criado e que outras medidas em avaliação têm sido pensadas...

uma nota não muito boa, mas, para o IDEB essa nota, na verdade, é muito boa dado que boa parte das notas que as escolas apresentam são ente dois pontos e oito pontos. Então, não é uma boa comparação que a mídia acaba sempre usando com a nota do IDEB para uma nota escolar, para um boletim escolar.

BC: Você tocou num ponto que chama a atenção. O IDEB então é a questão da prova associada à aprovação. Então, é um sistema que impõe a aprovação automática ou que limita a condição do professor de uma avaliação do processo de ensino-aprendizagem e, portanto, dá a retenção do aluno. Se o sistema inibe isso ele influencia no resultado do IDEB de alguma forma, ou seja, quanto mais o professor perde a autonomia em relação à avaliação daquele aluno da aprovação ou da retenção e/ou da progressão continuada, ele perde essa autonomia. Então, o sistema está interferindo nessa média. Estou correta nesse raciocínio?

FX: Sim, dado então que o IDEB, essa composição, essa multiplicação de dois outros indicadores, vai ser afetado por mudança em um desses indicadores, então quanto maior a taxa de aprovação numa escola, maior o IDEB daquela escola. Quanto maior a média do desempenho dos alunos daquela escola, também maior o IDEB. Então o IDEB vai aumentar de acordo com o aumento desses dois indicadores. Para a gente pensar nisso é importante imaginar que pode ser que, em escolas diferentes, possam ter a mesma nota do IDEB, mas elas podem ter variações em suas taxas de aprovação, quer dizer que uma escola que aprova menos ela tem de ter um desempenho melhor para atingir o mesmo IDEB que outra escola que aprova mais, atinge então essas variações. Essa ideia de se trabalhar com compensações isso é muito complicado porque, na verdade, a gente poderia compensar com um desempenho pior com uma aprovação mais alta, né? Essa é outra compensação que esse indicador faz, além da outra questão que já mencionei anteriormente, que uma escola poderia sistematicamente investir nos seus alunos melhores para elevar as notas médias daquela escola. Esse é outro problema. Quando a gente tem uma média desse indicador, a gente pode não estar analisando com cuidado as diferenças que ocorrem dentro das escolas, o que a gente tem feito muito hoje na universidade, que é pesquisar justamente as questões relacionadas às desigualdades intraescolares, porque a gente pode ter alunos frequentando as escolas, mas eles não estão aprendendo. São grupos socialmente definidos que não aprendem, então, são os negros e alunos com menor nível socioeconômico. Enfim, grupos já em desvantagem social que a gente percebe que, recorrentemente, estão em desvantagens escolares também.

BC: Uma questão que acho que a população também não sabe é que os alunos não são obrigados a fazerem a prova, e não é necessário 100% de frequência no dia da prova. Explica isso para a gente.

FX: Para calcular o IDEB, o INEP toma o seguinte princípio: pelo menos 50% dos alunos têm que estar presentes no dia da prova, dada essa condição, ele calcula o IDEB para essas escolas. Se uma escola tem uma presença muito baixa naquele dia da prova, não é calculado o IDEB.

BC: Mas se os 50% dos alunos tiverem presentes, sim.

FX: Aí sim.

Atualidade

Comissão da Verdade em Minas pesquisa sobre o massacre dos índios

O Programa Outras Palavras recebeu o ativista dos Direitos Humanos, Betinho Duarte, para falar sobre o trabalho realizado pela Comissão da Verdade em Minas.

Betinho Duarte
Membro da Comissão da Verdade em Minas

Outras Palavas - Aloísio Lopes: Nós temos no Brasil a Comissão Nacional da Verdade e cada Estado tem a sua Comissão Estadual. Aqui, em Minas Gerais, você participa de quais comissões internas, porque têm outros grupos de trabalho, né?

Betinho Duarte: Tem a Comissão Nacional da Verdade, tem a Rede Brasil Memória, Verdade, Justiça. São mais de 100 comitês da sociedade civil e, aqui em Minas, nós temos vários comitês e temos a Comissão da Verdade em Minas Gerais, à qual eu faço parte. Fui indicado pelo governador do Estado, naquela época, Antonio Anastasia. Eu, na verdade, escolhi três grupos para pesquisar, que é a questão do papel das igrejas em Minas Gerais, o massacre de índios no Estado e os atentados terroristas cometidos pelas organizações paramilitares de extrema direita, que é o CCC, Comando de Caça aos Comunistas, além do GAC - Grupo de anticomunista, o MAC - Movimento Anticomunista e os esquadrões da morte que, aqui em Minas, era o grupo Bombril, o Cravo Vermelho e, mais recentemente, o Reação, inclusive estou considerando também o Reação, porque naquela época, o então secretário de Segurança Pública, Santos Moreira, foi na imprensa e disse que aqueles terroristas, de 1995, eram os antigos torturadores.

AL: Então quando foi criada a Comissão Nacional da Verdade passou uma imagem para a população que estava ali para apurar crimes políticos, cassação de deputados. Mas, pelo que você está investigando, já há muito tempo, e agora trabalhando, têm muitas coisas ocorridas e que ficaram escondidas na saia da mídia porque era censurada, e essas organizações paramilitares que defendiam o regime, e que, de certa forma, não inibia, mas impedia o trabalho de movimento da oposição, de movimentos sociais. E isso foi muito forte em Belo Horizonte, então?

BD: Eu considero que Belo Horizonte foi a Capital dos atentados terroristas, onde foram cometidos mais de 60. O jornal "Em Tempo" não era censurado e os outros eram censurados. Como o jornal Em Tempo não era censurado, então para tentar intimidar e destruir o jornal, eles cometeram três atentados terroristas, inclusive, dois a bombas, e em um deles jogaram 10 litros de ácido sulfúrico destruindo todas as máquinas, mas, só que nós continuamos.

AL: Entendi. Uma novidade que você traz aqui na nossa conversa é o trabalho de pesquisa que você faz com as comunidades indígenas, que pouco se falou nisso também. O que aconteceu com os índios, especialmente, em Minas Gerais?

BD: Foram massacrados. Os índios, na verdade, ao longo do tempo, vêm sendo massacrados e ninguém fala nessa questão. Em Minas Gerais, por exemplo, a Polícia Militar criou a única guarda no Brasil, Guarda Rural Indígena. A verdade, segundo eles, era para proteger os índios e acabou. E pelo pouco que nós apuramos acabou por quê? Porque acabaram prendendo, torturando, assassinando e desaparecendo com os índios do Brasil inteiro.

AL: Existia um local em que eles faziam isso?

BD: Tinha a Carmésia, Resplendor e a Fazenda Guarani e vou te falar uma coisa, que já foi divulgada intensamente. No dia da formatura da Guarda Rural Indígena, durante o desfile, a guarda levou um índio dependurado no pau de arara e quem estava no palanque? O ministro do Interior, Manuel da Costa Cavalcante e o José Maria Alckmin.

AL: E esse desfile foi em Minas Gerais?

BD: Foi aqui no quartel da Polícia Militar do Prado.

AL: Então tem muita coisa a ser esclarecida, né? Vocês pretendem concluir esse trabalho até quando?

BD: Tem sim. O prazo da Comissão Nacional da Verdade era para ser encerrado agora em maio, mas, a presidente Dilma prorrogou até dezembro. Entretanto, os relatórios já estão sendo feitos. Então o meu trabalho, as considerações, recomendações, têm de ser enviados até meados de junho.

Programa Outras Palavras
Domingo, 29/06/2014

Educação em Debate

Afinal de contas o que é o IDEB?

A professora da Faculdade de Educação (FAE-UFMG), Flávia Xavier, continua sua conversa com a professora e coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, no Educação e Debate. Ela ajuda a entender os erros cometidos pela Secretaria do Estado de Educação ao divulgar o IDEB como a única fonte de avaliação da educação na rede estadual.

Flávia Xavier
Professora da FAE/ UFMG

Beatriz Cerqueira: Por que o IDEB não pode ser o único indicador de qualidade na educação?

Flávia Xavier: Isso é muito importante porque o que tem acontecido é que o IDEB tem sido aquela medida que tem descrito a qualidade da educação básica das escolas brasileiras. Entretanto, esse indicador está altamente correlacionado com o nível socioeconômico dessas escolas. Isso quer dizer o quê? Que aquelas escolas que apresentam um indicador melhor, que têm se saído melhor em termos de desempenho escolar dos alunos, as suas taxas de aprovação, são aquelas escolas em contextos socioeconômicos mais altos, que as famílias desses alunos possuem maior renda, mais bens de capital, de serviços, enfim, que têm mais acesso. São famílias também cujos pais desses alunos têm maior nível educacional, então a gente não pode usar o IDEB como único indicador, dado essa alta correlação dele com o nível socioeconômico das escolas. É importante que esse indicador seja usado de modo contextualizado. Ao apresentar para a escola o IDEB é importante que se apresente também o contexto em que essas escolas se inscrevem porque isso vai permitir com que os professores, que o diretor daquela escola, que a comunidade entendam o contexto no qual ela se inscreve e, às vezes, são contextos inclusive adversos às minorias que têm que ser pensadas. Isso não quer dizer que os alunos tenham que aprender de modo diferente, que um aluno de um contexto mais favorecido vai saber mais, um aluno de um contexto menos favorecido, menos, não quer dizer isso, mas a gente tem que entender que existem contextos que são mais adversos e, portanto, uma escola em um contexto mais adverso que consegue uma melhoria mesmo que pequena, mas aquilo pode significar muito para aquele contexto. Então não dá pra gente fazer comparações sem que haja essa contextualização. Outros indicadores além do nível socioeconômico das escolas são importantes, por exemplo, a infraestrutura. A gente tem percebido hoje, já tem pesquisas com esses indicadores calculados que nós temos escolas muito desiguais em termos de infraestrutura. Então, têm escolas que faltam o básico: carteiras, cantina adequada, quadra de esportes e outras escolas mais bem equipadas. A gente tem uma variação enorme e a infraestrutura também está relacionada a esse contexto no qual a escola se inscreve. Então o importante é apresentar esse indicador, e ele pode ser uma síntese interessante, mas nunca pode ser lido fora de um contexto no qual aquela escola se inscreve.

BC: E esse ranking que é feito com a nota do IDEB ajuda a melhorar a escola?

FX: Isso tem sido um grande equívoco. A equipe técnica do IDEB já nos últimos anos não tem recomendado esse ranqueamento. O que a gente viu, por exemplo, com as notas do ENEM ano passado - isso acontece com o Enem, com o IDEB e a mídia gosta de fazer o ranqueamento. Então sai uma lista das melhores escolas. Vamos usar o Enem e a mesma lógica se aplica ao IDEB. Sai a lista das melhores escolas por cidade: São Paulo, Belo Horizonte e por aí vai. São sempre as mesmas escolas, as escolas mais tradicionais, as escolas que recebem um público, alunos de nível socioeconômico

mais alto. Não é à toa, está certo? Então a gente sabe que existe essa correlação entre nota, entre desempenho dos alunos e o nível socioeconômico. Essa discussão tem sido feita há muitos anos não só no Brasil, foi uma discussão que já começou lá na década de 60, mostrando essa relação entre a origem social, a origem socioeconômica e cultural dos alunos e o desempenho desses alunos em termos de notas, sejam essas notas de leitura, matemática ou outra mesmo. E o que acontece quando a gente faz um ranqueamento, a gente simplesmente desconsidera esse contexto, está certo? Então se essa nota é altamente correlacionada a esse contexto, à origem dos alunos, quando a gente faz um ranqueamento seria a mesma coisa de dizer que esse ranqueamento é por origem socioeconômico, por nível socioeconômico, então não se pode fazer isso. Na verdade, a educação também não é uma corrida de cavalos. Porque em uma corrida para um chegar em primeiro lugar, o outro tem que chegar em segundo, tem que ter o último colocado e tem premiação, e a gente não pode transportar essa mesma lógica para a educação porque o que a gente quer é que todo mundo chegue em primeiro lugar, que todo mundo seja um ganhador. Então essa ideia de hierarquização, de ranqueamento, ela é simplesmente um equívoco, inclusive colocar nota do IDEB na porta das escolas, isso também é outro equívoco, porque, implicitamente, o que está por trás disso é essa noção de ranqueamento.

BC: A Secretaria do Estado da Educação anuncia a nota do IDEB como uma das melhores do país. É essa mesmo a nossa realidade?

FX: As notas do IDEB em Minas Gerais têm crescido tanto em 2009 quanto em 2011, que foi o último e são as últimas medidas que a gente tem. Vai sair outra agora relacionada aos dados de 2013. Essas notas têm crescido. Entretanto, a gente quer observar dois pontos importantes. O resultado para Minas Gerais é um resultado para todas as escolas de Minas - das redes estadual e municipal e o segmento que mais tem apresentado uma melhoria, isso não só para Minas Gerais, mas para o Brasil como um todo. E o primeiro segmento são os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, então são as notas desses alunos, é o IDEB dessas escolas de 5º ano que têm melhorado de modo mais significativo. Isso é resultado de uma política intensa que tem sido implementada no país nos últimos anos, de investimento nesse primeiro segmento da educação básica. Bom, dado isso então, a gente observa que é uma melhoria substancial mais no 1º segmento. O 2º segmento que se relaciona ao 9º ano, ele tem uma melhoria relativamente pior do que a do 5º ano e o Ensino Médio é de uma estabilidade que não se atinge as metas que são previstas, isso em geral acontece em todo o Brasil. Minas Gerais, para o primeiro segmento, tem apresentado uma melhoria significativa, agora a gente tem que observar uma outra questão. O ponto de partida do Estado já era um ponto de partida alto, está certo? Então se a gente for pensar em termos relativos não é o Estado que melhorou mais, a gente tem outros exemplos. Como o Ceará, que tem apresentado, como ele começou? O ponto de partida do Ceará era baixo, ele foi apresentando melhorias mais significativas. Mais uma vez, não dá para fazer essa lógica do ranqueamento. Quando se fala que Minas Gerais está se saindo melhor está colocando isso em termos absolutos, hierarquizando essas notas sem perceber o esforço desses de cada um desses estados em atingir as suas metas.

BC: Para finalizarmos Flávia, o que nós percebemos que aquilo que era para ser um instrumento de diagnóstico tem se transformado aí em um elemento para responsabilizar o professor, para responsabilizar a escola pelos resultados. É esse o caminho para uma educação pública de qualidade?

FX: Eu gosto de dizer e tenho defendido essa ideia de que as grandes críticas às medidas, aos indicadores são críticas relacionadas aos usos que esses indicadores têm, aos usos que a mídia faz, que o Governo faz, enfim. É importante que a gente tenha um registro, que a gente tenha informações, porque sem essas informações a gente não poderia falar de desigualdades escolares, a gente não poderia fazer de exclusão escolar, a gente não conseguiria fazer um diagnóstico das nossas condições, do nosso sistema de escola. A gente, a sociedade, ela tem pedido transparência. Quando a gente tem uma Secretaria de Saúde, por exemplo, que lança mão de uma informação de quantas pessoas se vacinaram contra gripe, a gente está tendo um indicador, que diz que a meta não foi atingida, que a gente precisa cumprir metas, enfim. A medida, ela é interessante, é essencial, agora, o problema é o uso que se faz dessas medidas.

BC: Você pode conhecer um pouco sobre o IDEB, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e pôde comparar o que, de fato, é o objetivo desse indicador com o uso político que a Secretara do Estado da Educação faz. Nós podemos perceber, na conversa com a professora Flávia, que a imposição de aprovação influencia no indicador, que o indicador é uma média, não é o resultado de todos os alunos e é um perigo nós utilizarmos média como se fosse o único indicador de qualidade na educação. Agradeço a oportunidade, acho que a população teve aí uma chance de conhecer um pouco mais desse indicador que aparece de forma tão bonita nas peças publicitárias do Governo.

Atualidade

Pesquisa da Rede ASTE foca no associativismo e sindicalismo de trabalhadores /as em em educação

O Outras Palavras recebeu o professor Cássio Diniz, pesquisador de associativismo e sindicalismo de trabalhadores em e ducação no Brasil, para uma conversa sobre esse assunto.

Cássio Diniz
Professor da Rede Estadual e pesquisador

Aloísio Lopes: Vocês então participam de uma rede internacional de pesquisadores, é isso?

Cássio Diniz: Isso mesmo. A rede ASTE, que é uma rede internacional de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação se dedica a pesquisas sobre esse fenômeno, que envolvem os trabalhadores e as trabalhadoras em educação não só no Brasil, como também em vários outros países pelo mundo.

AL: Vocês optaram por um período de pesquisa mais recente, por exemplo, desse século ou um período mais dilatado?

CD: Então, alguns grupos se dedicam à história do movimento sindical docente, do movimento sindical de trabalhadores dedicados à educação, mais do início do século XX. Outros como o nosso grupo, na Universidade 9 de Julho, são dedicados ao estudo desse fenômeno a partir da ditadura, nos anos finais da ditadura e a sua contribuição na luta contra a ditadura civil militar no Brasil.

AL: A Universidade 9 de Julho é de onde?

CD: Ela é de São Paulo.

AL: Agora já dá para fazer um comparativo, você que é estudioso da área, sobre o nível de organização dos trabalhadores da educação do Brasil e de outros países do mundo?

CD: Apesar de alguns estudos terem avançado nessa questão, acho que é muito cedo ainda a gente precipitar uma conclusão sobre essa temática, mas, a partir do que já foi pesquisado é interessante apontar que, apesar de tardio, o movimento sindical de trabalhadores em educação no Brasil se desenvolveu de forma desigual, mas, cobrado no qual pode igualar a outros movimentos que ocorrem em outros países, principalmente, na Europa, Estados Unidos e América Latina.

AL: Nós estamos aqui com o seu novo livro: "Sindicalismo e Associativismo de Trabalhadores em Educação no Brasil." Nessas demandas de organização sindical existe também a demanda da discussão da própria educação brasileira, não é uma demanda apenas corporativa.

CD: Exatamente. Porque muitas vezes, quando nós falamos em "sindicalismo", imagina-se que os trabalhadores e a categoria que se envolve são movidas apenas por questões econômicas, financeiras, típicas do corporativismo, mas, se a gente analisar a história do movimento, principalmente da década de 1960, 1970 para cá, nós vamos perceber que ela vai abarcar as lutas que envolvem toda a sociedade. Um exemplo, como já foi dito, a luta contra a ditadura civil-militar e também outros casos na América Latina, nas lutas populares contra as ditaduras que vigoraram em toda a América Latina.

AL: Eu imagino que, para a organização de trabalhadores nesse setor de educação, a demanda não seja apenas corporativa, então não é apenas atuação no sindicato ou dentro da escola, mas, se refere também a questões sociais, relação com a população no geral.

CD: Um caso que deixa bastante claro essa observação é a luta que o movimento dos trabalhadores da educação no Brasil teve contra a ditadura civil-militar, mas não só no Brasil, em outros países da América Latina que sofreram com as suas ditaduras. Também teve nos trabalhadores em educação, os docentes, nos professores e funcionários de escola, uma luta contra essa situação. Então, ela extrapola a questão corporativa, econômica, financeira, e vai para além das questões que abrangem toda a sociedade.

AL: Quando os trabalhadores em educação, por exemplo, discutem projetos pedagógicos nas suas comunidades, depois municípios, na verdade, eles estão também fortalecendo a organização enquanto categoria profissional.

CD: Exatamente. A importância de iniciar um debate educacional, pedagógico, no sentido de a própria categoria dos trabalhadores em educação e a própria classe trabalhadora debater as políticas públicas da educação. É importante para se fazer a contraposição a um discurso hegemônico dentro da nossa sociedade, que é o discurso das elites das classes dominantes, que tentam impor um modelo de educação que na verdade não atende aos interesses da grande maioria da população. Então, a participação no debate e, muitas vezes, o debate puxado pelos sindicatos dessas categorias, são importantíssimos.

AL: Nós estamos em um programa que é realizado por um Sindicato de Trabalhadores da Educação, que é o Sind-UTE/MG, que tem uma história que você também já conhece, já pesquisou. Tem alguma obra prevista para contar essa história?

CD: Então, em breve nós estaremos lançando o nosso livro chamado "História e Consciência de Classe na Educação Brasileira", que abarca sobre as lutas e os movimentos que culminaram na criação da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, em 1979.

Programa Outras Palavras TV Band Minas Gerais
Domingo, 06/07/14

Educação em Debate

0s 35 anos do Sind-UTE/MG uma história de lutas e conquistas

Rosaura de Magalhães
1ª presidenta do Sind-UTE/MG

A professora de Física, Rosaura de Magalhães Pereira, ajudou a organizar e a dirigir uma das maiores e mais combativas entidades sindicais em Minas, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação. Em uma conversa com a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, ela conta a história esse Sindicato, que ajudou a fundar e agora completa 35 anos.

Beatriz Cerqueira: Uma conversa muito especial. Para comemorarmos os 35 anos de vida do nosso Sindicato, convidamos a professora Rosaura de Magalhães Pereira, ex-presidente da UTE e primeira presidente do Sind-UTE/MG, que começou como uma das nossas lideranças e de início a nossa luta. Nossa história começa, em 1979, não é isto?

Rosaura Pereira: Isso. Em 1979, eu estava começando a trabalhar como professora, dando aula de Física no Estadual Central, e ainda era estudante da UFMG, quando o pessoal começou a convidar a gente para participar de algumas reuniões na Fafich. Inicialmente, era tentar retomar ou montar uma chapa de oposição ao Sinpro, que é o Sindicato dos Professores da Rede Particular, mas, nesse período estava começando a retomada democrática no Brasil. E aconteceram greves no Rio de Janeiro, greves dos professores em São Paulo, greves de metalúrgicos. A gente ainda estava no período da ditadura militar, mas já com início de redemocratização no Brasil. E aí, em uma dessas reuniões na Fafich, que eu fui tinha vários professores da rede. Algumas dessas decisões foram muito importantes. Decidiu-se procurar a APPMG, que era a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais e o Sinpro e reivindicar que as suas direções convocassem assembleias para discutir a questão salarial dos professores. Nós estivemos na APPMG, outra comissão foi no Sinpro, e tanto a direção do Sinpro quanto a direção da APPMG se recusaram a convocar a assembleia. Então, esse grupo de professores decidiu convocar uma assembleia por conta própria. Essa assembleia aconteceu no Sindicato dos Bancários e tirou uma pauta de reivindicações. O interessante dessa história é que a pauta de reivindicações, a reivindicação salarial dos professores de Minas era o salário que os professores do Rio tinham conquistado na greve que eles fizeram, tanto que a palavra de ordem na primeira greve de 79 era "888 e uns quebrados". Essa era reivindicação salarial dos professores mineiros. Então, essa primeira assembleia tirou a pauta de reivindicações. Uma segunda assembleia na Faculdade de Medicina definiu pela greve de 79, que foi histórica, uma luta maravilhosa, espontânea. Os professores e as professoras (são ainda a maioria), assumiram essa luta indo para a rua, se organizando, fazendo, arrecadando dinheiro de fundo de greve, e aí a greve cresceu, foi fantástico.

BC: E aí a UTE nasceu?

RP: Éh! Na greve de 1979, o Governo estava se recusando a negociar com os professores porque dizia que aquela greve não tinha rosto, porque não tinha uma entidade na frente. O movimento elegeu um comando geral de greve, que era a direção do movimento, e se organizou em regiões e nessas assembleias regionais tirava a direção do movimento, os comandos regionais. E cada cidade que entrasse em greve elegia o seu comando ge-

ral, o seu comando de greve. Tem um episódio interessante que foi a dona Maria de Lourdes Paraíso Coutinho, uma professora mais velha de uma escola aqui em Belo Horizonte, quando o governo falou que a greve não tinha rosto, ela foi para o Estado de Minas, para os jornais e falou assim: "eu sou o rosto da greve." É uma greve que foi assumida pelos professores e as professoras que assumiram como o rosto da greve. E a próxima assembleia feita no pátio da Assembleia Legislativa já tinha 10 mil professores e todo mundo levantou o braço falando: "eu sou o rosto da greve." Então a greve durou 41 dias, atingiu 421 municípios, foi espontânea com uma direção eleita na base ali, naquele momento. E o maior saldo dessa greve foi a criação da UTE no final de julho, nós fizemos um Congresso e decidimos criar a UTE, que é a União dos Trabalhadores do Ensino.

BC: Em 1980, mais uma greve, marcada por muita repressão. Conta um pouco desse período para a gente já como UTE - União dos Trabalhadores do Ensino.

RP: Em 1980, nós resolvemos fazer uma outra greve, e aí o governo, que na época era o Francelino Pereira, mandou reprimir uma manifestação na Praça da Liberdade, jogando jatos de água nas professoras e bombas de gás lacrimogêneo, então teve repressão em 1979. Só que isso, ao invés de fazer o movimento diminuir, fez o movimento crescer. O Francelino, em 1980, botou a polícia na porta das escolas, ameaçou de exoneração e de demissão aos professores, então a polícia veio de forma muito mais violenta. A greve durou uns 15 dias. Teve realmente exoneração de professores contratados e suspensão de professores efetivos, teve uma punição violenta em 80, mas a UTE continuou. A repressão foi grande, mas a gente conseguiu fazer a UTE crescer, se manter viva. A UTE a gente fazia as coisas tirando dinheiro do bolso, todo mundo bancava essa entidade, então a gente trabalhava no horário que tinha livre, ia para as escolas fazer a discussão, fazia vaquinha para pagar aluguel da sede, fazia vaquinha para pagar o telefone, ou seja, a gente criou, construiu essa entidade do nada, os professores de Minas. Eu fico também muito emocionada de contar essa história porque é muito bonita. Criar uma entidade do zero e ver que essa entidade que tem muita importância hoje.

BC: Em 1989, você foi eleita presidente da UTE e teve um papel fundamental nessa articulação da nossa categoria, dos diversos setores para que, em 1990, ocorresse a unificação dessas entidades. Conta um pouco dessa história para a gente.

RP: Ao longo desses anos nós tivemos várias greve e sempre o Governo usava principalmente a APPMG para dividir o movimento. Então, em vários momentos da nossa história aí nesse período, na hora da campanha salarial, na hora da greve, o governo chamava a APPMG para negociar, tentando tirar a UTE da cena política, do cenário político. E a categoria percebia isso, essa manobra que o Governo usava para dividir a categoria. Usava as diferenças, as divergências para dividir. E a própria categoria começou a reivindicar a unificação das entidades, porque percebia que a existência de várias entidades dividia a categoria. Tinha Associação de Diretoras, Associação de Inspetoras, Associação de Supervisores, a de Orientadores, associações municipais; então a ideia era unificar em um grande sindicato e com todo mundo no sindicato, para que o Governo não utilizasse essas diferenças para dividir a categoria. Então, a categoria reivindicando isso, nós articulamos, começamos a tentar fazer esse processo de unificação, e aí criamos uma Comissão com a participação de elementos das várias entidades em uma Comissão de Unificação. E realizamos um Congresso, em 1990, e teve mais de 3 mil delegados, professores, trabalhadores em educação do Estado todo para discutir e unificar as entidades. Nesse Congresso de Unificação, nós elegemos uma direção provisória, eu era presidente da UTE e fui a primeira presidente eleita nesse Congresso do Sind-UTE/MG e essa direção tinha uma composição com as várias entidades que participaram do processo de unificação. Então tinham pessoas da UTE, da APPMG, da OEMIG, das associações municipais, então foi uma composição das várias direções.

A repressão foi grande, mas a gente conseguiu fazer a UTE crescer, se manter viva. A UTE, a gente fazia as coisas tirando dinheiro do bolso, todo mundo bancava essa entidade, então a gente trabalhava no horário que tinha livre...

Atualidade

Democratização da mídia: o que isso significa?

Em tempos de grandes eventos, a exemplo da Copa do Mundo, de golpe, ameaça à liberdade de expressão, negação da democracia, da soberania brasileira e dos direitos da classe trabalhadora, falar de agressões, violência, intolerância e do papel dos meios de comunicação acaba por reafirmar, também, a importância da democratização da mídia.

Aloísio Lopes: Recebemos o jornalista, Kerison Lopes, que é o novo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Em plena Copa do Mundo, os desafios para o trabalho dos jornalistas deve ser muito grande. O que o Sindicato dos Jornalistas pode fazer nesse momento?

Kerison Lopes: Primeiramente, é uma grande oportunidade para todos os setores no Brasil receber essa Copa do Mundo e, principalmente, para os jornalistas porque é um tempo quente de muitas pautas, de muitas coberturas, muitas atividades, então é um momento muito especial para os jornalistas brasileiros em especial. Nós temos dois aspectos nessa questão da Copa. Desde junho do ano passado aconteceram muitas manifestações durante a Copa das Confederações e nesses primeiros dias de jogos já estão acontecendo algumas.

AL: Inclusive, com problema de violência contra jornalista.

KL - Exatamente. E o jornalista, no caso, é um trabalhador que está cobrindo essas manifestações. Então tem violência, infelizmente, por parte dos policiais e, às vezes, até alguns participantes que nem manifestantes são. São vândalos que acabam agredindo também o jornalista. Então, tem essa questão da Copa. O Sindicato fez várias iniciativas de preparar os jornalistas para esse tipo de cobertura, concursos, inclusive, alguns fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública, e nós temos acompanhado, passo a passo, o processo para dar assistência jurídica, assistência mesmo durante as manifestações, para que o jornalista tenha total direito e condições de exercer o seu trabalho. Há um outro aspecto que nós assumimos. O Sindicato, nesse período da Copa, vai promover um grande projeto, que é o BH Press House, que tem o objetivo receber e acolher os milhares de jornalistas que estão aqui em Belo Horizonte fazendo a cobertura da Copa. São milhares de jornalistas estrangeiros, uma média de 5 mil estão em Belo Horizonte fazendo o seu trabalho e o nosso Sindicato, a nossa Casa do Jornalista, tem um conjunto de programações culturais, de debates, lançamento de livros, exposições de fotografia, para receber esses jornalistas durante a Copa, não só eles, mas, também os nossos jornalistas aqui de Belo Horizonte e os brasileiros que estão aqui na nossa cidade.

AL: Ótimo. Agora, eu sei que é um desafio grande relacionado à comunicação no Brasil, que é um tema muito polêmico, que provoca oposições, principalmente, de empresas de mídia, que é a democratização da mídia. Existe um projeto de lei de iniciativa popular que pretende regulamentar tipos da constituição que se referem à mídia brasileira. Como é que você vê isso? Há necessidade de democratizar a mídia?

KL: É uma necessidade muito grande de democratizar a mídia brasileira. Infelizmente, nosso marco regulatório da comunicação brasileira é de 1962, em que mal existia TV ainda no Brasil. Então, depois disso, surgiram vários veículos e, principalmente, a revolução da internet desde a década de 1990. Então é uma necessidade muito grande de fazer uma atualização, de ter novas leis, de ter uma regulamentação para que garanta realmente atualizar nossa legislação com os novos tempos. A mídia brasileira é hoje extremamente concentrada nas mãos de pouquíssimas famílias, que detêm o seu monopólio seja da TV, dos rádios, dos jornais, e a participação popular é pequena. Então, nós temos aí uma discussão muito grande.

AL: Seria parecido com o processo que teve na Argentina?

KL: Exatamente. A Argentina também sofria com esses problemas e a presidente, Cristina Kirchner, enfrentou isso e criou a Lei da Mídia. No Brasil, avançamos no Governo Lula com a Conferência Nacional de Comunicação, que juntou sociedade civil, jornalistas, trabalhadores da comunicação, empresários, e definiu um conjunto de pautas a serem levadas para o Congresso Nacional para modernizar essa legislação, mas, infelizmente ficou parado por quatro anos e, hoje, talvez a presidenta Dilma esteja arrependida de não ter enfrentado esse tema - de tentar democratizar mais a mídia, até porque ela talvez seja a principal vítima dessa concentração, desse monopólio da comunicação brasileira.

AL: Tem um assunto muito mineiro também recorrente dos últimos 12 anos no que se refere a uma suposta censura sobre a imprensa em Minas Gerais. Teve até um senador mineiro, que declarou recentemente que isso não existe e relatou, nessa entrevista, que o maior jornal do Estado, o Estado de Minas, é governista, sempre foi assim, e não se trata de censura. Existe realmente censura em Minas Gerais?

KL: Realmente, essa entrevista recente desse senador, que é o Aécio Neves, foi um desrespeito muito grande à comunicação mineira. Minas sempre foi um celeiro de grandes jornalistas, é referência no Brasil inteiro, mas, infelizmente, nos últimos tempos, é muito difícil de praticar o jornalismo de qualidade porque existe um cerceamento, existe uma coerção do nosso trabalho. Isso já foi denunciado inúmeras vezes. Basta entrar na internet e você vai ver vários casos de denúncias desse cerceamento. Então, às vezes, quem promove o cerceamento é que está criticando a mídia. Então, nós temos grandes jornalistas e se ele agride, se ele atinge essas direções dessas empresas, que elas se defendam. Os jornalistas de todos os jornais, de todas as TVs aqui de Minas têm muita qualidade e procuram fazer um jornalismo sério, mas o poder econômico do Governo do Estado, de outros poderes, inclusive, de grandes empresas de publicidade, impedem de a gente fazer um bom jornalismo. Mas isso não é problema do jornalista, talvez, seja um problema das direções que são coniventes e, às vezes, as direções dessas empresas que são coniventes contribuem para esse tipo de cerceamento.

Kerinson Lopes
Presidente do Sindicato dos Jornalistas/MG

Programa Outras Palavras
Domingo, 13/07/2014

Educação em Debate

0s 35 anos do Sind-UTE/MG uma história de lutas e conquistas (parte 2)

Beatriz Cerqueira Coordenadora-geral Sind-UTE/MG e **Rosaura de Magalhães,** a 1a presidenta da UTE

Os 35 anos de um dos maiores e mais combativos sindicatos de Minas Gerais e do Brasil. Para além da luta de classes, da defesa dos direitos dos profissionais da educação, o Sind-UTE/MG vem se afirmando como um sindicato cidadão, assuntos pautados nessa entrevista.

Beatriz Cerqueira: Continuamos a conversa com a professora, Rosaura de Magalhães Pereira, que foi a primeira mulher eleita presidenta da UTE e depois do Sind-UTE/MG. Ela nos conta a história do nosso Sindicato que, este ano, completa 35 anos. Rosaura, e a greve de 91, nos conte como ela foi.

Rosaura Pereira: Bom, a greve de 91 foi uma greve que durou 90 dias. Foi, até então, a maior greve que nós realizamos. A nossa luta, nesse período todo, depois de 1979, era para ter um piso salarial na realidade, porque nós tivemos uma conquista, na greve de 1979, que foi o salário, que era dois mil e alguma coisa, não lembro nem a moeda da época, e passou para seis mil. Mas, nesse período veio a inflação e todas as conquistas salariais que a gente tinha se perdiam, então a gente voltava a estaca zero. Então, a luta era por um piso salarial para a categoria com indexador, para que o poder aquisitivo dos trabalhadores em educação se mantivesse ao longo do tempo. E aí, nós tivemos ao longo dessa história vários momentos de luta pelo piso. Teve um período que a gente conseguiu o piso vinculado a BTN, um piso de três, cinco e sete salários mínimos com indexador. Depois, a gente perdeu esse indexador, e aí a gente conseguiu colocar na Assembleia Legislativa uma emenda que garantisse o piso de três, cinco e sete salários mínimos vinculados com o indexador. O governo na época, que era do Hélio Garcia, vetou essa emenda que havia sido aprovada, aí a gente teve que lutar de novo para conseguir o piso com o indexador. Em 1991, nós fizemos uma greve que durou 90 dias, lutando também pelo piso, por democracia na escola, por melhores condições de trabalho, reivindicações que são históricas da categoria, por um plano de carreira e tudo mais. Em um primeiro momento, o governo se recusou a negociar conosco, aí nós ocupamos a Secretaria Estadual de Educação para forçar as negociações e, depois de muito tempo em greve, fizemos atividades na Praça Sete, acampamento na porta da Igreja São José, e uma série de manifestações. Com a categoria participando efetivamente, a gente conseguiu uma negociação. Então, a nossa história também tem várias greves em que conseguimos negociar, e depois os governos descumpriam os acordos.

OP - BC: Você foi eleita a primeira mulher presidenta da UTE e depois do Sind-UTE/MG, em uma categoria que nós somos a maioria. Na história do Sindicato foram três mulheres, você, depois a companheira Inês Camargos e, agora eu na coordenação-geral.

Em 1991, nós fizemos uma greve que durou 90 dias, lutando também pelo piso, por democracia na escola, por melhores condições de trabalho, reivindicações que são históricas da categoria...

Como foi assumir esse cargo em um universo, em que as relações de poder são machistas e nos impõe muitas coisas?

RP: Em primeiro lugar, eu nunca tinha pensado que ia ser presidente da UTE porque, em 1979, quando eu comecei a participar do movimento, eu nem falava nas assembleias, eu morria de vergonha e ficava imaginando fazer uma intervenção, subir lá, mas, não tinha coragem de jeito nenhum. Mas, participava de tudo, das reuniões de regionais, das reuniões do comando, mas morria de vergonha de falar. Então, foi quando vários companheiros começaram a falar que eu devia me candidatar presidente. Em primeiro momento, quase morri de medo, me deu uma tremedeira e pensei "não quero, não dou conta!" E eu já conseguia falar eu público, mas, ser presidente do sindicato não me passava pela cabeça. Eu tive que ler muito, coisas sobre a questão feminina para poder adquirir coragem, e precisei muito do incentivo das colegas, a maioria mulheres, professoras, em relação a essa questão, se em nossa categoria, composta por mais de 90% de mulheres, por que só ter homem na presidência? Aí, as pessoas começaram a me pressionar. Eu fiquei muito insegura inicialmente, mas, depois eu assumi, criei coragem, "então vamos lá, mas, vocês têm que me dar apoio." O processo de definição do meu nome como candidata à presidente foi uma disputa, teve uma disputa entre uma mulher e um homem. Não era esse o centro da questão explicitado, mas, tinham duas pessoas disputando, eu e Toninho Lambertucci, que foi presidente depois de mim, inclusive. Então, no primeiro momento eu fiquei muito insegura, a imprensa inicialmente não me reconhecia como presidente, às vezes colocava outro nome de companheiro. Mas, à medida que eu e os companheiros da direção fomos fazendo nosso trabalho, eu fui adquirindo mais autoconfiança. E aí com um trabalho bom sendo feito, com muita responsabilidade na condução das lutas da categoria, com um debate sempre aberto, sempre claro, sempre democrático, eu acho que as pessoas começaram a me reconhecer. A categoria sempre me reconheceu e tem um carinho grande comigo. Aonde eu vou, no Estado todo, as pessoas lembram-se da época que eu era presidente, falam de saudades daquele tempo, então, por parte da categoria, eu nunca senti certa rejeição, o difícil é você como mulher se impor em um lugar de direção, negociar com o governo no movimento sindical e ter uma posição respeitada. Isso não é uma coisa muito fácil, mas, a gente aprende tudo. Eu aprendi foi na luta a partir de 1979, aprendi a dirigir uma assembleia, a dirigir um congresso, a conduzir isso de forma democrática, e chegou certa época que as pessoas começaram a me reivindicar na mesa de direção porque sentiam que a minha condução era legal, era democrática. Então, quando as pessoas nos reconhecem, a gente vai se impondo também como liderança e tudo mais. Não é fácil, mas eu acho que a gente vai aprendendo, vai assumindo esses lugares e vai aprendendo e adquirindo mais confiança na gente mesmo, na nossa capacidade de estar na direção do movimento e fazendo um trabalho legal para categoria aí.

OP - BC: Para finalizarmos, qual é a mensagem que você deixa para gente dos 35 anos?

RP: Bom, eu estou passando essa mensagem por onde tenho ido, que eu gostaria que essa nova geração conhecesse essa história, para se orgulhar dela e para saber tudo que a gente conquistou nesses anos, com muita batalha, e que estamos perdendo, por exemplo, o Plano de Carreira. Eu fiquei muito sentida quando eu vi que toda uma luta histórica pelo Plano de Carreira caiu por terra com um golpe desse Governo, e eu assisti a negociação na greve de 2011, que foi a maior greve da nossa história e depois vi o rompimento do acordo político do governo. O que eu gostaria de falar para essa nova geração é que ela precisa ter orgulho dessa categoria, que tem um papel fundamental na sociedade, um papel muito importante, e que está vivendo um momento difícil - dar aula para muitos alunos na sala. Ensinar está sendo uma missão extremamente difícil e dolorosa. Acho um absurdo os professores dobrarem a jornada de trabalho, é desumano. Na minha época, ainda dava para você trabalhar em dois cargos, hoje, eu acho que tinha que ter dedicação exclusiva em um cargo só, com um número menor de alunos em sala de aula. Então, eu acho que os professores têm que procurar conhecer a sua história, aumentar a sua autoestima e o seu valor, se valorizar mais e brigar pelas coisas que são fundamentais para que a educação melhore a qualidade do ensino, e lutar por um salário digno para que ninguém tenha que dobrar a jornada de trabalho, para que possa fazer um bom trabalho em condições humanas. Então, eu conclamo essa nova geração a vir para luta no seu sindicato. Essa luta é fundamental. A força desse Sindicato depende da participação da categoria, não adianta nada reclamar sem participar.

"Eu conclamo essa nova geração a vir para luta no seu sindicato. Essa luta é fundamental. A força desse Sindicato depende da participação da categoria."

Atualidade

Sindicalista critica a proposta de gasoduto do Governo

Uma das pautas que movimentaram a mídia, ao longo de 2014, foi a proposta de construção do gasoduto em Minas e esse assunto foi debatido também no Outras Palavras.

Aloísio Lopes: A distribuição do gás canalizado em Minas Gerais está trazendo à tona uma nova polêmica, agora entre o Governo e a Assembleia Legislativa. O governo do Estado quer construir um gasoduto e, para isso, mandou para a Assembleia Legislativa, uma proposta de emenda constitucional, uma PEC. Quem conversa conosco é Jairo Nogueira do Sindieletro-MG. É necessário mudar a Constituição para construir um gasoduto?

Jairo Nogueira: A gente entende que não há necessidade nenhuma disso, ou seja, de mudar a Constituição Mineira para se construir um gasoduto. Parece que estão aproveitando o momento para poder alterar a Constituição, e isso é para poder privatizar a Gasmig.

AL: E o que eles mudam na Constituição, o que tem lá hoje que pode ser retirado?

JN: Então, essa conquista que a gente teve na Constituição Mineira vem do Governo Itamar. Nós conquistamos através da PEC 50, primeiro, a não privatização da Cemig e Copasa. Se houver essa intenção de privatização das duas empresas deveria passar por 3/5 dos deputados e um referendo popular. Logo depois veio a PEC 66, que incluiu a Gasmig nesse rol. O que a gente tem agora na mudança da PEC 68 é que colocaram as subsidiárias (aí entram a Gasmig e a Copasa), retirando a questão do referendo popular. Esse é o grande problema dessa PEC, pois ela retira o referendo popular, a consulta popular se deve ou não privatizar as empresas de Minas Gerais.

AL: Então, pelas normas atuais qualquer tipo de privatização teria que ouvir a população por meio de um referendo, é isso?

Jairo Nogueira
Coordenador-geral do SIndieletro/MG

JN: Exatamente. O que está na Constituição Mineira hoje é isso, se quiser privatizar a Gasmig, por exemplo, nessa questão da construção desse gasoduto que a gente não está entendendo o porquê privatizar a Gasmig, para construir um gasoduto. Hoje a Gasmig tem como sócias a Cemig e a Petrobrás, duas grandes empresas que poderiam fazer esse projeto, e vem-se com a ideia de privatizar, então, a ideia básica da mudança, da alteração disso aí é retirar a consulta da população.

AL: Tem grandes empresas nacionais ou internacionais de olho nesse negócio, é um negócio lucrativo?

JN: Sim, é um negócio de alto lucro, o gás vai ser a grande saída para a questão energética no Brasil. Em vários estados já estão investindo nisso, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e parte do Nordeste. E tem empresa de olho nisso. Tem uma empresa espanhola aguardando, já tem um compromisso da Cemig com essa empresa aguardando essa questão da Assembleia de autorizar a privatização. A Cemig compra o restante da parte da Petrobrás, os 40% e vende para essa empresa espanhola, que se chama Venosa, 68% das ações.

AL: Mas, na sua avaliação, é necessário ter esse investido estrangeiro ou a própria Cemig, que é sócia majoritária da Gasmig teria condição de fazer essa obra?

JN: A própria Cemig e a Petrobrás teriam condições de fazer a obra, o que a gente questiona é o valor da obra. O valor que foi orçado, R$ 2 bilhões,é um valor muito alto, a gente fez consulta com engenheiros, com técnicos da Gasmig e técnicos, engenheiros fora aqui do estado de Minas Gerais que tem uma grande atuação na questão do gás canalizado, desse gás. Eles dizem que o projeto está com um valor muito alto, poderia ser feito pela metade do preço, então poderia ser um projeto, que ao invés de se gastar na bitola, que está se colocando no gasoduto, poderia se ter uma bitola muito menor com um custo mais baixo. No projeto são 24 milímetros de bitola e poderia fazer com 14 ou 16, que é feita no Brasil inteiro. Então, você diminuiria pela metade esse valor e logicamente teria condição de a Cemig e a Petrobrás fazerem esse investimento.

AL: Agora, essa emenda constitucional é de interesse do governo do Estado, porque foram deputados da base do governo, você acredita que eles têm condições de passar isso a toque de caixa, sem discutir melhor com a população, com setores técnicos, na própria assembleia fazer uma boa discussão, corre esse risco?

JN: O que está nos assustando é isso, é essa questão dessa PEC. Foi colocado que ela está muito rápida lá na Assembleia, é uma discussão muito polêmica, estão mudando a Constituição de Minas Gerais, tirando o direito, a oportunidade da população de votar se ela autoriza ou não a privatização da empresa, de empresas do Estado como Cemig, Copasa e Gasmig, o que a gente está sentindo é que está muito rápido, já está se querendo montar uma comissão.; votar e parece que querem fazer isso no período da Copa, então essa discussão a população ainda não está sabendo. É muito importante a nossa participação aqui no Programa para, inclusive, a população saber que a gente pode ter uma surpresa desagradável aí, que é a mudança da nossa Constituição, a retirada de um fato tão importante que o referendo popular e colocar as nossas empresas em risco de serem vendidas.

Programa Outras Palavras TV Band Minas Gerais
Domingo, 20/07/2014

Educação em Debate

O movimento sindical e o associativismo da classe trabalhadora após a ditadura militar

Cássio Diniz
Pesquisador, professor e diretor estadual do Sind-UTE/MG

No Educação em Debate, conheça um pouco mais sobre a história da união dos trabalhadores e das trabalhadoras do ensino após a ditadura civil-militar.

Beatriz Cerqueira: Em julho de 2014, o Sind-UTE/MG completa 35 anos de história. E exatamente para conversar sobre essa história, que nós convidamos Cássio Diniz, professor de História da rede estadual, que dedicou-se ao mestrado, à história da nossa categoria, e também é doutorando em Educação. Cássio, obrigada pela sua participação. Além de todo esse estudo, você tem uma militância importante. Você foi um dos fundadores da Subsede de Caxambu do Sind–UTE/MG e é, também, diretor estadual. Então agradeço a oportunidade da conversa aqui conosco.

CD: Eu é que agradeço pela oportunidade de estar aqui compartilhando com todos vocês sobre esse fruto de trabalho de uma pesquisa da história a respeito do nosso Sindicato.

BC: Bom, então que história foi essa que se construiu Cássio? A gente sabe que era o ano de 1979 e que vivíamos uma ditadura militar, mas nós também sabemos que trabalhadores e trabalhadoras foram protagonistas de uma luta importante que resultou na UTE e depois no Sind-UTE/MG. Conta essa história na perspectiva do que você estudou.

CD: Então, é exatamente isso. A UTE - União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais, que seria, a partir de 1990, o Sind-UTE/MG, na verdade foi fruto de todo um processo de lutas que começou a se desencadear no Brasil e, principalmente, em Minas Gerais contra a ditadura civil militar. O ano de 1979 foi um divisor de águas no nosso Estado e, principalmente, para o movimento sindical docente mineiro. No sentido de quê? Até então, o fenômeno do sindicalismo era baseado muito no associativismo docente, no qual os professores se organizavam a partir de entidades que apontavam mais um caráter que a gente acredita que, no final dos anos 70, já não existia. Por exemplo, o caráter missionário, o caráter sacerdotal do professor, mas já nesse período, devido ao avanço do sistema educacional brasileiro, do processo de transformação da universalização do ensino, e dentro do contexto da chamada modernização conservador do capitalismo no Brasil, a educação se expandiu tanto que o professor acabou sofrendo um processo, no qual ele começou a ter mais uma identificação enquanto classe trabalhadora. Ou seja, o professor começou a assumir, a partir de sua prática, o caráter classista de sua profissão, mas, infelizmente as associações que existiam na época e entidades representativas não tinham esse caráter. Isso provocou uma ruptura em 1979. A famosa greve de 1979 teve como objetivo tentar resgatar toda a valorização profissional do docente e também de demais outros profissionais da educação, aí podemos colocar também o funcionário de escola, o secretário, servente, até mesmo nos cargos existentes dentro da escola, e também nas superintendências, que antigamente eram chamadas delegacias de ensino, tanto que se criou essa ideia de trabalhadores em educação. É um termo que, lógico, não foi consenso geral naquele período, mas foi se firmando a partir de então. A greve de 79 foi um marco porque ela não só colocou novamente na rua os trabalhadores de educação, colocou-os na luta, não só por questões econômicas corporativistas, mas, também por um questionamento à ditadura civil militar. Como consequência de toda essa luta, além dos ganhos imediatos econômicos, houve a criação de uma nova entidade baseada no seu caráter mais

classista, compatível, tomando como exemplo as entidades e os modelos de luta típicos da classe trabalhadora, surgindo daí então no Congresso, de 21 e 22 de julho de 1979, a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.

OP - BC: No seu estudo Cássio, você aponta algumas características de 79 né?

CD: Sim.

OP - BC: Naquele momento não tinha lideranças ainda consolidadas, tinha um caráter espontâneo do movimento e existia na época a APPMG e o Sinpro, e nenhuma dessas entidades quiseram pegar para si essa demanda da greve, então a greve aconteceu apesar dessa organização oficial.

CD: É, naquele período, até 1988, os servidores públicos no Brasil eram providos de terem sindicatos, então, o máximo que ocorria para tentar ter uma forma de organização, os servidores formavam suas associações. No caso de Minas Gerais, surgiu na década de 60, a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais que, com as reformas do sistema educacional brasileiro adotou o nome de Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais. Só que o seu caráter não era de organizar e mobilizar os trabalhadores mineiros em educação com objetivo das conquistas mais imediatas, as econômicas, corporativistas, e também as lutas mais políticas. O objetivo não era esse, era baseado em um caráter mais missionário e sacerdotal do professor, simplesmente, ser um clube, um grêmio, associação que juntasse os professores, mas que falassem sem adotar os instrumentos típicos da classe trabalhadora. Com as transformações que a própria categoria, não só em Minas Gerais, mas no Brasil inteiro estava tendo, elas não tinham mais essa representatividade. A categoria não se reconhecia mais nessas entidades, tanto que quando estourou a greve de 1979, que de certo ponto foi espontânea, não podemos esquecer a ação subjetiva de alguns militantes que já vinham do movimento estudantil, outros vinham da luta armada. Apesar do caráter espontâneo, essas entidades, tanto a APPMG quanto o Sinpro, que é da rede particular, não assumiram essa luta. Não assumiram porque não queriam entrar e liderar o movimento que fazia um enfrentamento à ditadura. Não só o governo federal, mas, também com os seus representantes estaduais, na época, o governador era o Francelino Pereira, e diante disso, as pessoas tentaram se organizar, e as novas lideranças começaram a surgir no calor do momento. O exemplo mais claro é do professor Luís Dulci, que anos depois viria a ter uma carreira política de destaque no país, mas que surgiu a partir da necessidade de construções de lideranças do próprio movimento. Luís Dulci era uma personalidade que era desconhecida para a categoria em 1979. O mais interessante é que na assembleia, que ocorreu no dia 12 de maio de 1979, essas novas lideranças, que começaram a surgir, imaginavam que a luta iria aparecer mais no setor privado, tanto que a ideia nesse momento era construir uma oposição à direção burocratizada do Sinpro. Só que ao convocar essa assembleia, a grande surpresa foi que apareceu mais gente da rede estadual, então percebeu-se a necessidade de dar um giro político em relação àquele momento e direcionar para a luta da rede estadual, que estava naquele momento muito precarizada. Se a gente pegar os valores que a gente teve acesso aos documentos da época, nós podemos ver salários que a gente imagina que, no passado, eram melhores, assim como as condições de trabalho, mas, na verdade, existiu uma realidade bastante parecida com a nossa. Então a rede estadual apareceu como um setor da categoria mais propício à luta, com mais revolta e mais disponibilidade. Tanto que naquela mesma assembleia votou para o início de uma greve sem organização, sem estruturas sindicais, a partir de 17 de maio, cinco dias depois. Então, a gente tem que destacar também o caráter heróico da categoria que, mesmo sem uma liderança consolidada, foi à luta com o objetivo de melhorar a situação da sua categoria.

OP - BC: Bom Cássio, para finalizarmos, qual é o saldo 35 anos depois?

CD: Então, a gente costuma falar que nós observamos a história enquanto um processo permeado de contradições, com avanços e retrocessos, mas, o mais importante da gente destacar nesses últimos 35 anos é que a categoria docente mineira e a categoria docente dos trabalhadores em educação de Minas Gerais, a exemplo do que ocorreu em todo o país, sofreu um processo de desenvolvimento da sua consciência de classe. Hoje, muito mais do que naquela época, os professores, os demais trabalhadores, funcionários de escola, se reconhecem enquanto classe trabalhadora. Lógico que é um reconhecimento, muitas vezes, contraditório, talvez não é expresso em palavras, talvez não é expresso em comportamentos, mas expresso em algumas ações, por exemplo, os instrumentos típicos de conquistas de suas demandas, que os professores hoje adotam como a greve, e a organização por meio de um sindicato são típicos da classe trabalhadora, principalmente da classe operária fabril. E os professores hoje adotaram, lógico, com umas contradições, mas adotam esses instrumentos, isso é uma evolução, se reconhecem enquanto classe e, à medida que vai se reconhecendo, quando parte de uma classe social inserida na sociedade capitalista, começa a unificar as suas lutas com o objetivo de colocar em prática o tão desejado sonho de construir uma sociedade justa, uma sociedade igualitária, bem diferente do qual nós vivemos hoje.

OP - BC: Você conheceu um pouco da história do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, que neste ano completa 35 anos de luta.

Atualidade

Manifesto das Flores

O Outras Palavras recebeu o professor, ecologista, poeta e artista plástico, Severino Iabá, idealizador de projetos ecopedagógicos e culturais, entre eles, o Manifesto das Flores, destaque no quadro "Atualidade".

Severino Iabá
Professor da rede estadual, poeta e artista plástico

Outras Palavras - Aloísio Lopes: O educador, Severino Iabá, está comemorando neste ano, junto com sua equipe, dez anos do projeto Manifesto das Flores. O que é esse projeto?

Severino Iabá: É um projeto de arte pública, de inserção e intervenção nas dinâmicas sociais, culturais e ambientais das várias cidades do mundo.

AL: Então, vocês atuam com comunidades, dos alunos daquela determinada escola, mas envolve também os familiares e vizinhos.

SI - O projeto tem sua origem na pedagogia da esperança, na pedagogia da terra e nasceu de minha relação com a terra na minha infância e essa relação intensa com o pedagógico da escola, a realidade da escola. Então, o projeto "Manifestação das Flores", lançado em 2003, surge nessa dinâmica de uma cidade em que as escolas, talvez, nas escolas aqui da Região Metropolitana de Belo Horizonte, convivam com grande violência, ao mesmo tempo em que estava acontecendo a guerra do Iraque. Então, como artista, preocupado com a falta de descuido, que talvez nós vivemos; a cultura do descuido, pois tem um sujeito que cada vez mais se torna mais violento, pensamos em apresentar para a sociedade, para as escolas e para os artistas da cidade, um projeto em que eles pudessem passar para as pessoas, alunos, estudantes e educadores, que é um processo de criação de rosas de papel crepom. A ideia é que fossemos discutir a questão da violência nesse processo, além de celebrar a esperança de uma cidade melhor, de uma cidade mais bela, mais sustentável, plantando essas rosas de papel crepom na cidade. E aí foi quando nós plantamos o Parque das Mangabeiras, as 50 mil rosas que representavam, naquela época, as 50 mil pessoas que foram assassinadas no Brasil.

AL: Sim Severino, eu sei que um dos desdobramentos desse projeto "Manifesto das Flores" é o Boi Rosado. Que tem esse nome em homenagem ao escritor Guimarães Rosa. Então, essa junção de educação, cultura, natureza, cuidado, isso dá resultado? Os alunos se envolvem? Isso muda a vida dessas pessoas?

SI: Todo projeto em que você, como um artista ou como um professor, valoriza o sujeito que participa dele, valoriza o processo de criação e a relação que se trava naquele momento. Por exemplo, as crianças estão confeccionando uma rosa, isso possibilita mudanças significativas, só no fato de a pessoa participar de um processo.

AL: E há um processo de reflexão?

SI: De reflexão e que passa pelo fazer. Não reflexão só, mas, uma reflexão em que as pessoas pensam e, ao mesmo tempo, estão fazendo alguma coisa para mudar a sua realidade. Então, isso é muito bacana. Então, todo processo é vivido pelo artista ou qualquer sujeito que tenha consciência de que é algo importante, não só o resultado, não só o produto. Da criação de uma gigantesca instalação até chegar em outras, aconteceram coisas maravilhosas nesses anos todos, devido às inúmeras intervenções que a gente fez em várias cidades, não só aqui em Minas Gerais, mas também no Brasil, inclusive, no exterior através do apoio de alguns amigos como a fotógrafa, Eliane Veloso, e o músico, Jorge Dissonância.

> ***Todo projeto em que você, como um artista ou como um professor, valoriza o sujeito que participa dele, valoriza o processo de criação e a relação que se trava naquele momento...***

Programa Outras Palavras
Domingo, 27/07/2014

Educação em Debate

Educadores/as denunciam: governo de Minas nega direito dos alunos ao retirar o professor de Educação Física dos anos iniciais

Santuza Campos
Professora de Educação Física na Rede Estaudal

Uma discussão sobre a retirada dos professores de Educação Física nos anos iniciais pelo governo do Estado. Para os educadores, essa medida é uma negação de direitos da criança.

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Conversamos com Santuza Campos Pinto, professora de Educação Física da Rede Estadual e da Rede Municipal de Contagem, e que foi uma importante dirigente do nosso Sindicato de 1994 a 2005. No ano de 2013, o governo do Estado retirou mais de quatorze mil professores de Educação Física dos anos iniciais do Ensino Fundamental e deixou de fazer quase três mil contratos com isso também. Por mais que o Sindicato tenha denunciado, tenha tentado discutir na sociedade essa questão, o Governo ainda mantém essa política. Queria primeiro que você nos contasse a história da Educação Física na rede estadual.

Santuza Campos: É um prazer falar de um assunto que para mim é muito importante, que foi o meu fazer como dirigente e também como professora. Não há surpresa nessa atitude do governo. Quando a professora Vanessa era secretária do Governo Aécio, houve essa tentativa e depois de muita luta, de muito debate com o secretário-Adjunto, professor, João Filocre, o Sind-UTE/MG conseguiu manter os professores que eram efetivos e atuavam com as séries iniciais. Porque o Governo queria que esses professores efetivos deixassem de atuar com Educação Infantil e com as séries iniciais, e fossem trabalhar com as séries finais do Ensino Fundamental, pura e simplesmente, por uma medida de economia. E depois de muita briga e de muita luta, esses professores que eram efetivos ficaram nas escolas, permaneceram, mas, onde havia professores designados, o governo os retirou e os proibiu simplesmente dessa contratação. Então não vejo surpresa, o governo já tinha essa intenção, e agora conseguiu efetivá-la.

OP - BC: Quais são, em sua opinião, as consequências dessa política do governo que atingem diretamente a comunidade escolar e a nossa categoria?

SC: Sem fazer a discussão de uma reserva de mercado para a minha categoria, que é de professor de Educação Física, para mim as consequências são enormes. Primeiro, uma negação de direito. As nossas crianças e os nossos adolescentes não podem

Então o que eu vejo nessa postura do governo? Uma posição muito típica de um governo que pensa que investir na educação não é investimento é um gasto, e isso é muito triste. E o pior é que a comunidade não está sabendo disso...

mais brincar na rua. Por causa da especulação imobiliária, não tem campinho de várzea. Brincar na praça? A violência não permite. Então, não podem frequentar clubes, e não têm acesso à escolinha de qualquer esporte também. Resta então a Educação Física da escola, a qual o governo tira. Se o esporte é coletivo, imagina a oportunidade que o aluno tem de estar dividindo, tentando conquistar e sabendo que: "eu sozinho não sou ninguém, eu preciso do outro." Voltando à questão mais importante, o governo está trabalhando na contramão no Ministério da Saúde, aí nós vamos entrar na questão da obesidade. Se a criança não faz atividade física, vai ficar na frente da televisão, do videogame, do computador e com o celular. E aí não pode sair, fica paradinho, e vai começar a adquirir um hábito que ele vai levar para a vida adulta. Para mim é igual à leitura. Se dentro de casa, ele vê o pai lendo, ele terá a cultura da leitura, nós poderemos ter um leitor em potencial. A atividade física vai ser a mesma coisa, além dele adquirir a obesidade. Então o que aconteceu? A legislação hoje proíbe vender guloseimas na escola, o que foi uma luta nossa também, mas aí tira a atividade física. Então, é uma negação de direito, e atinge direto à criança que tem um poder aquisitivo menor. Porque aquele que estuda na escola privada está mantido, e ele ainda tem acesso à academia, tem acesso à escolinha de esporte e ao clube. E a nossa criança que só tem a escola, como que fica?

OP-BC: A Secretaria de Educação alega que, nos anos iniciais, a responsabilidade da Educação Física é do professor regente e, por isso, não seria necessário o professor habilitado. Nós sabemos que, desde 2008, existe uma lei estadual que define que quem responde pela disciplina de Educação Física é o profissional habilitado nessa área, como tem parecer do Conselho Nacional de Educação na mesma direção. Então, qual a importância do profissional habilitado na área de educação física para atuar nessa disciplina nos anos iniciais?

Santuza Campos
Professora de Educação Física na rede estadual de ensino

SC: Isso é muito sério. Nós passamos quatro anos na faculdade e, normalmente, um professor de Educação Física, foi no mínimo um praticante de atividade física. Pode não ter sido um atleta de ponta, mas, ele sempre teve o esporte na sua vida. Então, você traz um conhecimento mínimo. Depois, além da faculdade, você já tem um conhecimento mínimo de fisiologia, de anatomia, então é essencial esse conhecimento. Numa atividade física, um movimento mal feito e pode-se causar uma lesão séria em uma criança. Eu vejo meus colegas professores, das séries iniciais, dizendo "eu prefiro não trabalhar porque eu não sei". E eu acho que é até interessante essa postura de reconhecer que o outro está mais bem preparado para aquela função. Então o que eu vejo nessa postura do governo? Uma posição muito típica de um governo que pensa que investir na educação não é investimento é um gasto, e isso é muito triste. E o pior é que a comunidade não está sabendo disso, porque o governo tem um marketing fantástico. Eu fico querendo conhecer essas escolas que aparecem nas publicidades do governo, porque, inclusive, eu já ouvi que toda escola do Estado tem uma quadra coberta. Eu tenho 30 anos de trabalho com Educação Física na rede estadual, e atualmente trabalho em duas escolas em Belo Horizonte, que é a capital e, em todas as duas não têm quadras cobertas, não têm uma área específica para um bom trabalho que os nossos alunos merecem e têm direito.

BC: A gente fez um estudo através do Censo Escolar, que demonstrou exatamente isso que você está dizendo, 60% das escolas estaduais em Minas Gerais não têm quadras cobertas de esporte. A realidade é bem diferente das peças publicitárias do governo. Para a gente finalizar, essa estrutura que a gente está enfrentando, sem condições dentro da sala de aula, sem condições de trabalho tem a ver com a violência no ambiente escolar que a gente está enfrentando?

SC: Eu acredito que tem. Porque o esporte é o momento que o aluno extravasa, que ele bota para fora sua energia. É uma oportunidade que ele tem de socialização, além de outros benefícios que a gente poderia dizer. É o momento que o aluno tem de compartilhar. Eu não quero dizer da importância única da Educação Física. Eu digo assim, a Educação Física não é mais importante do que o Português, ela é tão importante quanto. Então eu vejo que ajudaria muito, se nós tivéssemos condições de trabalhar do jeito que nós sabemos, do jeito que nós gostamos, mas as condições que nós temos hoje dentro das escolas das redes estaduais não nos permitem. Eu acho que o esporte seria uma ferramenta essencial para minimizar esse problema da violência dentro das nossas escolas.

Atualidade

A Reforma Agrária ainda é um grande desafio para o MST

O Brasil é um dos poucos países em que a Reforma Agrária ainda não avançou como devia. Esse assunto foi debatido pelo Outras Palavras, que recebeu Samuel Costa Santos, da direção do MST - Movimento Sem Terra em Minas Gerais.

Outras Palavras - Aloísio Lopes: A Reforma Agrária é um tabu no Brasil, Samuel? Tem pelo menos 50 anos que esse assunto está na pauta, não é?

Samuel Santos: A Reforma Agrária é, sim, um tabu por aqui. Nosso país é um dos poucos no mundo em que esse assunto continua sendo um desafio latente. A nossa Constituição de 1988 delegou uma função social à terra como recurso natural e tem que produzir alimentos à sociedade brasileira.

AL: E nós temos muita terra improdutiva ainda no Brasil.

SS: Justamente, muita terra improdutiva, terra pública. Inclusive, no Estado de Minas Gerais foi feita uma pesquisa pelo Ariovaldo, professor da USP, que revela que há aproximadamente 3 milhões de hectares de terras devolutas em nosso Estado.

AL: Terras devolutas são aquelas terras que estão sob propriedade do Estado. E hoje são usadas em quê? Estão sem utilização ou tem eucalipto plantado por lá?

SS: Grande parte dessas terras foi, desde a década de 70, cedida à empresas, muitas empresas internacionais com produção de eucalipto principalmente na região do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, região do Rio Doce onde estão mais concentradas essas terras devolutas.

AL: Agora, o MST aqui em Minas Gerais tem 42 assentamentos, ou seja, as pessoas já estão assentadas na terra e produzindo 35 acampamentos, suponho que a maioria ainda sem a terra, em condições precárias e quase mais de quatro mil famílias envolvidas. Qual que é o grande desafio hoje - tanto do assentamento como do acampamento? Quais são os problemas que vocês enfrentam?

SS: Então, nós temos em Minas Gerais

Samuel Santos
Membro do MST

aproximadamente quatro mil famílias que já passaram pelo MST que, hoje, acampa aproximadamente três mil famílias, mas, que exigiria de serem assentadas no Estado. Nos assentamentos o principal desafio é infraestrutura. Então, nós temos aproximadamente 80% das famílias assentadas sem energia elétrica.

AL: Então estão vivendo no escuro ainda?

SS: Vivendo no escuro.

AL: E o programa do governo federal aí?

SS: É um dos desafios federativos do Brasil. Muitas políticas nacionais não são implementadas pelo governo do Estado. Inclusive, a política de aquisição de alimentos, de merenda escolar, em que 30% dela deveriam ser oriundas da agricultura camponesa familiar.

AL: Só para que o público entenda, então existe um programa federal de aquisição de alimentos dos pequenos agricultores, mas, para que ele funcione de fato, no Estado e no município, os governos locais precisam tomar a iniciativa?

SS: Governos estaduais e municipais. Tem que passar por eles e, em Minas Gerais, nós temos esse desafio ainda. Então, mesmo com as famílias assentadas, sem essa infraestrutura de energia elétrica, acesso à água potável, nós conseguimos ter uma produção muito satisfatória. Cerca de 52% do leite em Minas Gerais é oriundo da agricultura familiar camponesa, 32% do café e 83% da mandioca vêm da agricultura familiar camponesa, então isso desmistifica e desmente o projeto hegemônico do agronegócio no país e, principalmente, aos críticos que dizem sobre a reforma agrária, de que os pequenos agricultores não produzem.

AL: É, até porque o agronegócio, como você disse, as grandes empresas rurais, estão mais preocupadas em produzir para exportação e não para alimentar a população, não é isso?

SS: Justamente. São exportações de *commodities*. É importante frisar também do financiamento, o agronegócio tem um financiamento aprovado recentemente de R$ 156 bilhões, enquanto a agricultura familiar tem R$ 26 bilhões, então, uma diferença gigante.

AL: Agora, eu escutei recentemente, um radialista em Belo Horizonte fazendo um comentário a favor do uso de agrotóxico nas grandes culturas do agronegócio. Segundo ele, acampamentos de trabalhadores rurais não conseguem produzir em quantidade e nem em qualidade porque não usam agrotóxicos. O que você acha disso?

SS: É uma contradição porque os dados que nós temos da agricultura familiar no país é de que cerca de 70% da produção que chega à mesa do brasileiro vêm da agricultura familiar. Então, nós temos os nossos acampamentos, assentamentos que estão nas comunidades rurais, e todos eles participam das feiras, tem produção nas feiras. As famílias que foram assentadas, ainda sem condição de produzir efetivamente, mas produzem e têm uma relevância. Posso citar o acampamento de Pirapora, por exemplo, nós conseguimos baixar o preço do feijão lá. Em uma safra foi mais de 600 sacos de feijão. O feijão está custa R$ 400 o saco, nós estávamos vendendo a R$ 280.

AL: Vocês contribuíram além de produzir e sustentar as famílias para a economia local também, né?

SS: Isso, sem dúvida. E um fator importante de frisar, destacar, é que a nossa produção vem de uma matriz agroecológica, então nós somos contra o uso de agrotóxico. Não somos contra os transgênicos, temos nosso banco de sementes.

Programa Outras Palavras TV Band Minas
Domingo, 03/08/2014

Educação em Debate

A importância dos atores sociais dentro da escola

A importância dos funcionários da educação no cotidiano escolar. Este foi um dos destaques do Educação em Debate, com a presença da professora de Políticas Públicas e Gestão da Educação, professora da Universidade de Brasília (UNB) e doutora em Educação, Catarina de Almeida Santos.

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Em maio deste ano, o Sind-UTE/MG realizou um Encontro Estadual de Funcionários da Educação. Reunimos mais de 400 colegas para debater questões importantes deste setor. E aproveitamos a oportunidade para conversar com a Catarina, professora de Políticas Públicas e Gestão da Educação e professora da Universidade de Brasília. A gente pode iniciar essa conversa falando sobre quem são os atores sociais dentro da escola. O professor não é o único ator dentro das unidades escolares, então quem são esses outros atores?

Catarina Santos: Na verdade é o contrário né? Nós temos vários atores dentro da escola, os estudantes, professores, funcionários, comunidade local escolar, os pais, e todos esses são atores que compõem o processo educativo. Então, a gente tem aí um conjunto de atores, não só os professores. No processo educativo é fundamental que todos esses atores sejam considerados no processo da educação, especialmente os professores e os funcionários, sejam considerados eminentemente educadores, desde a coordenação até gestão. Afinal de contas, o processo educativo não é só a questão da escolarização, da transmissão dos conteúdos, ele envolve valores, aprendizado dos valores, dos costumes que todas as pessoas que trabalham na educação e dentro da escola passam essa formação, esses conteúdos, esses sistemas todos.

Catarina de Almeida
Professora da Universidade de Brasília (UNB)

BC: Bom, mas vamos conversar sobre um ator dentro da escola que , muitas vezes, parece invisível aos olhos da sociedade e, infelizmente, também muitas vezes invisível aos olhos do governo, que é o funcionário da educação. Nós temos uma luta nacional importante sobre esse setor da nossa escola, que aqui em Minas Gerais são os analistas, os assistentes técnicos, os auxiliares de serviço. E nós temos uma luta nacional contra a precarização da relação de trabalho. Pela sua experiência, o que está acontecendo com esse segmento dentro das escolas?

CS: É a questão da terceirização. Ela está posta na sociedade, nos processos de produção em geral. Quando isso chega na escola é mais complicado ainda. Se a gente está falando de educadores, que todos são educadores, de processo educativo, é preciso que eu entenda que os funcionários da educação são educadores. Quando eu terceirizo os funcionários da educação, eu estou terceirizando a própria educação, eu estou tirando a importância que a educação tem na nossa sociedade, e que esses atores têm no processo de formação dos nossos alunos. Na política, por exemplo, do novo Plano Nacional de Educação, a gente tem três metas voltadas para a valorização dos educadores, dos funcionários da educação, na verdade dos trabalhadores da educação, aí englobando não só os professores, mas , também os funcionários. Não só os professores precisam ter formação inicial e continuada, mas também os funcionários. Não só os professores precisam ter plano de carreira, mas, também os funcionários, e não só os professores precisam ter condições de trabalho, mas, também os funcionários. Então se são esses todos, esses atores do processo educativo, e eu não posso invisibilizar aqueles funcionários da escola que não são educadores, que não são os professores no caso. Eu não posso pensar que a pessoa que recebe os alunos e os pais nas escolas, que a pessoa que faz a alimentação dos alunos, que a pessoa que cuida da limpeza da escola, eu não posso pensar igual. Eu penso em uma fábrica ou em outros espaços. O papel deles nesse espaço é diferenciado, seja para formar os alunos, no sentido de pensar a importância de todas essas ações, ou seja, para ensiná-los mais diretamente sobre alguns conteúdos.

BC: Em Minas Gerais, várias redes municipais terceirizam os serviços de limpeza e também de alimentação, que nós já vimos com a professora que é um problema de toda sociedade essa terceirização. No caso da rede estadual, que nós percebemos que cada vez mais a Secretaria trata os funcionários da educação como meros executores de práticas e questões administrativas,

desvinculados da questão pedagógica e do que é o papel da educação. Quais são os desafios, em sua opinião, dos funcionários da educação? Desde a questão da formação, da organização, entendendo esse segmento como sujeito de políticas públicas também?

CS: Eu acho que o primeiro grande desafio é o que você já citou. É a questão da formação, que tem uma formação inicial e continuada, então a gente precisa ter uma política séria de formação para os funcionários da educação. Além disso, eu preciso ter uma política séria também em relação ao salário e carreira. A partir disso, eu posso ir para o âmbito da escola. Tendo essa formação que esses funcionários sejam considerados, realmente, sujeitos educativos dentro da escola, e nesse sentido eles precisam começar a participar mais dos processos de gestão, de tomadas de decisão, da discussão do Projeto Político Pedagógico (PPP), da construção desse projeto, que é a alma da escola. O que define qual é o projeto de educação que a gente vai implementar em uma determinada escola é exatamente o PPP. E esses funcionários precisam construir e participar efetivamente da construção desse projeto. Todos os funcionários, independente da função que desenvolva na escola, precisam estar na construção desse projeto. Se o projeto é aquilo que vai dizer da escola, todos que estão dentro da escola têm o que dizer, têm o que contribuir, então esses são alguns desafios essenciais que a gente tem no campo da educação, especialmente no que se refere aos funcionários da educação. Terceirizar os serviços na escola eu acho que é um crime contra a garantia do direito à educação porque, na verdade, os funcionários terceirizados não vão criar nenhum vínculo com a escola e com os alunos. Eles vão lá prestar um serviço e educação não é serviço, educação é direito. E a gente precisa garantir esse direito na sua plenitude, garantir aprendizado, garantir formação cidadã, garantir que as pessoas tenham uma formação que os torne capaz de ler o mundo, de entender o mundo e de transformar o mundo. E não simplesmente de se adaptar ao mundo. Isso serve para todos os atores que constroem a escola.

Atualidade

Brasil de Fato comemora 1 ano de existência em Minas Gerais

Joana Tavares
Editora do Jornal Brasil de Fato

Uma mídia alternativa, que não quer deixar se calar. Vamos saber o que o jornal "Brasil de Fato" se propõe ao completar 1 ano de existência em Minas Gerais, numa entrevista com a jornalista e editora do jornal, Joana Tavares.

Aloísio Lopes: Joana, esse projeto de um jornal nacional já tem onze anos, né? E imagino que seja uma dificuldade muito grande ter um jornal com uma linha editorial alternativa, ainda mais hoje no Brasil, quando nós estamos discutindo a democratização da comunicação. É um projeto então muito importante para os movimentos sociais, não?

Joana Tavares: Sim, o "Brasil de Fato" foi lançado, nacionalmente em 2003, no Fórum Social Mundial, justamente com essa perspectiva de ser um jornal que pudesse trazer uma linha editorial próxima aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos partidos de esquerda, que ele conseguisse trazer, jornalisticamente, a realidade do povo brasileiro que não era coberta com qualidade pela imprensa comercial. Ele nasceu com essa proposta e, ao longo desses dez anos, onze agora em 2014, cumpriu de fato esse desafio e essa missão, mas com muitas dificuldades, como é a história da nossa imprensa alternativa no Brasil.

AL: Dificuldades você diria de sustentação? Por que não é uma empresa que tenha um patrocínio como outras grandes empresas jornalísticas né?

JT: Econômica. É muito difícil fazer imprensa de esquerda no Brasil. Hoje em dia e, na verdade, na nossa história, os meios de comunicação são grandes negócios e custam muito caro. Fazer comunicação é caro e difícil, então houve, inclusive, uma expectativa de que, com a eleição do Lula, no mesmo ano em que foi lançado o jornal, haveria uma desconcentração da verba publicitária oficial do governo federal e dos governos estaduais e municipais que, em grande medida, também sustentam esses veículos de comunicação comerciais, hegemônicos, mas isso infelizmente não aconteceu.

OP - AL: É, isso que você está dizendo é muito interessante para que todos saibam que a maior parte da verba publicitária do governo federal, estadual e municipal vão para os grandes veículos, ou seja, é a Rede Globo, Itatiaia, Estado de Minas que abocanham a maior parte desse bolo, e os veículos pequenos, seja o "Brasil de Fato", seja um jornal de interior, acaba ficando com pouco ou nada, né?

JT: Exatamente.

OP - AL: Não seria possível criar um fundo de desenvolvimento dessa mídia alternativa no Brasil?

JT: Claro, isso é essencial e um dos pilares que poderiam garantir que a nossa democracia pudesse ser consolidada, porque é fundamental a expressão de grupos diferentes na sociedade. Através da comunicação de massa, que eles possam ter mais canais para se comunicar, para se expressar.

OP - AL: Sim.

JT: E isso, infelizmente, está bem distante, apesar de toda luta que empreendemos tanto fazendo comunicação como lutando por mudanças como próprio marco legal, isso ainda é um caminho. O "Brasil de Fato" é uma concretização desse desafio de fazer comunicação alternativa.

AL: Joana, e aqui em Minas Gerais, o projeto "Brasil de Fato" está completando agora um ano, além das dificuldades financeiras, que eu imagino que possa

ter no tipo de empresa desse caráter, como é a linha editorial? Vocês enfrentam dificuldades para fazer um jornalismo independente aqui?

JT: Sim, em agosto do ano passado foram lançadas edições regionais do "Brasil de Fato" em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com o objetivo de traduzir aquele jornalismo comprometido do "Brasil de Fato" nacional, mais próximo da realidade das pessoas, com pautas mais locais, com linguagem mais simples, com formato menor, que pudesse ser um jornal popular no menor sentido da palavra.

OP - AL: Eu já notei que em um projeto editorial você valoriza muito os movimentos sociais, ou seja, aquelas notícias que não estão na grande mídia, elas entram no "Brasil de fato".

JT: Sim. Nós simplificamos a nossa linha editorial em dois exemplos, um é trazer o que a mídia comercial não traz, que são essas notícias das milhares de lutas dos movimentos sociais, sindicais, dos grupos organizados, minoritários, muitas vezes majoritários, muitas vezes não têm suas pautas respeitadas na imprensa, e também trazer notícias com outro ponto de vista. Às vezes, a imprensa comercial cobre determinado tema, assunto, e não é tudo que é invisibilizado. A gente tenta ouvir sempre, por exemplo, no caso a cobertura de uma greve, sempre ouvir o trabalhador, isso parece tão óbvio, mas nem sempre acontece.

OP - AL: É que a mídia comercial tem muitos filtros né? Filtros políticos, filtros econômicos e o "Brasil de Fato" não é um jornal vendido em banca, né?

JT: Sim.

OP - AL: Como é que é feita a distribuição dele?

JT: Nosso jornal é gratuito e é distribuído toda sexta feira nas ruas de Belo Horizonte e em algumas cidades da grande BH, e também pela internet. Sobrevivemos com anúncios, atualmente são maioria de organizações sindicais, mas, queremos também expandir para que a gente possa ter uma tiragem maior e chegar no Estado como um todo. Não queremos falar mais que só aos belo-horizontinos, mas no Estado de Minas Gerais como um todo.

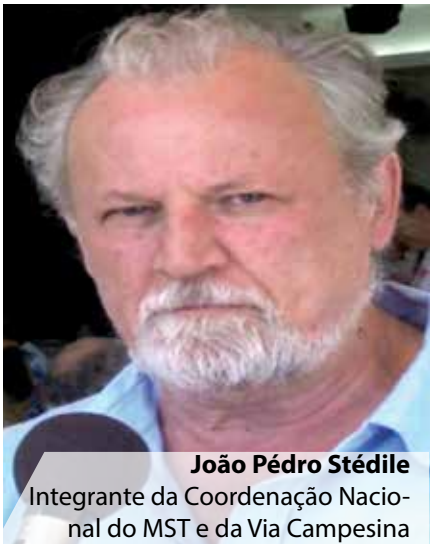
Programa Outras Palavras
Domingo, 10/08/2014

Educação em Debate

"É preciso uma Reforma Política nesse país que devolva o poder político ao povo"

João Pedro Stédile esteve em Belo Horizonte para falar aos movimentos sociais, populares e sindicais sobre o Plebiscito da Reforma Política. Para ele, essa é uma reforma que nem os governantes deste país, nem tampouco o judiciário querem fazer.

Vera Lima Bolognini: Como está a organização do Plebiscito da Reforma Política?



João Pédro Stédile
Integrante da Coordenação Nacional do MST e da Via Campesina

João Pedro Stédile: Bem, felizmente, a partir das mobilizações ano passado, nós criamos uma ampla colisão de todos os movimentos populares que atuam no Brasil. Desde as centrais sindicais até as pastorais, e correntes partidárias. Essa colisão abraçou com a plataforma unitária, e nós vamos fazer um trabalho político para levar o debate no meio da população sobre a necessidade de fazermos uma Reforma Política no país, porque do jeito que a situação está, sem nenhuma proposta de melhoria para a vida do povo, não dá, como é a redução da jornada de trabalho para 40 horas, como é a universalização da educação, e os 10% do PIB para a educação. Como a Reforma Agrária passa no Congresso atual, porque é um Congresso majoritariamente conservador, então é preciso ter uma Reforma Política nesse país que devolva o poder político ao povo.

VLB: E isso está difícil de acontecer? Quais são os principais desafios para que o povo consiga ter voz no Congresso?

JPS: O povo brasileiro, qualquer um ao ser perguntado na rua, não está satisfeito com os políticos e com os partidos, mas, eles não sabem que tipo de mudança precisa ser feita, porque eles não debatem. Então, o nosso papel com os movimentos populares é fazer um verdadeiro mutirão, daqui para adiante, para debater com o povo que tipo de mudança quer na política brasileira, que pode ir desde o financiamento público das campanhas, porque hoje os deputados e governantes são reféns das empresas que financiam as campanhas, e depois mandam neles, depois que eles se elegem, até a forma de eleger as pessoas, que garanta que a mesma composição que há na sociedade em termos de pobres, trabalhadores, representação étnica, negros, mulheres, esteja também refletindo no Congresso.

Por exemplo, a sociedade brasileira tem 53% de mulheres e por que só tem 8% no parlamento? Então tem que ter um mecanismo que garanta que as mulheres possam ser eleitas. 65% do povo brasileiro são negros e mulatos, e por que só tem 3% deles no Congresso? É porque os pobres não têm direito a se eleger? Então, são essas mudanças que o povo tem que discutir, para que algum dia se transformem em leis. E a forma de se transformar em lei, para mudar esse regime político, vejo, com única forma a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana e Exclusiva para preparar uma nova lei do regime político brasileiro.

VLB: E essa organização toda e esse debate passam pela educação?

JPS: Sem dúvida nenhuma. O trabalho que nós estamos nos propondo é um trabalho essencialmente de educação popular, o que devemos fazer nas paróquias, nas igrejas, nos bairros, nos sindicatos e na sala de aula, porque é a essência da democracia. O que é a educação? A educação é para que as pessoas tenham conhecimento, tenham consciência da realidade em que vive, nesse caso, é o conhecimento sobre o poder político, é o conhecimento sobre o funcionamento do Estado, do governo sobre o funcionamento da sociedade. Então, a nossa campanha do plebiscito é essencialmente uma campanha de educação popular para que o povo tenha conhecimento sobre como funcionam as regras da política no país.

VLB: Há uma expectativa de onde vai chegar essa proposta? Quando e como ela chega? Porque a Reforma Política é um discurso antigo não é?

JPS: Claro, todo mundo fala, mas ninguém quer. Então, a nossa campanha, depois da conscientização, teria um momento importante que é na Semana da Pátria, 7 de setembro, nós fazermos uma votação simbólica que nós chamamos de Plebiscito Popular baseado em uma pergunta: "Você, cidadão brasileiro, quer ou não a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana e Exclusiva para debater Reforma Política? Se nós colhermos 20 a 30 milhões de votos, que esperamos, nós vamos pegar esses resultados, fazer uma caravana e ir a Brasília, depois das eleições de outubro, para não dizer que nós estamos fazendo politicagem. Vamos lá entregar para os três poderes: "olha aqui Executivo, olha aqui Congresso, olha aqui Poder Judiciário, o povo brasileiro quer convocação de uma assembleia." Para que essa pressão política faça com que os três poderes se ponham de acordo, e convoquem então uma Assembleia Constituinte para o ano de 2015. Então, nós vamos apresentar nesse processo de discussão as regras. Por isso que se chama soberana, ela tem que ser diferente da eleição dos deputados atuais, e imaginamos que essas regras seriam aplicadas para eleger os constituintes em uma provável eleição em outubro de 2015. Então nós teríamos 2015 para fazer a campanha, eleger os constituintes, aí a assembleia funcionaria logo após a eleição de 2015 e, provavelmente, funcionaria durante 2016, para então, nas eleições gerais do mesmo ano.

VLB: Você foi muito claro. A classe política não quer Reforma Política, aí a gente pode entender Legislativo e Executivo também nesse bojo, mas, e o Judiciário? Também não quer?

JPS: O Judiciário é pior ainda, vou pegar por partes. A Dilma, logo depois das mobilizações de junho e julho, queria uma Reforma Política e queria a Constituinte. O Poder Executivo se manifestando, ora, ela foi boicotada, primeiro pelos seus ministros, Ministro da Justiça, o vice-presidente, e foi boicotada pela própria base parlamentar dela no Congresso, que não quis. Bom, e o Poder Judiciário é bem pior, porque é o único poder monárquico, não republicano, e o povo não tem nenhuma incidência sobre o juiz, sobre o promotor, sobre os atores do Poder Judiciário. Então, a Reforma Política, via Constituinte, também vai ter que mudar as regras de como funciona o Judiciário. Por exemplo, o presidente da República, hoje, escolhe a mais alta corte, que é o Supremo Tribunal Federal, e os sujeitos ficam lá a vida inteira, agora o ministro Toffoli, de 42 anos, foi escolhido. Sabe até quando que ele vai ficar lá? Até completar 70 anos, e isso é um absurdo, isso não é igreja, não é papado, ou seja, o Poder Judiciário tem que ter mandato também. Você vai ser ministro por quatro anos, você vai ser membro do Tribunal de Justiça de Belo Horizonte por quatro anos, porque você tem de ficar a vida inteira? E quem te fiscaliza? Ninguém fiscaliza juiz. O cara decide da cabeça dele, como se fosse o poder absoluto, e ninguém pode contestar. Então, uma Reforma Política vai ter que democratizar também o processo de escolha do Poder Judiciário.

VLB: Com a Reforma Política pressupõe-se que essa cadeira tem que girar?

JPS: Claro. A Reforma Política é para democratizar a sociedade brasileira e para acontecer aquilo que nosso mestre, o maior jurista constitucionalista do Brasil defende, que é o professor Fábio Comparato, de São Paulo. Ele diz o seguinte: a Constituição é clara: "todo poder político vem do povo e o povo é o primeiro que deve exercê-lo." Então, nós temos que voltar a ter plebiscitos convocados pelo povo. Se o povo elegeu o governador que fez um monte de mentira, e no segundo ano o povo percebe que não foi isso que ele prometeu, o povo tem que ter o direito de ir lá e destituir o governador e eleger outro, e assim o vereador, assim o prefeito, assim o deputado. Então a Reforma Política é para devolver para o povo o que está na Constituição, que é o poder político, e povo é quem tem de escolher.

Programa Outras Palavras
Domingo, 17/08/2014

Educação em Debate

Um debate sobre Minas que queremos (parte 01)

O Choque de Gestão em Minas atingiu várias gerações deixando um legado de perdas, especialmente, para o servidores/as públicos/as. Vamos conhecer um pouco mais sobre esse assunto, nessa conversa com o sociólogo e cientista político, Otávio Dulci.

Beatriz Cerqueira: Iniciamos uma série de debates sobre Minas Gerais. Nos últimos dez anos, vivemos um modelo de gestão, intitulado Choque de Gestão que, de acordo com gestores, foram várias gerações. Mas, essa forma de governar Minas, na nossa avaliação, não é uma forma para todos. É uma forma que privilegia alguns setores em detrimento da população. E para debater Minas que nós queremos, conversamos com você, que é um grande conhecedor da conjuntura mineira. O que é o Estado de Minas Gerais?

Otávio Dulci: O Estado de Minas Gerais é extenso, ocupa o centro do País, posição importante e que apresenta diferenças enormes em seu território. Nós temos áreas bastante desenvolvidas, outras muito pobres e climas diferentes. É um território diferenciado, que exige do governo políticas específicas para tratar dessas desigualdades. O objetivo, no caso, seria tornar Minas Gerais num território mais integrado e com maior equilíbrio interno para que todos os mineiros possam usufruir das oportunidades.

BC: Do ponto de vista de território, temos um território desarticulado, então? E como seriam as características da nossa população?

OD: A população mineira foi, durante muito tempo, a maior do Brasil. O

Otávio Soares Dulci
Sociólogo e Cientista Político

Estado de Minas, talvez fosse o mais importante, desde a época do ouro. Ao longo do tempo, o crescimento da população foi sendo reduzido. Esse ritmo de crescimento da população é um dos menores do Brasil. Historicamente, há outra característica ligada à nossa população, que é a emigração. Durante décadas, muitos mineiros passaram a morar fora de Minas, inclusive, fora do país. Ultimamente, essa situação se reverteu. Houve até uma volta de imigrantes para o Brasil e para Minas. Portanto, uma situação de maior equilíbrio. Outro ponto importante, que tem impacto nas políticas sociais, é que, assim como em todo o Brasil, a pirâmide etária de Minas tem aumentado. Os nascimentos são em menor número e a longevidade, o tanto de vida que os idosos têm, vai aumentando. Isso significa que as políticas públicas terão que cuidar mais da população idosa e, ao mesmo tempo, diminui um pouco a pressão para aquilo que se refere às crianças, permite, portanto, buscar maior qualidade na educação, creches e etc. Outra coisa é que o grupo etário mais importante hoje é a juventude. E faz uma falta grande um leque de políticas para esses jovens.

OP - BC: Então, nós temos dois problemas. A gente tem enunciado a falta de vagas no Ensino Médio, faltam mais de milhão de vagas para a juventude. Não existe política de geração de emprego para a juventude. Não existe política estadual de educação profissional. Não há rede própria de educação profissional, como também não tem política global voltada para os idosos.

OD: Esses dois grupos de idade são os que mais carecem de amparo governamental.

BC: E os indicadores sociais em Minas?

OD: Acredito até onde eu os estudei que acompanham a média do Brasil. Porque o nosso Estado é mais ou menos médio dentro do país, não é um dos mais pobres e nem um dos mais ricos. Agora, quanto a isso, temos que pensar que as regiões ricas de Minas têm indicadores melhores que as regiões pobres, indicadores semelhantes aos do Nordeste. Essa questão deve ser levada em conta. No que se refere à saúde, índices de pobreza, a questão da assistência social, tudo isso é muito importante e revela as desigualdades internas em Minas. As regiões mais pobres do Estado são as que necessitam de maior proteção social e têm número grande de beneficiários do "Bolsa Família."

BC: Essa rede de proteção social, na sua avaliação e de acordo com seus estudos, vai acontecer por políticas próprias, do Estado ou por que são programas do governo federal?

OD: Porque são programas do go-

verno federal. Claramente, a força maior da política social brasileira vem da área federal. Temos os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é para idosos e deficientes pobres, e temos a Previdência Social, que é um grande programa de transferência de renda. Então, tudo isso vem da área nacional. O estado de Minas Gerais, na verdade, o governo estadual, tem uma participação muita pequena na política social. Ele tem outras áreas em que atua mais, educação e segurança pública. Mas, na área de assistência social, de esforço de combate à pobreza e à desigualdade, a participação do Estado é mínima. É uma ausência quase total. Além da área federal, um setor governamental que tem atuado bastante na política social são os municípios, por exemplo, no caso do Bolsa Família, fazem os cadastros e acompanhamentos. Nesse caso, é evidente que os governos dos estados têm um papel menor, mas eles podem fazer mais do que tem feito, coordenando e amparando os municípios, dando orientações, pois muitos são pequenos e precários do ponto de vista técnico. Isso seria muito importante.

BC: Eu vejo em Minas outra característica. O governo pega um programa federal e muda o nome. E aos olhos da população é um programa do Estado e não é. Não sei se em outros estados acontece também. E o caso do programa da energia elétrica nas residências é um deles. O Estado trouxe como se fosse política dele, quando, na verdade, é uma ação federal, com recursos do governo federal.

OD: É verdade. Isso tem sido observado e um exemplo é um programa para a juventude que o Estado lançou, que é muito pequeno e alcance mínimo, mas que tenta concorrer, em termos de marca, com um programa muito maior que é o Projovem. Mas, isso rende uma propaganda, sem resultado equivalente.

Atualidade

Plebiscito da Reforma Política movimenta entidades e população

Frederico Santana Rick
Coordenador do Comitê do Plebiscito Popular

Que o Brasil precisa, urgente, de uma Reforma Política, ninguém duvida. Mas como fazer esse processo caminhar quando forças contrárias trabalham, incessantemente, para inviabilizar esse projeto. O Outras Palavras pautou esse debate.

Vera Lima Bolognini: Em Minas Gerais, o Plebiscito da Reforma Política também já está aglutinando a força dos movimentos sociais, populares e sindicais. Frederico Santana Rick é um dos coordenadores do Comitê do Plebiscito Popular da Reforma Política em Minas. O que está sendo feito, de fato, para que esse projeto saia do papel?

Frederico Santana Rick: Nós acabamos de realizar uma plenária estadual, em que contamos com a presença de mais de 270 participantes, e tivemos a representação de mais de 105 organizações de mais de 57 cidades, algo muito representativo. Boa presença do público do universo sindical, pastoral, movimento estudantil e pessoal das academias das universidades. Esse encontro já é uma forma da gente capitalizar e fazer com que o debate da reforma política chegue até um bom número de pessoas. Produzimos também um jornal especial, "Brasil de Fato", que vai trabalhar o tema de forma popular, de maneira a fazer com que a gente tenha uma tiragem de um milhão, dois milhões de exemplares para que cheguem ao maior número de cidades. Essas são algumas iniciativas. Nós estamos fazendo um momento de formação, sendo que um deles é com o João Pedro Stédile, coordenador nacional do Plebiscito Constituinte pelo MST, que está ajudando a gente entender a importância do plebiscito na atual conjuntura.

VLB: Quem seriam os principais atores para que esse projeto aconteça?

FSR: Nesse momento, a juventude, os jovens são atores fundamentais e importantes. Essa pauta nasceu, entre outros motivos, por conta das mobilizações de junho de 2013, quando um conjunto de pautas e reivindicações apontaram para o mesmo caminho, a falta de representatividade política de um conjunto amplo da sociedade brasileira. As mulheres estão subrepresentadas. Nós temos, cerca de 4% de mulheres no Congresso Nacional. A juventude está pouco representada na política de modo geral, são cerca de 2% no Congresso. A população negra é da mesma maneira, não chega a 9% no Congresso.

Programa Outras Palavras
Domingo, 24/08/2014

Educação em Debate

Um debate sobre a Minas que queremos (parte 2)

Otávio Soares Dulci
Sociólogo e Cientista Político

A Minas Gerais que temos e a Minas que queremos. O que é preciso saber sobre o desenvolvimento econômico do nosso Estado para que possamos fazer escolhas conscientes do caminho a seguir. O Outras Palavras também fez esse debate.

Beatriz Cerqueira: Continuamos a conversa sobre Minas Gerais com o cientista político, Otávio Dulci. E agora a gente vai falar sobre como anda a economia de Minas Gerais?

Otávio Dulci: A economia de Minas Gerais tem acompanhado em termos de ritmo, de expansão, o bom ritmo que o Brasil teve nos últimos 10, 15 anos, digamos assim. No momento está caindo o ritmo também, como o restante do Brasil. Agora, isso em termos de criação de empregos, de melhoria do quadro de renda da população, de consumo, então os bons ventos que o Brasil teve, Minas Gerais seguiu e colaborou para que acontecesse. Isso é um ponto. O outro ponto importante é que o perfil da nossa economia nos últimos tempos se concentrou muito em matérias primas, as chamadas *commodities*, então isso é uma piora, de certo modo, em relação ao quadro produtivo do Estado. Atualmente, o que tem sustentado fortemente a economia mineira e também os impostos do governo estadual, é a exportação de minérios, principalmente, minério de ferro, o café, dos quais nós somos o principal produtor mundial que rende muito para Minas. Embora em queda, os produtos como aço siderúrgico, que sempre foi muito importante em Minas, mas que está em queda por causa de um problema internacional, excesso de produção.

Nós temos que entrar em outra etapa efetivamente democrática, em que os atores sejam participantes reais, legítimos e que o governo seja mais responsável e responda.

BC: E isso é um problema?

OD: É um problema. O Estado de Minas sempre procurou ter uma diversidade de produção porque quando uma coisa diminui outra aumenta, quer dizer que nós compensamos os produtos, e, por outro lado, como nós sabemos que o Estado de Minas é um território muito diversificado, a produção tem que ser diversificada também de acordo com cada região. E se nós ficamos muito assim ligados a três ou quatro produtos é um perigo, quando o preço desses produtos cai, afundamos todos juntos. Eu acho que o Estado de Minas Gerais tinha que ter uma dinâmica um pouco mais para o mercado interno, com a produção industrial, agrícola de agroindústria, porque nós temos uma pecuária muito importante, produção de leite e de produtos do leite, queijos, que poderiam abastecer o Brasil de uma forma muito maior do que nós temos feito. Há uma tensão muito menor a essa parte. A indústria alimentícia, por exemplo, não só do leite, mas da carne também, aproveitando o nosso rebanho. O que eu estou querendo sustentar é o seguinte: os brasileiros têm melhorado muito em termos de renda e consumo, nesse caso a produção para atender às necessidades do povo brasileiro têm que ficar

O que era para ser um ajuste das finanças, das contas do Estado, hoje se apresenta muito mais com grande modelo de liberalização. Quer dizer, de redução do Estado, predomínio de uma visão de mercado, com a lógica de mercado, uma lógica empresarial na condução das políticas públicas de Minas Gerais.

melhor, para a alimentação das famílias, das crianças. E Minas é muito propícia para esse tipo de indústria e de produção.

BC: E a questão do PIB per capita?

OD: Bom, o PIB (Produto Interno Bruto) per capita justamente é onde nós vemos as grandes desigualdades. Do ponto de vista de PIB, o Estado de Minas é o 3º no Brasil, depois dos nossos vizinhos, São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, quando você faz o cálculo do PIB per capita, que é ligando o PIB com a população, o nosso Estado cai para 10º lugar. Isso mostra que o PIB per capita indica o lado social da economia, digamos assim. E aí, se nós vamos ver o PIB per capita das regiões de Minas, as diversas áreas do Estado, ai nós vamos ter surpresas impressionantes, que embora algumas regiões como, por exemplo, Triângulo Mineiro, que é a área mais rica do Estado, esteja equiparado às regiões ricas do Brasil, a nossa região mais pobre que é o Norte de Minas e os Vales Jequitinhonha e Mucuri, que são considerados um conjunto, então em um nível das áreas mais pobres do nordeste brasileiro, que é a parte pobre do Brasil. Então, isso mostra essa disparidade interna de Minas, que tem que ser uma preocupação constante do governo e do povo mineiro para reduzir essa disparidade.

OP - BC: E como que o Estado é governado? Vamos falar da Administração. A gente é bombardeada por muitas campanhas publicitárias que falam da eficiência desse modelo de gestão, que está em curso no Estado. E qual é a sua leitura de como Minas Gerais é governado?

OD: Bom, eu tenho muitas dúvidas sobre o que está sendo conseguido em Minas porque a origem desse modelo de ajuste, que tem sido aplicado em Minas há dez anos, foi uma crise financeira terrível que o Estado tinha desde nos anos 80, 90 e que praticamente, vamos dizer, impossibilitou ao governo de Minas fazer qualquer coisa de importante. Isso durante muito tempo aconteceu. Para enfrentar essa dificuldade financeira do Estado foi adotado, no início da década passada, o chamado Choque de Gestão. A motivação inicial dele era um ajuste das finanças, mas, ele não é só isso, ele pretende ser também um modelo de gestão, uma forma modernizada da gestão do Estado, dentro de uma linha de redução do Estado na verdade, dos seus papéis, procurando mais ou menos fazer mais com menos, o mote seria um pouco esse, obter uma eficiência maior com grande economia. Então, o que era para ser um ajuste das finanças, das contas do Estado, hoje se apresenta muito mais com grande modelo de liberalização. Quer dizer, de redução do Estado, predomínio de uma visão de mercado, com a lógica de mercado, uma lógica empresarial na condução das políticas públicas de Minas Gerais.

BC: E qual que é a consequência disso para a população? Porque a população muitas vezes pode acreditar nessa ideia, nesse discurso de que esse modelo de gestão é bom para a maioria das pessoas?

OD: A busca de eficiência é importante para qualquer governo, acho que todos nós concordamos. Ninguém é a favor de um governo ineficiente, mas isso é diferente de adotar uma lógica de empresa, por exemplo, que passa a confundir de alguma forma o cidadão, ao qual se destinam as políticas públicas, confundir o cidadão com uma espécie de consumidor de políticas. A linguagem do Choque de Gestão é muito de empresa,

Otávio Soares Dulci
Ninguém é a favor de um governo ineficiente, mas isso é diferente de adotar uma lógica de empresa

de administração, é certa lógica que vem da administração privada para a administração pública. Então, por esse ângulo, nós temos uma perda de substância, da noção de cidadania. De alguma forma, isso se transforma em outra coisa, isso tem que ser discutido claramente em todas as áreas. Agora, a avaliação do Choque de Gestão em termos das políticas públicas, saúde, por exemplo, a própria segurança pública, as grandes políticas que o Estado deve conduzir ainda não estão plenamente feitas. Nem o estado de Minas Gerais, o governo, têm o levantamento nítido do resultado do seu trabalho. Naturalmente isso vai sendo feito aos poucos. Eu quero dizer: se melhorou e quanto que melhorou a segurança pública e quanto que melhorou a saúde e a educação são as grandes políticas que o Estado executa, esse levantamento é que tem que ser feito.

BC: E do ponto de vista do quadro político de Minas? O que nós enxergamos hoje é uma grande hegemonia nas diferentes áreas, nos diferentes setores. O que seus estudos mostram?

OD: Bom, o Estado de Minas tem uma história política muito conservadora, todos mineiros sabem do passado, do tempo da República Velha, depois o período em que era a disputa do PSB com o UDN, depois tivemos o Arena, o partido do regime militar, que era muito forte em Minas. A classe política mineira foi se sucedendo em todos esses partidos, às vezes, as mesmas famílias. É nesse sentido que é um sistema muito conservador. E quando o regime militar entrou em declínio, estabeleceu-se em Minas a hegemonia, de certa forma do grupo político que ainda está no poder, que veio do antigo MDB, que entrou no governo em 1983, e que por uma série de transformações ainda é o mesmo o grupo. Às vezes muda o nome, do PMDB saiu o PSDB, que é uma costela do PMDB, mas a aliança geral é a mesma, os nomes são os mesmos de alguma forma, e a lógica, o modo como se governa o Estado, alianças e coalizões são mais ou menos as mesmas. Eu penso que é uma grande continuidade na condução do Estado, e que seria importante uma renovação, uma modificação, uma alternância real de poder aqui.

BC: Para finalizarmos, as experiências que o movimento sindical tem tido, de uma hegemonia na Assembleia Legislativa, de uma hegemonia no Tribunal de Contas, no Ministério Público do Estado, tem deixado o governo mineiro muito confortável, e tem se preocupado menos com processos democráticos. Eu tenho observado que tem aumentado a judicialização dos conflitos, as estâncias de participação popular. Aqui em Minas, elas são inexistentes, não existem fóruns, não existem conferências. Então, essa hegemonia, ela não faz bem para a democracia - é o que o movimento sindical tem observado. Que perspectivas de futuro você vê? Quais são os desafios aqui no Estado que são importantes para que a população possa cobrar não só do próximo governo do Estado, mas também dos parlamentares que serão eleitos para compor a próxima Assembleia Legislativa?

O governo, vamos dizer, fiando na sua hegemonia, na Assembleia, nos Tribunais, no Poder Judiciário, suporta perfeitamente o custo de deixar uma greve acontecer por meses, aparentemente considerando que não tem muito a perder com isso politicamente.

OD: Bom, o seu diagnóstico é perfeito, é exatamente isso o que você falou sobre o modo como a hegemonia se espalha pelos diversos setores, dos poderes, dos tribunais. Isso ilustra a minha opinião de que nós temos um sistema político extremamente conservador e blindado à participação. Não é na verdade um regime republicano que nós temos em Minas, há hegemonia, de tal ordem, que ela lembra muito a República Velha, quando tinha só um partido e uma oligarquia muito fechada. O sistema mineiro hoje é muito oligárquico. Já que eu usei essa palavra, era importante que isso fosse quebrado para que nós entrássemos em um sistema mais moderno, efetivamente democrático, com participação desses elementos que você citou. Para que os setores, os movimentos sociais, o movimento sindical dos trabalhadores a sociedade civil de um modo geral possam se expressar e ser efetivamente ouvidos, e não, praticamente ignorados como acontece hoje por esse quadro hegemônico. A hegemonia dita a ordem que os governantes não têm nenhum custo em não executar os movimentos. O funcionalismo do público mineiro é enorme, mas ele tem uma relação muito ruim com o governo. E o governo, vamos dizer, fiando na sua hegemonia, na Assembleia, nos Tribunais, no Poder Judiciário, suporta perfeitamente o custo de deixar uma greve acontecer por meses, aparentemente considerando que não tem muito a perder com isso politicamente. Essa situação não é uma situação boa. Nós temos que entrar em outra etapa efetivamente democrática, em que os atores sejam participantes reais, legítimo e que o governo seja mais responsável e responda. É nesse sentido que eu quero falar, responsável pela resposta, que ele dê respostas reais às demandas da população e dos setores organizados.

Programa Outras Palavras
Domingo, 07/09/2014

Educação em Debate

Campanha da CNTE e do Levante Popular da Juventude quer apagar da história os nomes dos ditadores

Cinquenta anos após o golpe civil-militar, uma iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e do Levante Popular da Juventude propõe a realização de uma campanha nas escolas para apagar de vez os nomes dos ditadores. Quem fala sobre esse assunto é o professor da rede estadual de ensino e militante do Levante Popular da Juventude, Renan Santos.

Beatriz Cerqueira: O nome diz muito sobre a história da pessoa, daquele lugar, daquela rua, daquela escola. E cinquenta anos depois do golpe civil-militar, nós ainda temos escolas públicas com nome de ditadores. Para mudar essa realidade, o Levante Popular da Juventude e a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação lançaram, em março desse ano, uma campanha para que as escolas mudem os nomes, caso sejam nomes de ditadores militares. Nós convidamos para falar sobre esse importante de iniciativa o professor de Biologia da rede estadual e militante do Levante Popular da Juventude, Renan Santos. Vamos começar apresentando quem é o Levante Popular da Juventude.

Renan Santos: O Levante é um movimento social em que a gente visa organizar jovens de diferentes setores da sociedade. Então, tanto jovens que ainda estão na escola, jovens universitários e também jovens que já estão no mundo do trabalho e no campo. Então a gente é um poouco ousado, a gente quer organizar a juventude toda, somos um movimento nacional, estamos em mais de 20 estados do país, e aqui em Belo Horizonte desde 2011 atuando aqui na cidade em vários locais.

OP - BC: Agora que já conhecemos quem é o Levante, importante parceiro da greve de 2011. Como surgiu essa iniciativa da mudança de nome das escolas?

RS: Esse ano, a gente está rememorando os 50 anos do golpe militar aqui no Brasil e o Levante em todo o Brasil quis marcar a data com intervenções, com lutas, em torno da pauta da memória, verdade e justiça. É uma pauta que o Levante carrega, a gente quer que os torturadores, os envolvidos com os crimes durante a ditadura sejam julgados e condenados. O Brasil ainda não fez isso, diferente de vários outros países e nesse ano, a gente achou interessante ligar essa luta com a realidade do jovem, das escolas, do jovem estudante. Aí uns dos caminhos que a gente fez, foi buscar a mudança dos nomes das escolas. A gente descobriu que existem muitas escolas no país com nomes, homenageando ditadores, homenageando criminosos envolvidos na ditadura. Isso tudo começou mesmo em Salvador em que o Levante, junto com os trabalhadores, a comunidade escolar de uma escola em Salvador, uma escola que se chamava Médici e depois de todo um debate, depois de toda uma campanha de conscientização junto à comunidade escolar, aos estudantes, a gente conseguiu alterar o nome dessa escola e, hoje, não se chama mais Médici. Ela agora homenageia um lutador do povo brasileiro que foi o Mariguela. Então, a gente conseguiu essa mudança lá em Salvador, isso em março desse ano, aí em abril quando a gente rememora os cinquenta anos do golpe, resolvemos junto com CNTE lançar essa campanha pro Brasil todo, e a gente quer com isso tentar o que a gente fez em Salvador, repetindo em outras escolas no Brasil.

BC: Aqui em Minas, o Levante já fez um levantamento das escolas públicas, que têm nomes de ditadores, você pode apresentar pra gente esse levantamento?

RS: Sim. Primeiro, a gente quer focar nos ditadores, a gente teve cinco ditadores da ditadura militar de 64, e temos no Brasil muitas escolas homenageando essas figuras. Então, a gente quer com essa campanha varrer o nome dessas pessoas das escolas. Aqui em Minas a gente achou escolas homenageando o Médici, o Castelo Branco e o Costa e Silva no estado inteiro, em todas as regiões, um total de

39 instituições homenageando esses três ditadores. A maioria são escolas municipais, mas, a gente tem aí oito escolas da rede estadual que também tem nome de um desses três ditadores.

BC: E quais são os próximos passos Renan, agora que a gente tem um levantamento, já tem essa parceria para fazer essa mobilização social e mudar o nome. Quais são os próximos passos da campanha?

RS: O primeiro passo é chegar nessas escolas, a gente vê que tem escolas de municípios longe de Belo Horizonte, em que o Levante pelo menos não tem atuação. Então a gente precisa chegar nessas escolas e conversar com a comunidade escolar. Acho que eles são os principais interessados, a gente conversar com os estudantes, com os professores, com os trabalhadores dessas escolas. E fazer uma mobilização na própria escola para contar essa história. Será que todo mundo ali sabe quem a escola homenageia? Quem foi aquela pessoa? Primeiro é isso, resgatar memória em torno do nome e em segundopasso fazer essa discussão da alteração do seu nome. Será que faz sentido a escola continuar homenageando essa figura ou será que a gente não tem pessoas na própria comunidade ou no Estado ou no Brasil para homenagear? Então lá em Salvador, por exemplo, o pessoal realizou, inclusive, uma votação na escola para escolher o próximo nome. Então, isso foi bem interessante, acho que o passo tem que ser esse, envolver a comunidade para que ela seja mesmo sujeito dessa interação.

BC: Pra gente finalizar, queria que você falasse então da importância desse tipo de campanha e se aqui em Minas a gente já conta com exemplo que a gente conseguiu construir. Queria que você falasse um pouco.

RS: Essa campanha faz parte de uma iniciativa dos movimentos sociais em torno da pauta memória, verdade e justiça. Então, a gente quer que os crimes da ditadura venham à tona, esse é o primeiro passo, para que aí, sim, se faça justiça, se passe a limpo esse período da história do Brasil, e que sejam responsabilizados aqueles envolvidos, essa mudança de nome muita gente crítica: "ah, você vai mudar de nome, você vai esconder aquilo que aconteceu?" Não é a lógica do rebatismo, que são as mudanças de nomes de ruas, de prédios, e de escolas, locais públicos. Ela faz sentido lógico de resgatar a memória, mas no sentido de que não é homenageando essas pessoas que a gente vai manter aquela história, mas é trazendo à tona e homenageando quem merece, inclusive, quem lutou contra essa ditadura que assolou nosso país. Aqui em Belo Horizonte, a gente teve também um exemplo recente esse ano muito bom, foi uma vitória pra gente, foi a alteração do nome do antigo elevado Castelo Branco, agora ela se chama elevado Dona Helena Greco, que era uma lutadora da cidade, lutava pelos direitos humanos na época da ditadura, uma figura muito importante, muito querida. Agora dá uma satisfação passar lá no viaduto e ele não homenagear mais um Castelo Branco e sim a Dona Helena Greco. Então é isso, essa lógica do rebatismo ela faz sentido em uma luta maior, que é na luta por memória, por verdade e por justiça.

BC: Você conheceu o movimento nacional liderado pelo Levante popular e pela CNTE de rebatizar as escolas públicas retirando delas os nomes dos ditadores militares. E você teve a oportunidade de conhecer esse movimento por meio do Levante Popular da Juventude com essa conversa com Renan. Agradeço a oportunidade e quero que você leve também o agradecimento da nossa categoria por toda a parceria, por todo o envolvimento que o Levante tem com a pauta da educação, que demonstra que a nossa pauta não é coorporativa, de todo mundo, exatamente por isso esse envolvimento.

RS: A gente que agradece, pode contar com a gente, pois essa luta é nossa.

Profissão Educador

"Trabalho com uma ATB há 15 anos e hoje o que me deixa desmotivada na educação é a queda da lei 100, que até então tínhamos a certeza de que éramos estabilizados apesar de que eu, por exemplo, acreditava que não era legal, porque a gente sabe da Constituição Federal, a gente conhece, mas diante de tantas propostas que o governo fez, as promessas e até as cartinhas que ele nos mandou pra que ficássemos tranquilos, que não era necessário prestar o concurso público. E pelo fato de não divulgar as vagas dos efetivados, eu acreditei que de fato estávamos segurados, por acreditar nas brechas da lei, que eles encontrariam na lei. Hoje, eu estou decepcionada porque não tenho mais estabilidade, não sei o que será de hoje em diante nessa carreira."

Maria Vanusa de Souza Gomes
Assistente Técnica de Educação Básica (ASB) - Araçuaí

Acompanhe, agora de Brasília, o que traz o Momento CNTE

O Conselho Nacional de Educação foi criado para formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. Nesse processo, o Ministério da Educação reúne representantes do movimento social, entre eles, a CNTE para contribuir com o debate. Nesse segundo semestre, no Conselho Nacional de educação, entidades discutem os avanços na política de formação dos trabalhadores e avaliam os novos rumos para a valorização da carreira depois da ascensão do Plano Nacional de Educação (PNE).

A formação inicial dos professores em conformidade com a realidade das salas de aula e o fortalecimento dos fóruns democráticos de debate, tais como os fóruns de formação estaduais, são alguns dos pontos em pauta. A secretaria executiva da CNTE, Berenice Dar, explica que o Plano Nacional de Educação tem o caminho para valorização

Berenice Darc: O Plano Nacional de Educação aponta, de forma muito positiva, a questão da formação como um dos eixos centrais, uma das metas centrais. Para a CNTE ter hoje como uma meta a formação para um dos pilares para nossos planos de carreira é extremamente positivo. Os trabalhadores e trabalhadores da educação, que lutam por uma melhor educação, mas também lutam por melhores salários, mas também lutam pra que a educação no país de desenvolva. Fazer a graduação, fazer a pós-graduação, mestrado, doutorado é fundamental pra educação no Brasil. E essa perspectiva de formação que tem se construído; dá uma perspectiva para que a gente tenha aí professores doutores há um prazo, que para nós não é tão longo assim, de 10 a 15 anos, mas que a gente possa ter uma qualidade na educação. E aí com certeza reflexo no nosso salário, ter hoje uma condição de salário ligado à questão da formação é um aspecto bastante importante.

Momento CUT Minas

O secretário da Juventude da CUT Minas e presidente do Conselho Municipal de Saúde, Ederson Alves da Silva, durante entrevista ao Outras Palavras, fez uma abordagem das ações do Conselho e falou do controle social, que tem tornado Belo Horizonte uma referencia nesse segmento.

Beatriz Cerqueira: A gente pode começar discutindo sobre a importância de um Conselho e da sociedade participar do seu controle social.

Ederson Silva: O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte foi criado em 3 de junho de 1991, então, está fazendo 23 anos. É importante porque o Conselho Municipal de Saúde, ele acompanha, fiscaliza e propõe ações para implementações de serviços de saúde neste município. Se Belo Horizonte é referência em saúde hoje é porque o controle social é muito ativo. Então, a participação começa na base. Atualmente, a capital mineira possui 147 unidades de saúde, sendo que essas unidades têm uma comissão local, a população, a comunidade fiscaliza a unidade de saúde e propõe soluções para melhorar aquela unidade de saúde. Isso é muito bom, porque sendo assim cada unidade de saúde elege um represente para o Conselho Distrital. Temos em nossa cidade nove conselhos distritais, além do Conselho Municipal, que é formado por 36 conselheiros titulares e 36 suplentes. Esse Conselho tem uma paridade, sendo 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de gestores.

BC : Por falar em controle social, qual é o balanço que você, como presidente do Conselho, faz da atuação da prefeitura municipal de Belo Horizonte no que se refere à área da saúde?

ES: Eu faço um balanço negativo da prefeitura de Belo Horizonte, pois, em 2010, foi aprovado no Conselho Municipal de Saúde a construção de 80 unidades de saúde, sendo que nenhuma delas saiu do papel. Primeiramente, a licitação foi deserta sendo que, em 2012, excedemos. Recorrendo ao Conselho Municipal na qual foi aprovada novamente as construções dessas unidades de saúde, só que nenhuma delas até então foram entregues à população. Hoje, Belo Horizonte se encontra com 147 unidades de saúde, sendo que 60% delas estão em situações precárias, prejuízo aos usuários e aos trabalhadores. Porque? Os trabalhadores não têm um local adequado para trabalhar e atender aos usuários e assim dificultando os atendimentos aos usuários com a qualidade na qual deveria ser. O Hospital Metropolitano foi uma promessa de campanha para população de Belo Horizonte. Promessa feita em 2008 para ficar pronto, em 2012, mas a prefeitura apresentou uma nova data de entrega jogando para 2015. E acreditamos que, ainda assim, essas obras não estarão prontas. Vão entregar parcialmente essas obras à população trazendo prejuízos por falta de leitos, atendimentos, nos quais os usuários acabam sendoprejudicados pela entrega tardia dessas obras. Então é importante ressaltar que o prefeito faz uma promessa e não cumpre. Quem sai nesse prejuízo é a população de Belo Horizonte.

Eu faço um balanço negativo da prefeitura de Belo Horizonte, pois, em 2010, foi aprovado no Conselho Municipal de Saúde a construção de 80 unidades de saúde, sendo que nenhuma delas saiu do papel.

OP - BC: Ederson, a prefeitura de Belo Horizonte tem uma péssima mania de não assumir a gestão e fazer política de parceria público -privada da área da saúde.

ES: Exatamente, essa gestão quer privatizar a saúde em Belo Horizonte. Sendo assim, as empresas visam o lucro e não o atendimento que a população precisa, ou seja o atendimento à saúde com dignidade à população. Hoje, será entregue um projeto na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no qual esse projeto, que será através de serviço social autônomo, propõe uma legislação desconhecida pela população. Os trabalhadores contratados pelo Hospital Metropolitano serão contratados, passarão pelo processo de seleção pública só que serão regidos pela CLT. Então vai ter em Belo Horizonte uma parcela de servidores municipais contratados por CLT e outra parte será estatutária. Entendemos que haverá prejuízo a esses contratados, pois, terão contratos precarizados no serviço público de saúde. E a composição desse Hospital, o seu Conselho de Administração praticamente é indicado pelo prefeito de Belo Horizonte, e assim as empresas privadas vão compor esse Conselho, que só tem uma vaga. Então praticamente não vai ter controle social dentro do Hospital Metropolitano, a gente precisa rever esse projeto e discutir mais com a população. E as unidades de saúde a mesma coisa, essas 80 unidades de saúde foram prometidas através da parceria público - privada, na qual eles iriam explorar, irão fazer a construção das unidades de saúde e irão explorar o serviço de terceirização: a questão da limpeza, manutenção e vigia, nesse prazo. Então, isso é um prejuízo para a população. Hoje, as obras entregues foram aprovadas nos Orçamentos Participativos de 2007 e 2008. Então, não tem nenhuma obra entregue à população de Belo Horizonte sem ser por recursos públicos. Quero só ressaltar que hoje o mínimo que é explorado para o munícipio colocar em saúde são 15%. A prefeitura coloca, em média, 20%, mas o Conselho Municipal de Belo Horizonte, chegou a uma Resolução na qual garante a aplicação dos recursos, em média, de 23%, mas o prefeito não quis assinar esse recurso destinado à saúde pública do município.

Hoje, as obras entregues foram aprovadas nos Orçamentos Participativos de 2007 e 2008. Então, não tem nenhuma obra entregue à população de Belo Horizonte sem ser por recursos públicos.

OP-BC: Você conheceu um pouco do trabalho do Conselho Municipal de saúde. Importante Ederson falar do trabalho de divulgação que vocês fazem dos problemas através da publicação do Conselho.

ES: Sim, esse mês a nossa revista vai trazer uma matéria especial sobre todas as obras atrasadas de Belo Horizonte, às quais todos os conselheiros estão acompanhando e fiscalizando, especialmente, em relação à questão dos prazos para entrega à população. Ela será distribuída nas unidades de saúde, nos conselhos distritais, nos conselhos municipais, As pessoas estão divulgando em Belo Horizonte também a nossa revista. Fique atento! Gostaríamos muito da participação da população, porque o Conselho Municipal de Belo Horizonte é deliberativo.

OP - BC: Além de conhecer o trabalho do Conselho Municipal de Saúde, sua importância no controle social, você conheceu um pouco mais sobre a participação da sociedade na fiscalização e na gestão do município.

Programa Outras Palavras
Domingo, 14/09/2014

Educação em Debate

Democratização da comunicação e liberdade de expressão

Conceição Oliveirara, do Blog Maria Fro, feminista, historiadora, educadora, autora de coleções didáticas, ativista da educação para uma igualdade étnico-racial, durante entrevista ao Outras Palavras, fala sobre a democratização da comunicação e a liberdade de expressão.

Outras Palavras - Beatriz Cerqueira: Conversamos com Conceição Oliveira. Ela é blogueira do Blog Maria Fro, historiadora, é colega de profissão e educadora. É um prazer recebê-la.

Conceição Oliveira: Muito obrigada. É um prazer estar aqui.

BC: Vamos começar conversando sobre a importância da democratização dos meios de comunicação. Porque democratizar?

CO: Porque a comunicação no Brasil está nas mãos de pouquíssimas famílias, né? De seis a dez famílias dominam todas as rádios, as TVs, jornais, revistas, portais de internet, comunicação via satélite e a cabo. Então, o que você tem? Um controle também das verbas publicitárias, que essas famílias pegam dos governos municipais, federais, dos MPs, do judiciário, enfim, verbas públicas. E elas concentram tudo isso, então têm melhores condições de contratar gente. Você pode, por exemplo, pagar R$300 mil para uma apresentadora de TV dizer que é bacana prender jovens negros em poste e dar porrada. Então ela ganha R$ 300 mil para fazer um discurso de ódio na TV. Se tivesse democratização da comunicação teria isso? Provavelmente teria, mas, teria outras pessoas dizendo outras coisas também, dizendo: "olha, não é essa a melhor forma de educar e de transformar a sociedade, voltar à escravidão amarrando pessoas negras em poste e espancando em praça pública. Então, porque a gente quer democratizar, porque essa é uma luta tão importante para o país? Porque a gente ampliaria o número de vozes, teria muitas outras palavras por aí, não é? Você teria pessoas discutindo coisas que a gente não vê na TV e coisas importantes. O que que a gente não vê na TV - um discurso quase que único na grande mídia. Vou dar um exemplo recente que vocês vão lembrar, toda e qualquer mídia, antes da Copa do Mundo, dizia que a Copa ia ser um caos. Que ia ser uma tragédia, que o Brasil ia passar a maior vergonha do mundo, que os aeroportos não iam funcionar, que ia cair estádio, que o estádio ia ficar pronto em 2038 e isso era capa, por exemplo, da Veja. Isso aconteceu? Não aconteceu. Então, era um jornalismo "Mãe Dinah". Um jornalismo que prevê o futuro né? Fala de coisas que ainda não aconteceram. Então, tem um discurso único e teve gente, com isso, que teve medo de por bandeira e nem torceu pelo país. Isso não é estranho? Isso é jornalismo? Não. Isso é uma campanha, isso é uma forma da mídia colocar suas pautas. E pra ela interessava falar mal da Copa. Porquê? Porque uma Copa bem realizada seria pra esse governo - que a gente tem uma mídia que faz tanta oposição - algo triunfante, né? Já pensou fazer uma super Copa bacana? Então, assim, no meio da competição o discurso já mudou. Não era mais responsabilidade da presidenta. A Copa deu certo porque o povo brasileiro foi bacana. Então, você vê que o discurso sai, se materializa diferente, ele vai para outro lado. A verdade é refeita, refeita e refeita. En-

tão, se a gente tivesse outros órgãos, tivesse mais rádios comunitárias, tivesse mais TVs, enfim, a gente está falando só de concessão pública, e quando a gente fala em democratizar a mídia, a gente tá falando só de radiofusão, não estamos falando de mídia impressa. Você teria mais vozes, teria gente falando: "bom, peraí, será que o estádio vai ou não vai ficar pronto? Vamos lá ver?». O norte do jornalismo não está trabalhando com fato. Então, essa é uma luta importante, séria e a meu ver de muitos ativistas. Ela é fundamental para a democracia brasileira, porque como a gente pode ficar nas mãos de pouquíssimas famílias, que dizem o você deve saber, como você deve saber, se você deve saber, quando você deve saber e como você deve saber. É perigoso demais seis pessoas decidirem o que é informação nesse país, quando ela deve ser veiculada, de que forma deve ser veiculada, se deve ou não ser veiculada. Em vários países do mundo você tem o que a gente chama de marco regulátorio. O que é isso? Nós temos uma Constituição no Brasil que diz o seguinte: são três grandes artigos, como é que deve ser uma comunicação num país democrático? Esses três artigos não estão regulados. A Constituição é de 88 e até agora a gente não conseguiu regular. Na Inglaterra, que é um país muito liberal, tem regulação até da mídia impressa, que não é uma concessão. Mas os canais de TV e rádio, as emissoras de rádio, em vários países do mundo, são controladas. Não falo de controle de conteúdo, nada disso, mas quem pode ter, por exemplo, uma concessão. Político pode ou não pode ter ? Aqui, isso faz parte da nossa luta né? A luta para democratizar e regular a comunicação. Quais as implicações de um político ter ou não uma concessão de TV? Que tipo de programa que a gente tem que estimular? Um país com 200 milhões de pessoas, com tamanhas distâncias entre regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, interior, litoral, negros, brancos, indígenas, enfim, com essa diversidade imensa de gente, será que só as novelas da Globo retratam o Brasil? E será que elas retratam o Brasil? Será que não tem tantas outras coisas bacanas pra passar na TV? Será que a gente não tem professores, jovens, movimentos negros, rurais, mulheres, enfim, há tanta gente pra falar, coisa pra se discutir e se debater... tem esse espaço dentro das TVs abertas pra todos? Então é tudo isso que a gente quer discutir quando falamos em democratizar a comunicação.

BC: Eu me lembrei de uma experiência Conceição. Em 2011, nós fizemos uma greve. Foram 112 dias de greve da rede pública aqui. E nós reunimos dez, doze mil pessoas nas ruas, o que não é um fato cotidiano, né? No dia seguinte às nossas assembleias, você poderia verificar em todos os grandes jornais, não tinha uma linha.

CO: Vocês atrapalharam o trânsito deles né?

OP - BC: Éh... a população não teve nem mesmo uma informação básica, ou seja, que era uma greve, de uma categoria importante, que representa mais de 270 mil trabalhadores em atividade; do porque de suas reivindicações né? Aqui em Minas, a gente vive há tempos um período grande essa dificuldades... é preciso ouvir a outra opinião né? Há uma uniformidade do discurso, peças publicitárias que massificam muito posições uniformes do governo, que são pactuados por outros órgãos e a gente, dificilmente , ou não escuta opiniões diferentes que contribuem para uma democracia de fato. Quando você estava falando eu me recordava dessas experiências mineiras. Mas, voltando ao marco regulatório. Às vezes, as pessoas acham que é um bicho papão né? Uma coisa é o cerceamento da liberdade de expressão, de opinião. E como é a questão do marco regulatório em outros países? Pode dizer um pouco melhor pra gente?

A comunicação no Brasil está nas mãos de pouquíssimas famílias, né? De seis a dez famílias dominam todas as rádios, as TVs, jornais, revistas, portais de internet, comunicação via satélite e a cabo. Então, o que você tem? Um controle também das verbas publicitárias...

CO: Na Argentina, acabou de ser aprovada a lei, ou seja, esse marco regulatório. Lá, 33% dos canais das concessões públicas são privados, 33% são comunitárias e 33% são públicas. Então, a dificuldade que se tem hoje aqui diante da diversidade que temos é imensa. A gente não proibiu a propriedade cruzada. O que significa isso? É o monopólio, a concentração de quem tem rádio, TV, jornal. Então, essa propriedade cruzada, que também tem nos Estados Unidos, não pode. No Uruguai, agora acabou de aprovar o marco regulatório, no México já tem, na Inglaterra e tem em Portugal. Enfim, em qualquer país desenvolvido, grupos midiáticos não têm o poder astronômico que eles têm aqui e a gente precisa entender. Tem gente que acha assim ..."ah, querem fazer controle político." Eu vou dar um exemplo: poucos de vocês talvez não se lembrem, mas, na década de 90, uma escola em São Paulo foi acusada de cometer pedofilia. Diziam que as crianças eram abusadas dentro da escola. Uma escola de educação infantil, que se chamava Escola Base e a situação ficou conhecida como o crime da Escola Base. E, em 24 horas, a Rede Globo e jornais como a Folha de São Paulo e mais um delegado de polícia ficavam 24 horas no ar falando disso. Foi uma coisa chocante, porque você manda seu filho pra escola e a idéia é de que o seu filho vai ser abusado dentro da escola. Uma situação barbarizante né? Aí começa a investigação. Advinha o que aconteceu? Não era verdade. Teve exame de corpo de delito, uma longa averiguação e comprovaram que

não era nada daquilo que estavam dizendo. O que aconteceu com as pessoas dessa Escola Base? O que que aconteceu com a escola, com os professores, com os donos? Tiveram suas vidas destruídas, completamente destruídas. E eles nunca foram indenizados, nunca tiveram o mesmo espaço que tiveram de ataque à sua honra, à sua imagem ou a sua instituição. Teve gente desse caso que já morreu e nunca conseguiu dizer, com a mesma intensidade que foram atacados né? Ter direito de resposta para afirmar que era injusto tudo aquilo. Então, o que aconteceu? A junção de uma investigação precipitada, de um delegado vaidoso que queria aparecer na mídia, com uma mídia voraz tentando criar manchete. Destruíram a vida de um monte de gente, que não era político, que não tinha nenhum interesse de governo, nada. Então quando a gente fala em democratizar a comunicação e pensa em marco regulatório, pensa nesse tipo de cois; em todo mundo, numa mídia extremamente concentrada, numa categoria, como a dos professores, que é criminalizada, mas existem outras categorias também. Lá em São Paulo, é porque atrapalham o trânsito. Ninguém quer saber porque as pessoas estão em greve, se elas têm direito ou não, se é justo ou não, qual é a situação? Ninguém quer saber, mas falam que estão atrapalhando o trânsito, numa cidade que tem pouca mobilidade urbana né? As categorias, inclusive, tem que pensar que tipo estratégia que eles podem fazer pra não dar mais vazão ainda pra uma mídia que já quer criminalizar os movimentos sociais. Enfim, as pessoas precisam entender que, num país efetivamente democrático, a voz não pode ser concentrada, né? Ela tem que ser profundamente múltipla, tem que ter muitas vozes aí. E, gente, nós temos muita coisa interessante nesse país, e aí quando você olha a TV aberta, muitas vezes, ela é assustadora. Parece que só acontece crime, em determinados horários tem programas que são profundamente pobres. As pessoas não tem noção do que é que é uma boa TV. Há um tempo atrás circulou na internet um documentário de uma, não me lembro se inglesa ou australiana, em que ela mostrava os sustos que tinha quando via a TV brasileira. E aí quando você vê pelo olhar de um estrangeiro a TV brasileira é que se dá conta da barbárie. Ela mostrava sequências de exploração da mulher, de humilhação da mulher e da objetificação do corpo da mulher. Então, em tudo quanto é programa de auditório, as mulheres seminuas. E quando você olha, você fala: "nossa, que bizarro, que bizarro!" Tinha programa de TV que eu nem conhecia, exibido na hora do almoço, em que a pessoa está comendo e o programa mostra pedaços de corpos, programas de crimes, homicídio e por aí vai. Então, quando você olha aquilo, fala nossa! São 24 horas de programação e o que tem aí de conteúdo? Vocês que são educadores, nós aqui que trabalhamos dentro da educação, o que que tem de conteúdo formador? E a TV tem um papel importante nisso, poderia ter um papel muito importante, se fizesse o serviço de utilidade pública e se cumprisse a função social da informação, porque tem uma função social aí na informação não é?

BC: A conversa tá ótima! Então, faço o convite pra que você continue conosco no próximo programa. Veja o que pensam os Educadores Mineiros.

Profissão Educador

"Todos que estão na escola fazem parte dela, todos são educadores e educadoras. Cada um na sua área, na sua atividade tem a sua importância. Se um falhar, a educação fica falha e todo mundo sai prejudicado. Então, tem que haver um envolvimento de todos e todas, para que haja uma melhoria na educação em geral. Hoje essa é a nossa luta. É pra isso que nós lutamos, por essa melhoria da educação."

José Luis Lambert

Professor da rede estadual de educação - Cambuí

Programa Outras Palavras
Domingo, 21/09/2014

Educação em Debate

Democratização dos meios de comunicação

Porque é tão importante a democratização dos meios de comunicação? Como será que os jovens encaram assuntos como política, educação, cidadania e participação popular? Acompanhe a entrevista da coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, com a blogueira e ativista social, Conceição Oliveira, do Blog Maria Frô.

Beatriz Cerqueira: A conversa estava tão boa no último programa, que continuamos com a nossa convidada Conceição Oliveira, que é blogueira do blog Maria Fro, é historiadora e educadora. No último programa, nós conversávamos sobre a democratização dos meios de comunicação. E agora, Conceição, vamos falar um pouco da juventude. Desse desencanto que existe hoje no nosso jovem com a política, com a participação naquilo que é coletivo. Eu observo que cada vez menos o jovem vem para os debates coletivos, filia-se ao seu sindicato, participa de ações coletivas. O que é que tá acontecendo na sua opinião?

> ***A gente também não tem muitas oportunidades no mundo capitalizado, onde os espaços são cada vez mais privatizados. Então, tudo isso é espaço de luta dessa juventude. Ela tem pautas próprias, a gente também precisa entender isso.***

Conceição Oliveira: Acho que eles, que a gente está vivendo uma crise institucional. Ela não é só mineira, não é só brasileira. É internacional. Mas, o jovem está desencantando não é com qualquer política. Ele está desencantado com a política institucional, essa política da representação partidária, dos sindicatos. Acho que a gente está vivendo uma crise aí e precisa se refazer dessa crise. Não consigo ver um campo de luta efetiva fora dos partidos, fora dessa instituição. A não ser quando a gente vai para os perío históricos de revolução, enfim, de quebra da ordem e de construção de uma nova ordem. Ou então, um outro lado pior que a gente já viveu aí... de golpes e de silenciamento. Mas eu acho a juventude, ela tem até vontade, tem um movimento aí com vontade participar, mas precisa de uma mediação, né? A gente precisa, no mundo adulto, também entender que eles têm anseios, têm sonhos, têm pressa e que, muitas vezes, eles não têm memória, né? A gente estava falando de uma mídia concentrada, que não tem nenhum interesse de construir essa cidadania, essa noção de memória, essa noção de como é importante viver num país com estabilidade, num país que já passou por longo tempo, por governos autoritários, que tem uma longa história de pouca cidadania. Nossa função democrática é muito recente, é muito jovem. Então, tudo isso e a criminalização que a gente vê também nessa mídia da política faz com que aquele mais jovem ache que todo e qualquer político não presta, que toda e qualquer organização não presta. Então, a primeira tendência é negar. Mas esse grupo está aí em disputa, a gente precisa entender que ele é um sujeito político, que de alguma maneira ele faz, seja no coletivo seja de modo cultural - tem muito disso acontecendo nas periferias das grandes cidades - demandas muito comuns, né? Mobilidade urbana, falta de espaço público pra exercer essa coisa dinâmica e cheia de energia da juventude. A gente também não tem muitas oportunidades no mundo capitalizado, onde os es-

paços são cada vez mais privatizados. Então, tudo isso é espaço de luta dessa juventude. Ela tem pautas próprias, a gente também precisa entender isso. Hoje, eu acho que, por exemplo, recentemente o decreto da presidenta Dilma, de participação social, tem um pouco a ver com isso, de ouvir um pouco mais junho e ampliar esses canais de participação. Mas outras instituições também estão tentando fazer isso. Acho que o desencanto deles é com essa politica meio velha e enferrujada e que a gente precisa também dar uma sacudida. Todo mundo tá desencantado com essa política, não é só a juventude.

BC: E qual é o papel do professor com essa juventude, numa sociedade cada vez mais consumista?

CO: Eu acho que é fundamental, que ser educador é um desafio completo, perene, eterno, porque a gente forma gerações futuras. O que a gente vai ter no futuro na sociedade, boa parte disso passou na mão do professor. E aí eu estou falando daquele professor que tem um compromisso, sabe que pra além de levar informação, de ensinar conceito, ele também tem uma obrigação profissional de ensinar valores e atitudes cidadãs pra esse indivíduo em formação. Por mais que alguns governos depauperizem essa categoria, explorem quem está no campo da educação, o professor não pode abrir mão da formação. Então, esse profissional precisa saber que ele é parte de uma sociedade formadora. Óbvio que nem toda formação da sociedade está nas mãos só do professor. Se forma de diferentes maneiras. A gente cria sujeitos machistas ou homofóbicos também dentro de casa. Também pela televisão, né? O professor não pode receber toda a dor do mundo. Mas, aquilo que ele tem de compromisso não pode abrir mão, né? Ele é um sujeito que tem condições de, primeiro, porque está num campo da autoridade, no lugar da autoridade, num campo de afeto na relação que estabelece com aquele grupo que ele segue durante tanto tempo, durante longo período do dia, então ele é um sujeito importante. Se tem legitimidade, se tem compromisso, ele é transformador. Para criar um cidadão e um sujeito mais solidário, mais preocupado com valores humanistas e menos preocupado em ir para o shopping usar marca X, Y ou Z ou achar que é melhor ou pior que alguém porque tem ou deixou de ter alguma coisa que se possa comprar. A formação, o estar no mundo é uma construção própria, não se compra em nenhum lugar. Não existe onde vender isso. Ser um bom cidadão não está a venda.

BC: Para finalizarmos Conceição, como é ser blogueira, progressista, feminista, nessa conjuntura de tantas disputas que nós vivemos?

CO: É quase uma necessidade pra mim, né? É exercer o direito de liberdade de expressão, um valor quase como respirar. Eu vejo todos os dias coisas que desdizem, brigam com o fato nas TVs, nos jornais. Assim, o pouco jornalismo que existe e eu vejo melhoras expressivas nesse país e não consigo ver a cobertura e ficar alheia a isso. E mais, eu acho que como educador ou educadora, você também tem um trabalho de educação quando escreve, quando se posiciona na rede, com as escolhas que você faz, com aquilo que você abraça ou com aquilo que rejeita. Tenho um monte de jovens na minha rede. É engraçado, a minha rede não é uma rede de velharia. Ela tem bastante meninos da universidade, tem meninas da idade da minha filha. Às vezes, alguns dos meus textos é lido, algum professor leva, enfim, e aí quando eles descobrem que a Marina é minha filha, falam assim: "ah, você é filha da Maria Fro"! É engraçado, ela tem um pouco de orgulho da mãe blogueira, né, que as vezes dialoga mais próximo com os amigos do que ela mesma, que é mais tímida. Acho que todo mundo, que tem um pouco de consciência política, um compromisso com esse país - e quando eu digo compromisso com esse país - significa compromisso com os avanços. Com a inclusão de uma Argentina, com uma efetiva melhora de resultados do IDH, com o aumento da alfabetização de crianças de 6 a 15 anos, que você consegue ver em dados concretos do IBGE, enfim, quem tem compromisso com o país, que as pessoas tenham mais direitos, que mais gente tenha mais direito, que seja menos concentrado. É preciso falar, exercer o mínimo de espaço que a gente tem hoje tá nas redes sociais, está na blogosfera. Então, o meu papel como mulher, como ativista, como alguém que combate o machismo, que combate a homofobia, que combate a concentração da mídia, preciso me expressar e me posicionar o tempo inteiro, mas não ser opinativo pra tudo quanto é lado, sem nenhuma propriedade. Estou to falando de se posicionar com propriedade, com algum conhecimento de causa, né? Tomar um lado sim, mas, não entrar nesse jogo de amo, odeio, etc e tal. Quer dizer, a gente está falando aqui, de um espaço de construção mesmo da cidadania. Eu acho que a rede pode ser isso, mesmo nesse mundo meio oba oba, meio flaflu, a gente pode se posicionar e escrever com alguma clareza, tentar argumentar, enfim, isso faz diferença, tem feito diferença.

BC: Você teve oportunidade de participar de um bate papo com a Conceição, Maria Frô. Agradeço muito a oportunidade dessa conversa.

CO: Obrigada pelo convite.

BC: Discutimos assuntos importantes, como a democratização dos meios de comunicação e o nosso papel como educadores, a participação da juventude na política e a formação da sociedade. Então, nós também somos responsáveis por todas essas questões.

"Momento CNTE"

O calendário de lutas da CNTE para o segundo semestre envolve a regulamentação dos principais pontos aprovados no plano nacional da educação, além das eleições gerais. Em destaque, estão as diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais da educação, meta 18, e a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, das verbas dos royalties de petróleo para a educação pública, e do custo aluno qualidade.

Roberto Leão: Custo Aluno-Qualidade foi uma grande vitória que nós tivemos no PNE, ele coloca a questão do financiamento da educação num patamar mais elevado, não é, tem um prazo de 2 anos também pra que isso seja regulamentado, inclusive, a CNTE nós já temos, estamos organizando um grupo interno, como estamo fazendo para outros pontos do PNE, pra fazer uma avaliação, uma proposta, e já propusemos, inclusive, pra o Ministério da Educação, que crie uma comissão pra começar a discutir a regulamentação disso. Nós não podemos deixar que, como as coisas costumam acontecer infelizmente, que passados 2 anos não se tenha feito nada, e o (CAC) seja apenas uma boa intenção. Nós queremos que o (CAT) seja uma realidade e vamos trabalhar pra isso.

RL: Nós precisamos construir referenciais que permitam que as contas sejam feitas de maneira a não trazer prejuízo pros trabalhadores. São cálculos muito complexos e envolve o conhecimento de dados que não são muito fáceis de serem conseguidos, mas nós vamos trabalhar na perspectiva de que é um assunto em que a questão técnica tem muita relevância, mas, acima

da questão técnica está a questão política,a valorização dos trabalhadores em educação, de melhorar esse nível de salário que é uma vergonha. Nós sabemos que hoje nós poderíamos dizer que, no mínimo, 35% é a defasagem entre o salário médio dos professores e o salario médio dos profissionais de mesma formação no ensino, no serviço público.

Momento CUT Minas

Lançamentodo livro "Os limites constitucionais da terceirização"

Sindicalistas, trabalhadores e profissionais do direito estiveram reunidos, na CUT Minas, para o lançamento desse livro: Os Limites Constitucionais da Terceirização, de Gabriela Neves Delgado e Helder Santos Amorim. Segundo eles, a terceirização é um mecanismo que tem prejudicado muito a classe trabalhadora, principalmente através da precarização do trabalho.

Helder Santos Amorim: Bem, a contribuição é a identificação dos limites constitucionais da terceirização, num estudo de direito constitucional articulado com direito do trabalho, que tem como perspectiva analisar a terceirização em toda a sua dinâmica, inclusive, na dinâmica perversa de precarização das condições de trabalho, identificando primeiro da Constituição quais são os valores fundamentais ligados, vinculados ao trabalho, que a Constituição protege, e por outro lado quais são as condições de trabalho que a terceirização enseja na vida do trabalhador. É nessa análise de contraste, que nós buscamos identificar se existem limites à prática da terceirização, e como identificamos limites exatamente nos direitos fundamentais ou na eficácia dos direitos fundamentais dos trabalhadores, passamos a analisar esses limites, oferecendo uma contribuição, digamos, jurídica no sentido de contribuir para reflexão da questão que se encontra atualmente no Supremo Tribunal Federal. As empresas tentam se utilizar da flexibilidade conceitual da súmula 331 do TST, que estabelece a divisa nos conceitos de atividade-fim e atividade-meio. As empresas tentam utilizar essa divisa conceitual flexível para expandir cada vez mais a terceirização para os espaços centrais da atividade empresarial, que são considerados os espaços da atividade-fim. No entanto, o poder judiciário tem estado presente nas discussões sobre esses limites, principalmente nas ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e pelos sindicatos.

Gabriela Neves Delgado: O trabalhador terceirizado é conside-

rado um trabalhador rarefeito. Isso porque a modalidade de inserção contratual desse trabalhador é uma modalidade de inserção contratual que, regra geral, diminui o grau de densidade e proteção pelo direito do trabalho. Nós podemos pensar nesse trabalhador terceirizado a partir de dois caminhos, duas vias, a dinâmica da sua relação individual de trabalho e a dinâmica das suas relações coletivas com os sindicatos, com a representatividade sindical. Em relação à questao individual trabalhista, esse trabalhador terceirizado, ele tende a ter uma perda significativa de direitos. Primeiro, porque tem uma dificuldade de construir a sua própria identidade social. Regra geral, o trabalhador terceirizado é identificado como terceirizado. Nós não identificamos o trabalhador como químico, metalúrgico, professor, pela função que ele realiza na sociedade, pela importância da sua função, da sua atividade em si. Então esse trabalhador tem uma dificuldade de se projetar na sociedade e de se reconhecer como um sujeito que contribui pro local em que ele trabalha. Também não é reconhecido, regra geral, pelos pares como um sujeito que contribui pro sistema de produção. É regra geral, esses trabalhadores sofrem discriminação no espaço de trabalho, essa discriminação dificilmente é computada em dados estatísticos porque, muitas vezes, é uma discriminação que se coloca nas sombras do processo produtivo. Também sob o ponto de vista individual trabalhista, essa pessoa tem dificuldade de fruir os direitos trabalhistas como, por exemplo, férias. Esse é um trabalhador que sofre uma rotatividade permanente no espaço de trabalho. Então, exatamente pra que ele possa manter a condição de sujeito que trabalha, regra geral, acumula um contrato atrás do outro, de modo que ele não consegue usufruir do direito às férias. Também tem dificuldade de receber suas verbas rescisórias e, muitas vezes, porque ele mal sabe, de fato, quem é o seu empregador, especialmente, quando a terceirização é uma terceirização ilícita, que se coloca nas franjas da proteção do direito do trabalho. Sob

o ponto de vista do direito coletivo do trabalho nós também temos uma série de problemas como, por exemplo, esse trabalhador terceirizado, ele tem dificuldade de se enquadrar na estrutura sindical. O enquadramento sindical do trabalhador terceirizado é um dos grandes problemas, hoje, na estrutura do direito do trabalho brasileiro. Por essa razão, esse trabalhador que sofre um processo de rotatividade permanente, que tem dificuldade de enquadramento digital, dificilmente, consegue criar para si e para os seus pares um sentido de emancipação coletiva por meio do trabalho.

Beatriz Cerqueira: Por isso, nós dedicamos o ano de 2013 pra impedir que o projeto de lei 4330 fosse votado no Congresso Nacional. Era um projeto que precarizaria ainda mais a vida dos terceirizados, ia trazer a nossa juventude para um mercado de trabalho completamente precarizado, sem direitos. A nossa juventude morre nas empresas terceirizadas. Nesse momento essa luta está no STF, então não é a CUT sozinha, é a CUT com uma série de parceiros. E nós estamos aglutinando forças para pressionar o Supremo a decidir a favor do trabalhador e contra a terceirização sem limites. Nessa perspectiva, foi muito importante a iniciativa da CUT Minas, com o lançamento do livro do Helder e da Gabriela Delgado sobre os limites constitucionais da terceirização. É necessário que o Supremo aborde essa questão, na perspectiva do direito social do trabalhador, e não como as empresas hoje pressionam.

O enquadramento sindical do trabalhador terceirizado é um dos grandes problemas hoje na estrutura do direito do trabalho brasileiro. Por essa razão, esse trabalhador que sofre um processo de rotatividade permanente, que tem dificuldade de enquadramento digital, dificilmente consegue criar para si e para os seus pares um sentido de emancipação coletiva por meio do trabalho.

Programa Outras Palavras
Domingo, 11/10/2014

Educação em Debate

A precarização do trabalho docente e as suas consequências para o profissional da educação

No mês em que comemoramos o Dia do Educador e da Educadora, saiba como está a realidade deste profissional. Sobre este assunto, a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, professora Beatriz Cerqueira, conversa com a professora, Jussara Bueno de Queiroz Pascoalino, pesquisadora de Apoio do Centro de Educação à Distância da UFMG.

Beatriz Cerqueira: No mês em que comemoramos o Dia do Professor,- que pra gente é o dia do educador e da educadora, fazemos um convite à sociedade a refletir sobre a realidade desse profissional que é tão importante para a sociedade, mas, que sofre tanto. Convidamos a professora Jussara Bueno de Queiroz Pascoalino, professora da educação básica há 34 anos, 34 anos de dedicação à escola básica pública, e também pesquisadora do Centro de Apoio à Educação à Distância da UFMG. Jussara, seja bem-vinda!

Jussara Pascoalino: Muito obrigada Beatriz. É um prazer estar aqui com vocês pra refletir sobre esse tema que eu gosto tanto que é a educação.

BC: O movimento sindical sempre denuncia a questão da precarização do trabalho docente. O que é precarização? Para que a comunidade que nos assiste possa entender um pouco do chão dessa escola, dessa realidade que a gente vive.

JP : Olha, realmente a precarização é um termo que começou a ser usado na década de 1990. Associando as condições do trabalho da escola com toda a questão da economia neoliberal, da influência dessa pressão da própria sociedade no trabalho do professor. Pra isso, nós temos dicionários que trazem esse verbete de uma maneira muito interessante, tanto da educação profissional do NET, quanto do gestrado, discute tanto a precarização do trabalho no todo, como no trabalho do professor. Mas o que seria a precarização do trabalho do professor? Eu analiso por três ângulos. Primeiro, trabalho inseguro. O professor, se eu for pensar na condição desse contrato, desse professor que fica volátil, que fica sem uma consistência do seu trabalho, com a garantia mesmo dos direitos trabalhistas é um trabalho inseguro. Então, o primeiro ponto seria a efetivação real no trabalho por concurso, que esse professor sentisse a garantia de estar ali no lugar de direito. Por outro lado, a fragilidade do trabalho. A fragilidade, que muitos autores colocam pra gente na questão da materialidade do espaço físico da escola e isso são pontos importantes. Pra que o professor possa exercer seu trabalho, ele precisa de todo um contingente de coisas que possam facilitar. Hoje em dia a gente coloca os meios de comunicação, a questão da tecnologia, tudo isso, deveria estar dentro da escola. Deveria entrar dentro do recinto da escola. Mas, por outro lado, não é só essa materialidade. A fragilidade também tá nas relações estabelecidas pela escola. A gente percebe que o professor tem pouco tempo ainda de coletivo. Pouco tempo de repensar, de discutir a escola. Se a gente entende que a educação, ela extrapola a sala de aula, e que esse professor é gestor de um espaço de educação, como ele está fazendo isso em relação aos seus colegas? Como que ele está organizando, como é que está pensando a escola? Ele deveria ter um momento coletivo para diagnosticar os problemas, traçar metas, construir estratégias coletivas pra melhorar essa escola. E o outro ponto é a questão da desapropriação do saber do professor. Quando a gente tem falta de determinado profissional e que o outro vai substituir, a gente está colocando em dúvida o saber que esse professor construiu de forma acadêmica. Esse professor está ali simplesmente substituindo, está na frente de uma turma? Então, eu tenho que

valorizar também a formação desse profissional, uma formação que não se dá apenas no espaço inicial, mas uma formação que o acompanha ao longo da vida. A gente fala numa formação contínua. Hoje um profissional, ele está sempre procurando, se adaptando e criando mecanismos. Ele não pode perder esse diálogo com a teoria senão cai num tarefismo e num trabalho de reprodução simplesmente. Então, é necessário ele ter esse contato com a academia, com a teoria, com a discussão e levar isso pra escola, de maneira a se oxigenar, mesmo se for as relações que tão postas ali.

BC: Bom, Jussara, com a sua experiência enquanto professora da educação básica pública, doutora em educação, qual é o retrato da escola e da educação que você você vê hoje em relação à precarização? Qual é a nossa realidade?

JP: Olha, nós estamos percebendo uma escola que está doente. Uma escola que está doente porque a nossa própria sociedade está doente. As relações na fala de (Balma), estão relações muito líquidas, muito sem concretude. E na perspectiva de um autor que eu também gosto muito, que é Humberto Maturana, um neurobiólogo de Santiago do Chile. Ele vem falar pra gente que a sociedade está doente, está patológica. Na visão deste autor, a escola também está doente. Falta ali o que ele chama de amor. Amor, para Humberto Maturana, é o respeito ao outro como legítimo outro na relação. O que a gente percebe é o seguinte: um professor chega, ele geralmente fica com as turmas mais difíceis, com o horário pior e ele não recebe o apoio nem dos seus próprios colegas. Esse profissional que chega na escola, ele deveria ter uma supervisão de todo o trabalho até que ele pudesse caminhar mais com desenvoltura, aprender a ser professor sendo professor. Então, a gente percebe que a escola está doente nas suas relações, da forma como é que estão estabelecidas. Há uma falta de respeito porque houve mudança nas relações. O alunado, hoje, não respeita mais o profissional professor pelos saberes desse professor. Ele questiona o tempo todo. Então esse professor ele está num deslugar. Ele sente, de certa forma, um pouco ameaçado desse lugar e o que o professor tem muito medo da palavra erro. Nós, na missão de professores, nós vamos errar. A escola deveria ser um lugar que trabalhasse o erro de uma forma mais suave, não de uma forma tão violenta e pejorativa. As pessoas tem um medo enorme de errar, e o erro é uma primeira etapa. Quem de nós náo erramos ao construir a nossa profissão? Mas pra isso a gente precisa do que? De suporte, de relações mais concretas, de relações de apoio de uma escola aprendente. De uma escola em que as relações sejam ali como a meta de transformação de mudança de comportamento. Eu só entendo educação aquela que produz mudanças. E o que a gente percebe dentro da escola é, muitas vezes, uma repetição sem um momento criativo.

> ***Eu só entendo educação aquela que produz mudanças. E o que a gente percebe dentro da escola é, muitas vezes, é uma repetição sem um momento criativo.***

BC: Jussara, mas essa realidade não é também consequência de políticas de gestão? E, por exemplo, em Minas, nos últimos dez anos, se instituiu uma política da responsabilização do professor. Então, o professor é o responsável único pelo resultado da qualidade, ele tem mecanismos de avaliação que servem muito mais pra punição do que pra qualquer outra sistemática. Um discurso de eficiência, aliado a essa avaliação de competência, aliado à avaliação e, se a gente questionar, é o professor que tem medo e que não quer ser avaliado, quando na verdade a gente questiona esse procedimento que hoje nos é imposto. Isso tudo também não é resultado de uma política do governo, não é o próprio governo o gestor dessa situação que hoje tá na escola?

JP: Com certeza. Você traz aqui para um outro aspecto que eu discuto, tanto a questão da política micro, que é a própria instituição, como ela está organizada, como é que ela favorece, mas isso não tem como eu desassociar de uma política macro. A forma como a política tem trazida, a figura do professor como culpado de tudo é, realmente, um fator de adoecimento. Esse professor já sente assim: eu não tenho capacidade. Ele vai pra escola, se a escola tá com a nota do IDEP baixa, esse professor já se sente desmotivado, já sente desvalorizado do seu trabalho. A gente percebe que, cada vez, as cobranças em cima desse professor têm ficado mais fortes. A própria forma com que a mídia tem colocado o professor, como aquele profissional irresponsável, que falta ao trabalho, que não atende às demandas dos seus alunos, que não consegue o aproveitamento esperado, tudo isso mostra em que a educação coloca a figura do professor, desse profissional, como culpado de tudo. Então, eu vejo que nós tivemos, desde a década de 90, esta responsabilização do trabalho do professor. De forma mais efetiva, eu estou vendo estender essa culpa, agora, para o gestor escolar. Então, agora é uma figura nomeada, é o gestor que não deu conta de modificar a escola. E aí a sua pergunta é muito precisa, porque eu saio do micro da escola e transcendo uma política maior, que cobra desse gestor um aparato que ele não tem de ação. Há uma expressão usada por João Barroso, um professor de Lisboa, em que ele coloca que o gestor tem mãos de ferro e luvas de pelica. Quer dizer, ele já tem todas as normas que vêm de fora, e ele tenta amenizar com luvas de pelica. Então são esses confrontos entre a política macro e a política micro que interferem realmente na dinâmica e no dinamismo da escola, muitas vezes, levando a esse adoecimento.

PROGRAMA

Outras Palavras

SindUTE MG
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FILIADO À CNTE E À CUT

Quem Luta, Educa!

38 anos

CNTE

CUT MG